

LUCAS MARQUES FEITOSA
HENRY IURE DE PAIVA SILVA

DIPLOMACIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA

cronologia e características dos acordos
internacionais (1990 a 2020)

DIPLOMACIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA

cronologia e características dos acordos
internacionais (1990 a 2020)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor
Vice-Reitora

Valdiney Veloso Gouveia
Liana Filgueira Albuquerque



Direção
Gestão de Administração
Gestão de Editoração
Gestão de Sistemas

EDITORA UFPB

Natanael Antonio dos Santos
Hugo Firmino
Sâmella Arruda Araújo
Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial

Cristiano das Neves Almeida (Ciências Exatas e da Natureza)
José Humberto Vilar da Silva (Ciências Agrárias)
Julio Afonso Sá de Pinho Neto (Ciência Sociais e Aplicadas)
Márcio André Veras Machado (Ciência Sociais e Aplicadas)
Maria de Fátima Alcântara Barros (Ciências da Saúde)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Elaine Cristina Cintra (Linguística e das Letras)
Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Linguística e das Letras)
Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes (Ciências Biológicas)
Raphael Abrahão (Engenharias)

Editora filiada à:



**LUCAS MARQUES FEITOSA
HENRY IURE DE PAIVA SILVA**

DIPLOMACIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA

cronologia e características dos acordos
internacionais (1990 a 2020)

Editora UFPB
João Pessoa
2022



Direitos autorais 2022 – Editora UFPB.

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo e a revisão de texto/normalização desta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

Projeto Gráfico Editora UFPB
Editoração Eletrônica e Design de Capa Wellington Costa
Imagem da capa Freepik.com

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

F311d Feitosa, Lucas Marques.
Diplomacia e segurança energética brasileira :
cronologia e características dos acordos internacionais
(1990 a 2020) [recurso eletrônico] / Lucas Marques Feitosa,
Henry Iure de Paiva Silva. - João Pessoa : Editora UFPB, 2022.

Ebook.

Modo de acesso : <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>

ISBN 978-65-5942-180-0

1. Relações internacionais – Temática energética. 2.
Acordos internacionais - Governo. 3. Diplomacia energética
- Desempenho dos governos. I. Silva, Henry Iure de Paiva.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 339:620.91

EDITORA UFPB Cidade Universitária, Campus I
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147



A todos que se empenham a entender
a interação entre as Relações Internacionais e
a questão energética através de seus
dedicados esforços de estudo.



“Não há fronteiras no coração das pessoas que estendem suas mãos e tentam salvar os aflitos. A diplomacia ou o intercâmbio no nível da relação entre os Estados é importante, mas não devemos esquecer que o fundamental é o intercâmbio entre os povos. O povo é como o mar. Se o mar estiver calmo, muitos navios podem singrar tranquilamente. Da mesma forma, se os povos estiverem unidos pelos laços de amizade, surgirão a confiança e a paz. Assim, por esse mar de paz, os navios poderão realizar diversos tipos de intercâmbio para o bem do mundo.”

Daisaku Ikeda

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Chave Analítica da Diplomacia Energética Brasileira.....	35
Figura 2	Chave Analítica da Diplomacia Energética Brasileira.....	37
Figura 3	Tipos de documentos	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de Atos por Ano	34
Gráfico 2	Quantidade de Atos por Ano	44
Gráfico 3	Total de Atos Assinados em cada Década	47
Gráfico 4	Cenário dos Anos Acima e Abaixo da Média Aritmética	49
Gráfico 5	Cenário dos Anos Acima e Abaixo da Mediana	51
Gráfico 6	Quantidade de Atos por Ano vs. Evolução da Dependência Externa por Energia ..	55
Gráfico 7	Quantidade de Atos Assinados por Governo	60
Gráfico 8	Porcentagem de Atos Assinados por Governo	61
Gráfico 9	Quantidade e Média de Atos em Cada Governo	63
Gráfico 10	Quantidade, Média, Desvio Padrão e Amplitude de Atos em Cada Governo	64
Gráfico 11	Tipos de Atos Assinados por Governo.....	77
Gráfico 12	Quantidade de Atos de Temática Única e Acessória por Ano	78
Gráfico 13	Evolução dos Atos de Temática Única e Acessória	79
Gráfico 14	Quantidade de Cada Tipo de Ato Assinado	93
Gráfico 15	Tipos de documentos no Governo Collor.....	95
Gráfico 16	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Itamar	96
Gráfico 17	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo FHC.....	98
Gráfico 18	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Lula	99
Gráfico 19	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Dilma	100
Gráfico 20	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Temer	101
Gráfico 21	Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Bolsonaro.....	102
Gráfico 22	Locais de Assinatura dos Atos.....	108
Gráfico 23	Quantidade de Atos por Governo Conforme o Local de Assinatura.....	109
Gráfico 24	Quantidade de Atos Assinados por Ano Conforme o Local de Assinatura.....	110
Gráfico 25	Evolução Acumulada da Quantidade de Atos Assinados Conforme o Local de Assinatura.....	112
Gráfico 26	Locais de Assinatura no Governo Collor	114

Gráfico 27	Locais de Assinatura no Governo Itamar.....	115
Gráfico 28	Locais de Assinatura no Governo FHC	116
Gráfico 29	Locais de assinatura no governo Lula.....	118
Gráfico 30	Locais de Assinatura no Governo Dilma	119
Gráfico 31	Locais de Assinatura no Governo Temer.....	120
Gráfico 32	Locais de Assinatura no Governo Bolsonaro	121
Gráfico 33	Signatários e Quantidade de Atos Entre 1990 e 2020	127
Gráfico 34	Signatários e Porcentagem de Atos Entre 1990 e 2020	127
Gráfico 35	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Collor	131
Gráfico 36	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Collor	132
Gráfico 37	Signatários no Governo Collor de Acordo com os Cargos.....	132
Gráfico 38	Porcentagem dos Signatários no Governo Collor de Acordo com os Cargos	133
Gráfico 39	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Itamar	134
Gráfico 40	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Itamar.....	135
Gráfico 41	Signatários no Governo Itamar de Acordo com os Cargos.....	135
Gráfico 42	Porcentagem dos Signatários no Governo Itamar de Acordo com os Cargos.....	136
Gráfico 43	Signatários e Quantidade de Atos no Governo FHC.....	138
Gráfico 44	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo FHC	139
Gráfico 45	Signatários no Governo FHC de Acordo com os Cargos.....	139
Gráfico 46	Porcentagem dos Signatários no Governo FHC de Acordo com os Cargos	140
Gráfico 47	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Lula.....	145
Gráfico 48	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Lula.....	145
Gráfico 49	Signatários no Governo Lula de Acordo com os Cargos	146
Gráfico 50	Porcentagem dos Signatários no Governo Lula de Acordo com os Cargos.....	146
Gráfico 51	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Dilma.....	148
Gráfico 52	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Dilma.....	149
Gráfico 53	Signatários no Governo Dilma de Acordo com os Cargos	149
Gráfico 54	Porcentagem dos Signatários no Governo Dilma de Acordo com os Cargos.....	150
Gráfico 55	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Temer	151
Gráfico 56	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Temer.....	152

Gráfico 57	Signatários no Governo Temer de Acordo com os Cargos	152
Gráfico 58	Porcentagem dos Signatários no Governo Temer de Acordo com os Cargos.....	153
Gráfico 59	Signatários e Quantidade de Atos no Governo Bolsonaro	154
Gráfico 60	Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Bolsonaro	154
Gráfico 61	Signatários no Governo Bolsonaro de Acordo com os Cargos.....	155
Gráfico 62	Porcentagem dos Signatários no Governo Bolsonaro de Acordo com os Cargos..	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da Porcentagem da Dependência Externa Brasileira (consumo/demanda total de energia)	54
Tabela 2	Acordos no governo Collor	64
Tabela 3	Acordos no governo Itamar Franco	65
Tabela 4	Acordos no governo FHC.....	66
Tabela 5	Acordos no governo Lula	67
Tabela 6	Acordos no governo Dilma	68
Tabela 7	Acordos no governo Michel Temer	69
Tabela 8	Acordos no governo Jair Bolsonaro	70
Tabela 9	Coefficiente de variação de cada governo.....	70
Tabela 10	Distribuição de atos de acordo com a temática	76
Tabela 11	Atos de temática única e acessória por ano	78
Tabela 12	Evolução dos atos de temática única e acessória	80
Tabela 14	Número de atos de acordo com a temática no governo Itamar	81
Tabela 15	Número de atos de acordo com a temática no governo FHC.....	82
Tabela 17	Número de atos de acordo com a temática no governo Dilma	83
Tabela 18	Número de atos de acordo com a temática no governo Temer	84
Tabela 19	Número de atos de acordo com a temática no governo Bolsonaro.....	84
Tabela 20	Quantidade e Porcentagem de atos conforme o local de assinatura	109
Tabela 21	Quantidade de atos assinados por ano conforme o local de assinatura.....	110
Tabela 22	Evolução acumulada da quantidade de atos assinados conforme o local de assinatura	112
Tabela 23	Quantidade e Porcentagem de atos conforme o local de assinatura no governo Collor.....	114
Tabela 24	Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Itamar	115
Tabela 25	Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo FHC	116

Tabela 26	Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Lula	118
Tabela 27	Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Dilma	119
Tabela 28	Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Temer	120
Tabela 29	Cargos dos signatários e atos que aparecem	129

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	15
	INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	PERCURSO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DA DIPLOMACIA ENERGÉTICA.....	25
CAPÍTULO 2	CRONOLOGIA DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA	35
CAPÍTULO 3	DESEMPENHO DOS GOVERNOS NOS ACORDOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA... 	49
CAPÍTULO 4	TEMÁTICA ENERGÉTICA NOS ACORDOS INTERNACIONAIS.....	64
CAPÍTULO 5	TIPOLOGIA DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA.....	76
CAPÍTULO 6	LOCAL DE CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA	92
CAPÍTULO 7	SIGNATÁRIOS DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA ..	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	145
ANEXO	149
SOBRE OS AUTORES	193

PREFÁCIO

Ao longo das últimas duas décadas, observadores na imprensa, política e academia têm frisado a importância das grandes economias semiperiféricas em uma ordem internacional crescentemente multipolar. Países como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros Estados destacados em suas regiões (e.g. Turquia) se configuraram como atores incontornáveis em diversas frentes do sistema internacional. Não obstante, há um descompasso em termos da importância declarada deste objeto de pesquisa e os meios disponíveis para compreendê-lo. A escassez de dados sistemáticos dificulta tanto a análise da trajetória de cada país quanto a comparação entre eles.

Este desafio se estende ao Brasil. Para diversos comentaristas, o perfil diplomático do nosso país descreveu um ciclo de ascensão e queda nas últimas décadas, tendo havido grande protagonismo nos governos Lula e retração logo após. Porém, sem uma quantificação sistemática que forneça um referencial contra o qual cada governo possa ser avaliado, tais diagnósticos permanecem impressionistas.

Neste contexto, a contribuição dos autores desta obra merece ser posta em realce. Ao metrificarem os tratados internacionais firmados pelo Brasil nos últimos 30 anos na temática energética, os pesquisados conseguem fornecer o referencial que faltava para ancorarmos tais discussões em medidas concretas. Sua análise dos quase 500 atos diplomáticos celebrados pelo país neste período responde de forma objetiva quais governos foram mais ativos neste dossiê, além de evidenciar padrões que até agora passavam despercebidos, por exemplo, o nível tipicamente ministerial dessas tratativas.

O valor da obra reside não somente nas respostas que fornece às indagações da academia. Merece destaque o fato que a pesquisa se baseia em informações disponibilizadas publicamente na plataforma Concordia (<https://concordia.itamaraty.gov.br/>), na qual o Ministério das Relações Exteriores oferta abertamente informações sobre os tratados internacionais firmados pelo Brasil desde o séc. 19. É encorajador ver, na publicação deste livro, uma dinâmica virtuosa em que o trabalho de publicização e abertura de uma agência do poder público é recepcionado pela academia, embasa pesquisa original, e retorna à sociedade um produto científico útil: um retrato da diplomacia energética brasileira desde a redemocratização. Certamente este é um ciclo que merece ser repetido em mais áreas e assuntos para robustecer tanto o *accountability* governamental quanto o valor público das ciências sociais brasileiras. Os debates recentes que nos convidam a pensar na política externa como uma política pública compartilham desta preocupação com a responsividade da chancelaria à sociedade, embora até agora tenham devotado mais atenção a questões de formação da agenda e transmissão de preferências políticas. O livro oferece um complemento equilibrado para esta linha de pesquisa ao chamar atenção também para os outputs do Itamaraty, já que não se pode começar a avaliar o quão responsiva é a política externa sem primeiro dimensioná-la em uma métrica comum.

Em conclusão, pode-se afirmar que *Diplomacia e Segurança Energética Brasileira: cronologia e características dos acordos internacionais (1990 e 2020)* traz uma importante contribuição tanto para a academia quanto para o debate público. Sua ênfase em dados enriquece e pluraliza a tradição de pesquisa sobre Política Externa Brasileira, além de trazer achados que deverão animar novas investigações no futuro.

Rafael Mesquita de Souza Lima
Professor adjunto de Relações Internacionais,
Departamento de Ciência Política, UFPE
Recife, 10 de agosto de 2021

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a questão energética no âmbito das relações internacionais pode apresentar uma diversidade de contextos e atores, bem como se desenvolver a partir de ampla gama de abordagens práticas e teóricas. Diante disso, o desafio inicial que se põe nesta introdução é apresentar os referenciais analíticos que orientam o estudo desenvolvido e são exibidos nas diversas páginas que compõem este livro.

O primeiro passo é esclarecer o significado de segurança energética. Dalgaard (2017, p. 46) entende que a segurança energética seria a garantia do acesso aos recursos energéticos necessários para promover o contínuo desenvolvimento das capacidades nacionais, da performance econômica e do crescimento. Diante disso, os estudos e as práticas relativas à segurança energética se ocupariam de identificar ameaças que podem por em riscos determinados interesses de um país, os quais devem ser devidamente protegidos. Essa garantia, por sua vez, exige medidas de ordem política, militar, econômica, social, ambiental, infraestrutural, tecnológica, dentre outras, visando manter o fluxo contínuo e adequado de energia. As iniciativas adotadas pelos Estados podem ser voltadas a atingir objetivos na esfera nacional ou internacional.

A concepção do atual sistema de segurança energética, que costuma orientar a política interna e externa dos países, ocorreu após os embargos ao petróleo promovidos pelos países árabes. O objetivo desse sistema seria “garantir a coordenação entre os países industrializados em uma eventual perturbação do fornecimento, encorajar a colaboração

em políticas energéticas e conter qualquer uso de uma ‘arma de petróleo’ por parte dos exportadores.” (YERGIN, 2006, p. 75). Apesar de ser uma abordagem limitada à questão da segurança energética na perspectiva dos mercados de petróleo, esse ponto de vista deixa claro o desafio enfrentado pelos países para suprir a demanda interna de energia.

A busca pela segurança energética pode, assim, ser caminho para aproximação ou distanciamento entre os países. O ponto de partida para essa situação está no fato de que os recursos domésticos podem não ser suficientes para garantir a segurança energética nacional ou existirem em fartura no território de um país, tornando-se, assim, um objeto de cobiça na consecução da segurança energética de outros Estados. Em ambos os casos, isso leva os governos a buscar o mercado internacional e estabelecer relações cooperativas, visando atender as demandas energéticas existentes. Nessa seara, se estabelece também a relação de dependência dos Estados ao comércio mundial de energia.

Ao tratar da utilização dos recursos energéticos como uma ferramenta política, Shaffer (2009) afirma que isso tende a ser ainda mais proeminente em períodos em que as condições do mercado internacional de energia estão mais severas, afetando tanto a política externa dos países exportadores quanto dos importadores. Porém, não é apenas nos cenários de crise que a segurança energética emerge como um fator de aproximação ou disputa entre os Estados, já que os governos também implementam iniciativas, com o objetivo de evitar ou se precaver, diante dos cenários de anormalidade que circundam o mercado internacional de energia.

Nesse contexto ambivalente da segurança energética se insere a diplomacia energética, que pode ser concebida como uma possível coordenação entre os países industrializados, em uma eventual perturbação do fornecimento e sobre a colaboração em políticas energéticas (YERGIN, 2006, p. 75). A diplomacia energética, no entanto, não ocorre somente em meio aos países industrializados e quando o fornecimento de energia está ameaçado, sendo esta uma das suas facetas.

Num sentido mais amplo, Dalgaard (2017, p. 46) considera que a diplomacia energética consiste no “uso de instrumentos políticos da política externa de um Estado com o objetivo de garantir a segurança energética deste”. Essa concepção pode se agregar à perspectiva defendida por Sun (2014, p. 398), a qual considera a diplomacia energética como algo diretamente ligado à segurança energética, tendo em vista que a estratégia utilizada por um país, para garantir a sua segurança energética, seria o fator determinante dos princípios da sua diplomacia energética. Como se pode perceber, existe uma íntima e forte relação entre os dois temas.

A diplomacia energética é concebida, assim, em favor da garantia da segurança energética. Ademais, como instrumento da política externa, seu uso pode ser um meio para promover a cooperação no setor de energia. Os Estados seriam os atores centrais desse fenômeno e ele ocorreria, em sua maior parte, de forma bilateral, ou seja, de governo para governo (GOLDTHAU, 2010, p. 28).

Uma das iniciativas de que os Estados dispõem no âmbito da diplomacia energética visando a consecução da segurança energética são os acordos e demais atos internacionais, os quais podem ser firmados com outros países e organizações transnacionais. Nessa perspectiva, Udaeta *et al.* afirmam o seguinte:

Já que as interconexões internacionais são um meio para que os consumidores tenham acesso a um serviço energético mais eficiente, com melhor qualidade e com menor incerteza para o abastecimento, os acordos entre os países sobre o papel, organização e funcionamento do mercado energético integrado se demonstram mais do que necessários (UDAETA *et al*, 2006, p. 3).

Considerado as referências conceituais e analíticas ora expostas, este livro tem como objetivo geral apresentar um estudo sobre a trajetória da diplomacia energética do Brasil, tendo como referência os acordos internacionais bilaterais e multilaterais estabelecidos pelo governo brasileiro, entre 1990 e 2020. A percepção é de que esses atos internacionais

expressam um ajuste de compromissos entre o governo brasileiro e outro ator internacional, que visam garantir aspectos atinentes à segurança energética nacional e internacional.

Nesse contexto, a hipótese é de que a compreensão da diplomacia energética brasileira, em tal perspectiva, contribui para entender como o Brasil conforma suas ações externas, visando garantir a segurança energética nacional e internacional. Com isso, o problema sobre o qual se concentra a análise apresentada neste livro pode ser expresso no seguinte questionamento:

- Como se caracteriza a diplomacia energética brasileira, considerando a análise dos acordos firmados pelos diferentes governos com outros países e organizações internacionais, entre os anos de 1990 e 2020?

Considerando tal problema, foi de fundamental importância pesquisa realizada na plataforma Concórdia, mantida pelo Ministério das Relações Exteriores, onde foram coletados 441 acordos que, de alguma forma, tinham como finalidade garantir a segurança energética. A partir do exame e da filtragem desses atos internacionais, foram estabelecidos os objetivos específicos do estudo que serão desenvolvidos ao longo deste livro: 1) determinar a chave analítica para o estudo da diplomacia energética, a partir da análise dos acordos internacionais; 2) investigar a cronologia dos atos internacionais no período determinado; 3) verificar o desempenho dos diferentes governos de forma individual e comparativamente; 4) avaliar se a questão energética era temática principal ou acessória nos acordos firmados; 5) discorrer sobre os tipos de atos internacionais utilizados; 6) analisar aspectos atinentes ao local de celebração dos assinados; 7) observar questões relativas aos signatários dos atos.

Levando em consideração a pergunta de pesquisa, a análise de conteúdo dos documentos é um fator teórico metodológico de extrema relevância. A análise documental pode ser definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um

documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (CHAUMIER *apud* BARDIN, 2011, p. 51). Por meio desse procedimento, buscam-se representar, de outro modo, as informações contidas nos documentos, ou seja, transformar um documento primário em um documento secundário, que seria a representação do anterior (BARDIN, 2011).

O processo de análise de conteúdo dos documentos empregado no estudo apresentada neste livro teve como referência a obra de Bardin (2011, p. 125 a 132), na qual o referido processo possui três diferentes fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Durante a pré-análise, são escolhidos os documentos que serão submetidos à análise. Os documentos foram escolhidos da seguinte forma: a partir da ferramenta de busca avançada da plataforma Concórdia, foi estabelecido o período de interesse da análise, qual seja, a partir de 15/03/1990, quando Collor assumiu a presidência. A pesquisa tomou como marco temporal o primeiro governo eleito no retorno das eleições diretas ao país, a fim de adotar um padrão para análise nos governos seguintes. Em seguida, foram investigadas, em todos os acordos assinados nesse período, menções à cooperação na área de energia. Foram coletados 441 acordos que possuem algum tipo de menção ao tema, sendo estes os documentos submetidos à análise.

A fase de exploração do material, por sua vez, é a etapa da análise propriamente dita. Nesse momento, é realizado o processo de codificação dos dados, em que eles são transformados sistematicamente e agregados em unidades. Nessa fase, foram codificados, de acordo com data, governo, tipo de ato, tipo de documento, signatário, local de assinatura, parceiro, região e continente do parceiro. Por último, foi realizada a fase de tratamento dos resultados. Nesse momento, foi feita interpretação de como os fatores acima mencionados se configuram e se relacionam ao longo do período analisado, considerando sempre aspectos atinentes aos estudos sobre diplomacia e segurança energética. Essa análise foi apoiada na estatística descritiva e inferencial, cujos resultados se expressam de forma textual e através de tabelas, gráficos e figuras.

É importante ressaltar que as pesquisas relacionadas à diplomacia energética não tratam, ainda, de forma aprofundada, as informações disponíveis nos acordos internacionais assinados pelo Brasil. Trabalhos como os de Aalto *et al* (2017), Afionis *et al* (2016) e Borda e Suárez (2016) abordam a questão da diplomacia energética, mas não utilizam os atos internacionais como unidades de análise, ou não se aprofundam nas informações disponíveis neles. Nesse sentido, esta pesquisa busca trazer uma inovação às discussões acadêmicas que tratam sobre o tema, ao utilizar um objeto de estudo que ainda não recebeu tanta atenção em pesquisas científicas no país e no exterior.

Este livro possui mais dez partes, além desta introdução. No primeiro capítulo, será exposto o percurso analítico escolhido para o estudo da diplomacia energética nesta obra. No segundo capítulo, é examinada a cronologia dos acordos internacionais na área de energia no intervalo temporal estabelecido. No terceiro capítulo, avalia-se o desempenho dos governos a partir dos acordos internacionais firmados sobre o tema. No quarto capítulo, é averiguada a temática dos atos, considerando o papel que a energia recebe nos acordos. No quinto capítulo, se aprecia como se conforma a tipologia dos acordos assinados pelo Brasil. No sexto capítulo, são exploradas diversas questões relativas aos locais de assinatura dos atos. No sétimo capítulo, a análise avança sobre os atores e instituições envolvidas na celebração dos acordos. As considerações finais, como parte da obra, trazem uma síntese dos principais achados de toda a análise realizada, além de importantes fatores a serem considerados na agenda de pesquisa sobre diplomacia e segurança energética. Destacam-se, também, as referências e o anexo que lista todos os acordos examinados para a realização deste livro.

Por fim, é preciso mencionar que esta obra traz os resultados parciais de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, através do Edital Chamada Universal 2016, intitulado “ANÁLISE DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL FIRMADOS PELO BRASIL NA ÁREA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA (1990-2014)”. Este projeto foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos sobre Segurança

Energética (Gesene), ligado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa obra é uma versão revisada, ampliada e atualizada de parte da dissertação de mestrado defendida por Lucas Marques Feitosa, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB, orientada pelo coautor deste livro e coordenador do Gesene, Prof. Henry Iure de Paiva Silva. Lucas Marques Feitosa também é membro pesquisador do Gesene.



CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1

PERCURSO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DA DIPLOMACIA ENERGÉTICA

O presente estudo se baseia na análise da trajetória de ação diplomática governamental do Brasil que visa garantir aspectos atinentes à segurança energética nacional e internacional. Acredita-se que essa trajetória pode ser compreendida tendo como referência os atos bilaterais e multilaterais, firmados pelos diferentes governos brasileiros, com outros países e organizações transnacionais. Esses atos significam que, em determinado momento, se estabeleceu a aproximação brasileira junto a outro ator internacional, ao ponto de se alcançar um acordo de vontades, expresso textualmente e assinado por representantes oficiais das partes envolvidas. Como se pode perceber, trata-se de um marco nas relações entre dois ou mais atores internacionais, cercado de especificidades e conteúdo.

Ainda que se questione a efetividade de tais iniciativas para a consecução da segurança energética brasileira e internacional, dada a relevância que possuem como instrumento diplomático, prestam-se de alguma forma à compreensão dos movimentos da política externa do Brasil sobre a temática em questão. Em especial, quando se conduz a

análise, seja avaliando o desempenho de cada mandato presidencial ou comparando a performance entre os distintos governos. Da mesma forma, quando se consegue agregar a isso a possibilidade de aferir, desde preferências que se estabeleceram em certo período, como também situações que representam continuidade ou ruptura da ação diplomática brasileira ao longo dos anos na área de segurança energética.

O desafio inicial que se põe, diante disso, é de que os ajustes internacionais firmados pelos distintos governos brasileiros precisam estar disponíveis para que se proceda com a investigação desejada. Onde eles podem ser acessados? Os atos estabelecidos pelo Brasil podem ser acessados através da internet, disponíveis na plataforma Concórdia, que consiste em uma ferramenta criada e mantida pela Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)¹.

Cabe à DAI, segundo o Manual de Procedimentos de Atos Internacionais, manter-se informada sobre as negociações do compromisso que está sendo acordado, de modo a preparar-se para eventual assinatura, dando a adequada redação técnica ao ato. Concluída a negociação e decidida sua celebração, providencia os instrumentos originais para assinatura, as cartas de plenos poderes, quando necessárias, e a tramitação visando sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro (GABCSh, 2010, p. 74)². Concluído o compromisso, a DAI se incumba de registrar no Concórdia, permitindo o acesso público ao documento.

¹ A plataforma Concórdia pode ser acessada através do seguinte endereço: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>. Para um esboço histórico sobre a criação e consolidação da Divisão de Atos Internacionais, vide Gabcsh (2010, p. 72-75).

² De acordo com o Art. 129, da Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), compete à Divisão de Atos Internacionais (DAI): I – opinar sobre a processualística e a forma dos atos internacionais celebrados pelo Brasil; II – cuidar da boa forma e da assinatura dos instrumentos relativos aos atos internacionais a serem celebrados pelo Brasil; III – coordenar-se com a AFEPA no acompanhamento da tramitação dos atos internacionais submetidos à aprovação do Poder Legislativo; IV – tomar providências para a aprovação, promulgação, ratificação, adesão, denúncia e publicação de atos internacionais, bem como para seu registro em Chancelarias ou Organizações Internacionais; V – preparar cartas credenciais e de plenos poderes para negociação e assinatura de atos internacionais, bem como para as Delegações do Brasil em conferências e reuniões internacionais; VI – manter registros de assinatura, ratificação, adesão ou denúncia de atos internacionais de interesse para o Brasil, e fazer publicá-los quando cabível; VII – cuidar dos atos internacionais de que o Brasil for depositário; e VIII – acompanhar e supervisionar, nas áreas de sua competência, o funcionamento do sistema informatizado de prestação de serviços consulares, inclusive, quando cabível, no que diz respeito à certificação digital.

Com a plataforma Concórdia, podem-se realizar pesquisas sobre cada um dos mais de 11.950 atos internacionais dos quais o Brasil é parte, desde 1822³. Através dessa ferramenta, é possível acessar o texto dos acordos, nos idiomas em que foram originalmente assinados, ainda com a possibilidade de efetuar o download dos documentos. Além disso, tem-se acesso a um conjunto de informações sobre os compromissos firmados, tais como: título, outra(s) parte(s), signatário pelo Brasil e pela outra parte, local e país de celebração, data da celebração, vigência, assuntos relacionados ao acordo etc.

A partir do Concórdia, foi realizada a coleta dos acordos, de modo a organizar um banco de dados. O ponto de partida foi a busca dos atos sobre energia, a partir da inserção de palavras-chave em quatro campos de pesquisa disponíveis na plataforma: “Título do Acordo”, “Texto do Acordo”, “Tipo de Data”, “Data Inicial” e “Data Final”. Nas duas primeiras, a pesquisa foi feita inserindo palavras-chave relacionadas à questão energética. As palavras-chave incluem termos gerais, como “energia(s)” e “recurso(s) energético(s)”, além de outros termos que expressam classificações da matriz, como “renovável(is)” e “não renovável(is)”, ou fontes energéticas específicas, como “petróleo”, “gás”, “eletricidade”, “hidroeletricidade”, “bioenergia”, “etanol”, “biodiesel” e outros tantos.

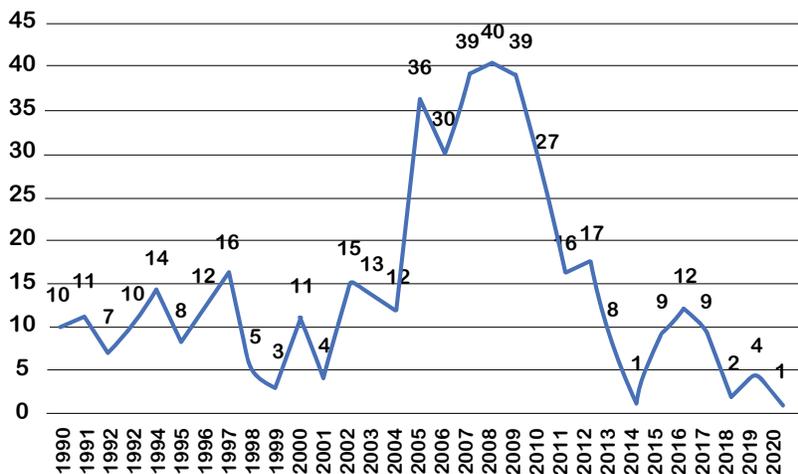
As buscas no Concórdia eram temporalmente limitadas entre os anos de 1990 e 2020, indicando no campo “Tipo de Data” a opção de pesquisa segundo a data de celebração. A plataforma permitia escolher outros os tipos de data, como a data da promulgação, data de entrada em vigor e data de expiração prevista. Estas informações compõem o banco de dados, mas as análises apresentadas neste livro têm como referência a data de celebração.

O resultado foi de 441 atos internacionais constituídos na área de energia pelo Brasil, entre 1990 e 2020. Como o Concórdia disponibiliza os arquivos com o texto dos atos para download, cada um foi descarregado para compor o banco de dados a ser analisado. O resultado da busca

³ Dados referentes a agosto de 2021, informados diretamente no site da plataforma Concórdia.

dos acordos estabelecidos pelo governo brasileiro, envolvendo energia, pode ser conferido no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Quantidade de Atos por Ano



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

O primeiro acordo registrado data de 3 de março de 1990, um compromisso estabelecido com a Argentina, denominado “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento ao Protocolo nº 8, (Energia) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina”, assinado pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Já o último foi assinado em 25 de janeiro de 2020, com a Índia, denominado “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia”, tendo como signatários pelo governo brasileiro Ernesto Araújo e Bento Albuquerque, respectivamente, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro de Estado de Minas e Energia, e pelo governo indiano Dharmendra Pradhan, Ministro de Petróleo e Gás Natural.

Os dois atos ora mencionados demonstram, desde já, quatro fatores que expressam diferenças quanto à conformação dos compromissos

internacionais pelo Brasil: 1. Cronologia dos atos (data da celebração); 2. Tipo de acordo (tratado e memorando de entendimento); 3. Signatários dos acordos (presidentes e ministros); 4. Parceiros envolvidos (Argentina e Índia);

Esses quatro fatores são considerados variáveis que compoariam a “chave analítica” para o estudo da diplomacia energética brasileira, a partir dos acordos firmados pelo Brasil na área de energia, entre 1990 e 2020, conforme expresso na figura abaixo. Essa “chave analítica” permite compreender aspectos gerais e específicos da diplomacia energética brasileira no referido período.

Figura 1– Chave Analítica da Diplomacia Energética Brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores.

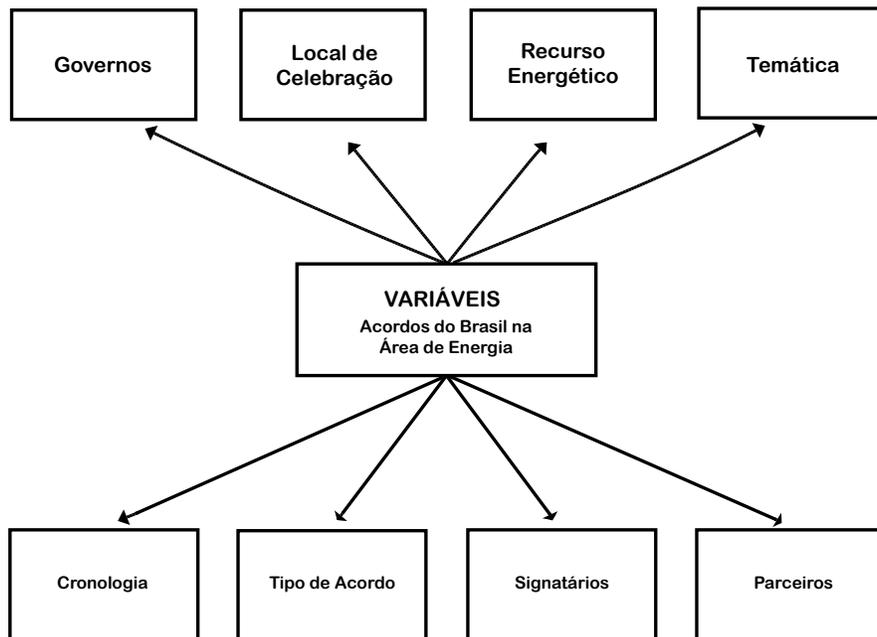
Ainda tomando os extremos como parâmetros e buscando identificar mais variáveis que auxiliem no estudo da diplomacia energética brasileira, tome-se o curioso caso da Índia como parceiro envolvido nos dois anos em que se teve apenas um ato internacional concluído (2014 e 2020), mas que também esteve no elenco de países no ano em que se alcançou o pico de acordos (2008). Neste último caso, no dito ano, foi celebrado, em 16 de abril, em Brasília, durante o governo do presidente Lula da Silva, o “Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural entre o Ministério de Minas e Energia do Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Petróleo e Gás Natural do Governo da República Da Índia”.

Em 16 de julho de 2014, em Brasília, durante a presidência de Dilma Rousseff, foi assinado o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente”, que, em determinado trecho, fica ajustado que as partes pretendem cooperar no uso de biocombustíveis, especificamente. O único ato assinado em 2020 também foi celebrado com a Índia, durante o governo de Jair Bolsonaro, mas, desta vez, em Nova Delhi, o já citado “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia”, em que ambos os países concordam em promover a “produção e o uso de biocombustíveis, incluindo etanol, biodiesel, bioquerosene e biogás, bem como bioenergia e coprodutos e subprodutos adequados oriundos de biomassa”.

Despontam das parcerias acima listadas com a Índia mais quatro fatores que demonstram peculiaridades sobre o ajuste dos compromissos internacionais pelo Brasil na área de energia, envolvendo: 1. Diversos governos presidenciais (Lula, Dilma e Bolsonaro); 2. Distintos locais de celebração (Brasília e Nova Delhi); 3. Diferentes fontes de energia (petróleo, gás natural, biocombustíveis, bioenergia etc.); 4. Questão energética como temática principal ou acessório nos acordos firmados (cooperação em energia ou cooperação ambiental com foco em energia).

A esses quatro fatores somam-se os outros já mencionados, complementando, assim, a “chave analítica” para o estudo da diplomacia energética brasileira, com base no exame dos acordos firmados na área de energia, pelo governo brasileiro, de 1990 a 2020. A figura abaixo apresenta todas as variáveis identificadas.

Figura 2 – Chave Analítica da Diplomacia Energética Brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste livro serão exploradas apenas algumas dessas variáveis, especificamente, o estudo (1) da cronologia geral dos atos, (2) da performance dos governos, (3) sobre a temática do acordo ser exclusivamente acerca de energia ou não, (4) dos locais de celebração dos acordos e (5) os signatários dos acordos pelo governo brasileiro. A limitação é necessária, devido à necessidade de respeitar o número de páginas estabelecidos pela editora⁴.

Verifica-se, portanto, que as questões estabelecidas nos acordos podem ser bastante amplas e diversificadas, dado os distintos aspectos levantados. Emerge, assim, uma trilha de pesquisa sobre a diplomacia

⁴ As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos Sobre Segurança Energética sobre a temática levaram à publicação de estudos com base nas demais variáveis. Vide Passos e Paiva (2018), Montenegro, Paiva e Feitosa (2020) e Feitosa (2021).

energética do Brasil, cujo objeto de estudo passaria a ser os inúmeros fatores que caracterizam a atuação externa brasileira, seja quanto à cronologia dos acordos, seja quanto a um ou múltiplos parceiros envolvidos, abrangendo algum ou diversos recursos energéticos, ou avaliando o papel da temática energética nos distintos compromissos estabelecidos.

Os rumos da pesquisa a serem seguidos a partir das variáveis que compõem a “chave analítica” identificada são igualmente diversificados. Esses podem incidir sobre a correlação entre essa ampla variedade de fatores, o entendimento sobre como se caracterizam as iniciativas em contextos distintos, como se desenvolvem segundo diferentes atores e grupos de atores, qual a repercussão das iniciativas sobre questões correlatas à segurança energética, dentre outras indagações que podem emergir conforme o objetivo determinado na investigação.

Ao exaltar tais perspectivas e questionamentos, esta obra visa cumprir a tarefa de edificar uma agenda de pesquisa e oferecer um conjunto de variáveis analíticas para o estudo sobre a temática. A intenção é que isso leve a explicações ou percepções sobre fenômenos envolvendo a diplomacia energética brasileira, como forma de construir e ampliar referenciais analíticos para os estudos sobre segurança energética nacional e internacional.

A cronologia, enquanto variável, permite orientar os estudos sobre a variação constatada na quantidade dos atos assinados por ano. Essa pode se configurar como importante trilha de pesquisa sobre a Diplomacia Energética Brasileira, cuja agenda pode ser conformada pela busca dos fatores que expliquem o porquê de a atuação externa se alterar em termos tão amplos ao longo dos anos. Nesse contexto, tem-se o caso do governo Lula da Silva, que chegou a firmar de 12 a 40 atos durante seu mandato.

Vislumbra-se que os motivos que explicam essa variação podem ser inúmeros, passando pela falta de interesse ou ausência de oportunidade, pelo excesso de compromissos já existentes ou pela eficácia limitada desse instrumento, por mudanças no cenário interno ou obstáculos no âmbito externo, dentre tantas outras.

Dentre diversos fatores que podem justificar a elevação desse valor a partir de 2005, Sennes e Narciso (2009) destacam que:

De 2006 em diante o Brasil se tornou um exportador de capital líquido. Seguindo o *boom* global das *commodities*, o setor do agronegócio do país cresceu a taxas extraordinárias, enquanto o processo de internacionalização de uma série de firmas nacionais grandes e bem-sucedidas contribuiu para a criação da nova categoria “trans-latina”. Firmas como Gerdau, Vale, Petrobrás, Totvs, e Oderbrecht deram ao país uma vantagem regional e internacional sem precedente. Contribuindo para esse cenário favorável, de forma discutível, houve um grau de consolidação política de instituições domésticas, enquanto na esfera regional, a presença do Brasil cresceu consideravelmente. Nesse contexto, a proeminência relativa do país no setor de energia constitui um fator positivo adicional entre vários outros (SENNESES e NARCISO, 2009, p. 17).

A análise expressa nesta obra não vai tão longe nessa questão, mas oferece referencial analítico para tanto e espera estimular outras investigações a aprofundarem as explicações ou lançarem uma forma de compreender tais fenômenos. Em todo caso, o mais importante é avançar com os estudos sobre o percurso das ações diplomáticas governamentais brasileiras, em benefício da segurança energética nacional e internacional.

No próximo capítulo, tem-se o primeiro conjunto de análises, com base no estudo da cronologia geral dos acordos firmados pelo Brasil, na área de energia, entre 1990 e 2020.



CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2

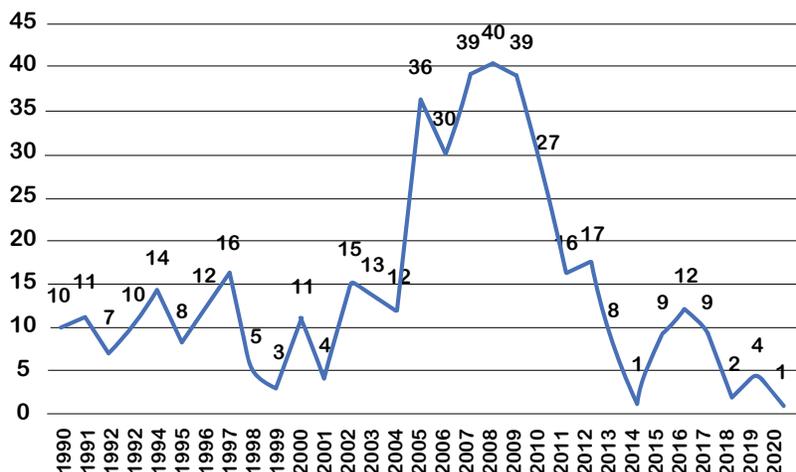
CRONOLOGIA DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA

A primeira parte da análise recai sobre a cronologia dos atos assinados pelo Brasil, evidenciando a quantidade deles em cada ano do período total examinado (1990-2020). Essa análise é importante para entender a trajetória dos esforços governamentais brasileiros em firmar acordos envolvendo segurança energética, permitindo distinguir de forma precisa a ordem e o volume de ocorrência de tais eventos. Com isso, tem-se um ponto de partida para se identificar peculiaridades na linha do tempo e caracterizar os diferentes períodos que compõem a cronologia dos atos constituídos.

As questões que animam a investigação exposta nesta seção podem ser descritas da seguinte forma: Como se conforma o fluxo de atos assinados no decorrer dos anos? Quais as principais características e especificidades considerando sua cronologia? Como foi o desempenho de cada governo? Em que medida existem similitudes e diferenças quando comparados?

O que se pode observar no Gráfico 2 é a linha do tempo dos atos assinados, ou seja, o registro visual da sequência de eventos em função da sua ocorrência durante os trinta e um anos analisados.

Gráfico 2 – Quantidade de Atos por Ano



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Considerando a cronologia dos atos em cada ano individualmente, num dos extremos, o superior, pode-se constatar que os anos com mais ajustes assinados envolvem o mandato do governo do Presidente Lula da Silva (2003-2010), tendo o ano de 2008 a liderança, com 40 atos assinados, seguido pelos anos de 2007 e 2009, quando foram assinados 39 acordos. Trata-se de um volume bastante elevado de atos, que foge completamente dos padrões de outros períodos e governos.

Noutro extremo, o inferior, os anos de 2014 e 2020 são aqueles que tiveram menos atos assinados por ano, tendo em vista que em cada foi subscrito apenas um acordo envolvendo energia, respectivamente, no terceiro ano do mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2014), e no segundo ano do mandato do Presidente Jair Bolsonaro (2020). Em nenhum outro governo presidencial essa marca mínima foi registrada, assim como nenhum mandato ficou sem assinar pelo menos um ato.

O exame da cronologia dos atos traz à tona o fato de que existe um momento particular na linha do tempo dos acordos internacionais em energia, especificamente, os anos entre 2005 e 2010. Esse período de seis anos, nitidamente, destoa dos demais pelo elevado número de acordos firmados e põe em destaque o governo do Presidente Lula da Silva (2003-2010). Em meados do seu primeiro mandato, em 2004, foram assinados 12 acordos, registrando-se uma enorme variação no ano seguinte, em 2005, quando essa quantidade foi triplicada, chegando a 36 atos assinados.

O volume de ajustes estabelecidos continua bem mais elevado do que os governos precedentes até o ano de 2010, que apresenta 27 atos, indicando uma queda que segue no primeiro ano de mandato da Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, quando retorna ao patamar de 16 atos assinados, número já registrado no ano de 1997, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Desde já, pode-se aferir que a cronologia ora em análise apresenta aquilo que pode ser denominado de “período de abundância dos acordos”, que vai de 2005 a 2010, quando temos uma grande quantidade de atos assinados, comparado com as ocasiões anteriores. Além disso, um governo se destaca dos demais quanto ao volume de acordos firmados, o do Presidente Lula da Silva, o que poderia ser chamado de “governo de abundância dos acordos”, mas essa questão será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo.

É possível, porém, avançar ainda mais na investigação em termos cronológicos e governamentais, de modo a identificar e avaliar outros elementos que podem contribuir com uma melhor caracterização da ação diplomática governamental brasileira, em termos de iniciativas internacionais na busca pela segurança energética.

É importante, nos termos ora expostos, lançar luzes sobre a cronologia dos atos, quando se pondera sobre cada década, de forma isolada ou comparativamente. Desde já, deve-se esclarecer que, para fins de organização da exposição nesta obra, não se observa a regra usual

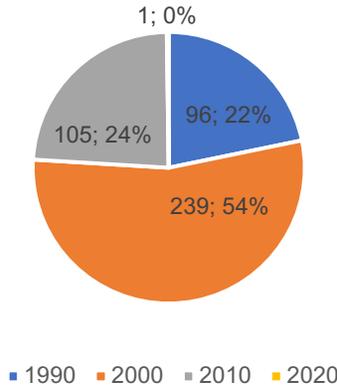
de que a década começa em um ano acabado em 1 e termina em um ano acabado em 0.

As décadas são divididas em 4 épocas neste estudo: a) década de 1990, entre 1990 e 1999; b) década de 2000, de 2000 a 2009; c) década de 2010, de 2010 a 2019; d) década de 2020, que inclui apenas o ano de 2020. No caso desta última, precisa ser tratada de forma especial, conforme a situação, devido ao fato de estar iniciando. A decisão por essa conformação segue a perspectiva de ter, como ponto de partida, o ano em que ocorre a redemocratização do Brasil.

Ao avaliar a quantidade total de atos assinados em cada década, o panorama que se apresenta também é esclarecedor e proporciona parâmetros para entender melhor a trajetória de evolução dos compromissos constituídos. Em termos quantitativos, encontra-se, em primeiro lugar, com o maior número de atos assinados, a década de 2000, registrando 239 composições com parceiros internacionais. Em seguida, vem a década de 2010, com 105 atos estabelecidos. Por fim, tem-se a década de 1990, com 96 acordos assinados, restando a de 2020, com apenas um ato.

Confirma-se, assim, mais um período de destaque na cronologia dos atos firmados pelo governo brasileiro na área de energia, no caso, a década de 2000. Esta corresponde a um período em que se consolidou 54,2% dos atos, enquanto a década de 2010 responde por 23,8%, a década de 1990 com 21,8% e a recém-iniciada década de 2020 vem com 0,2% do total. A década de 2000 registra, portanto, quantidade maior do que a soma de todas as demais décadas juntas.

Gráfico 3 – Total de Atos Assinados em cada Década



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Os dados revelam ainda que existe equivalência quantitativa entre as décadas de 1990 e 2010, as quais poderiam ser denominadas de “décadas de normalidade dos acordos”, em contraposição à década de 2000, que pode ser intitulada como a “década de abundância dos acordos”. Constatase, portanto, que, no momento posterior ao considerado extraordinário, há um retorno aos patamares iniciais da década de partida da cronologia em análise.

A cronologia dos atos também pode ser confrontada com medidas de tendência central, as quais auxiliam a identificar as características apresentadas pelo conjunto de dados apurados. Dessa forma, é possível aprofundar a investigação e compreender melhor as características que marcam a trajetória dos compromissos firmados na área de energia, ao longo dos diferentes mandatos presidenciais. No presente estudo serão abordadas as seguintes medidas de tendência central: média aritmética e mediana.

Uma vez determinado o valor da média aritmética e da mediana, os anos que estiverem abaixo de tal número de referência fazem parte do conjunto de anos em que menos acordos foram assinados. Logo, aqueles com número acima do valor encontrado fazem parte do conjunto de

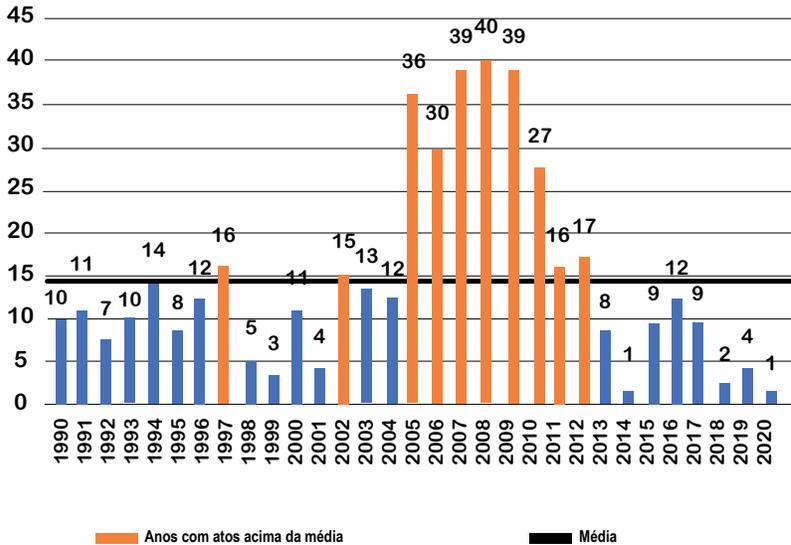
anos em que mais se realizou a assinatura de acordos internacionais envolvendo energia.

As duas medidas de tendência central permitem, por meio de um único número, obter uma ideia de características de certo grupo de números. A mediana é particularmente importante em situações em que há valores que destoam demasiadamente uns dos outros. Isso pode ocorrer pelo fato de se ter valores muito grandes ou muito pequenos, o que pode distorcer a média aritmética, de modo que esta não caracterize adequadamente o conjunto de valores no caso examinado.

A média aritmética, na presente investigação, pode ser obtida a partir da soma dos atos assinados (441) e divisão pelo número de anos investigados (31). No caso contemplado, a média aritmética seria de 14,2 atos. Ao examinar a trilha do tempo segundo tal parâmetro, observa-se 10 anos ficaram acima da média e outros 21 abaixo dela, respectivamente, 32,3% e 67,7%, em relação ao total de anos avaliados. Em outras palavras, tem-se que 2/3 dos anos registraram quantidade de atos abaixo da média aritmética. De que modo isso se dá, segundo as diferentes décadas? Como fica a situação de cada governo?

Ao submeter a análise cronológica com base nessa média, segundo as diferentes décadas observadas, verifica-se que a de 1990 teria os anos de 1994 (14 atos) e 1997 (16 atos) igual ou acima da média aritmética, o que significa que 80% dos anos desse período está abaixo da média identificada. Como se pode perceber, despontam nesse percurso os anos de governo dos Presidentes Itamar Franco (1994) e Fernando Henrique Cardoso (1997), ficando de fora o do Presidente Fernando Collor. O cenário geral dos anos que estão acima e abaixo da média aritmética pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Cenário dos Anos Acima e Abaixo da Média Aritmética



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

A primeira década do século XXI possui um cenário peculiar, como já fora comprovado, pois conta com os anos de 2002 (15 atos), 2005 (36 atos), 2006 (30 atos), 2007 (39 atos), 2008 (40 atos) e 2009 (39 atos) com uma quantidade de atos superiores à média aritmética, o que indica que caiu para 40% os anos abaixo da média, quando comparada com a década anterior. Nesse caso, desponta o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso (2002) e quase todos os anos do mandato do Presidente Lula da Silva em tal década (2005-2009).

A segunda década do século XXI aponta para redução dos anos com quantidade de atos acima da média aritmética, sendo esses 2010 (27 atos), 2011 (16 atos) e 2012 (17 atos), o que significa que se passa a ter 70% dos anos abaixo da média. Entre os que estão acima da média, segue novamente o último ano do governo do Presidente Lula da Silva (2010), passando a figurar também o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2012). Ficam de fora da lista, por estarem abaixo da média aritmética, os governos dos Presidentes Michel Temer e Jairo Bolsonaro,

este incluindo período que compreende a terceira década do século XXI (2020).

Em termos conclusivos, a média aritmética reforça a correspondência entre as décadas de 1990 e 2010, já constatada, mas, nesse caso, dada a proximidade em termos de quantidade de atos assinados acima e abaixo da média, reforçando a tese de que tais períodos se enquadram nas “décadas da normalidade dos acordos”. De modo semelhante ao que fora retratado, a década de 2000 se confirma como a “década da abundância dos acordos”, pelo considerável número de anos com atos acima da média, quando comparada com as outras duas décadas.

Além disso, conforme a média aritmética testada, é possível concluir que, de um lado, têm-se os governos com anos em que os acordos assinados, em algum momento, ficaram iguais ou acima da média no período analisado, os quais são os dos Presidentes: Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff. Estes podem ser caracterizados como “governos com registro de atos igual ou acima da média aritmética”.

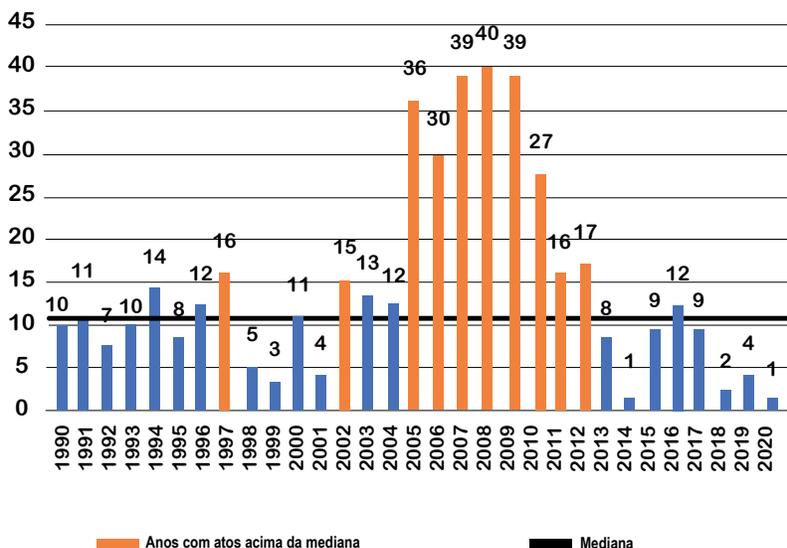
Por outro lado, têm-se os governos sem qualquer ano dos seus mandatos com uma quantidade de acordos assinados que esteja acima da média aritmética, em que se encontra o mandato dos Presidentes Fernando Collor, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Estes podem ser caracterizados como “governos com registro de atos abaixo da média aritmética”.

A pergunta que se põe agora é a seguinte: o cenário ora identificado se confirma ou se altera quando utilizamos a mediana como parâmetro? Como dito, a mediana é importante quando se tem grande variação no número de atos assinados em cada um dos anos ao longo do período analisado, como é o presente caso.

A mediana representa o valor central que separa a metade maior da metade menor da amostra analisada. No presente caso, a mediana pode ser obtida organizando-se os atos assinados em ordem crescente (1, 1, 2, 3, 4, 4, 5, 7...30, 39, 39, 40) e depois verificando o valor que se encontra precisamente no meio da lista ordenada. No período analisado,

tem-se 11 como a mediana, a qual foi identificada seguindo a regra aplicada para uma quantidade ímpar de elementos – identificação do valor no meio da lista. O gráfico 5 distingue os anos com valores iguais ou acima da referida medida.

Gráfico 5 – Cenário dos Anos Acima e Abaixo da Mediana



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Segundo os dados levantados, a mediana altera, em certa medida, o panorama evidenciado pela média aritmética. A primeira mudança imposta pela mediana é a inversão da quantidade de anos com atos acima e abaixo do valor médio. De acordo com tal parâmetro, observa-se que 17 anos ficaram acima da mediana e outros 14 abaixo dela, respectivamente, 54,8% e 45,2% do total de anos avaliados. Em outras palavras, tem-se que mais da metade dos anos registrou quantidade de atos acima da mediana. Novamente, se põem as questões: Como isso se dá segundo as diferentes décadas? De que modo fica a situação de cada governo?

A década de 1990 teria 4 anos com número de atos iguais ou acima da mediana (1991, 1994, 1996, 1997), estando 60% dos anos desse

período abaixo da mediana, contra 80% da média aritmética. Além disso, todos os mandatos presidenciais da década de 1990 teriam ao menos um ano que se enquadraria na tendência acima do valor apontado na mediana, diferentemente da média aritmética, que não abarcava o governo Fernando Collor (1991).

A mediana aplicada na primeira década do século XXI revela, novamente, uma situação particular, já que a década de 2000 chega a atingir quase a totalidade dos seus anos com atos acima da referida média, em termos precisos: tem-se 9 anos com uma quantidade de atos igual ou superior à mediana, ou seja, apenas 10% dos anos abaixo da mediana, contra 40% da média aritmética. No caso, apenas o penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso (2001) fica de fora, e todos os anos do mandato do Presidente Lula da Silva na década (2003-2009) contariam com atos acima da mediana.

A segunda década do século XXI tem 4 anos com atos acima da mediana, o que significa que 60% dos anos estão abaixo da mediana, contra 70% da média aritmética. Encontram-se dentro da metade superior dessa tendência o último ano do governo do Presidente Lula da Silva (2010), assim como o primeiro e o segundo ano do governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2012). A peculiaridade fica por conta do ano de 2016, que possui 12 atos, já que parte do referido ano teve como mandatária a Presidente Dilma Rousseff e outro o Presidente Michel Temer, cuja avaliação mais precisa de cada será tratada no próximo capítulo. O governo do Presidente Jair Bolsonaro continua fora da tendência, marcando a terceira década do século XXI (2020).

Para além da média aritmética, a mediana reforça ainda mais a equivalência entre as décadas de 1990 e 2010, em razão não mais da proximidade, mas da total paridade de anos com atos assinados acima e abaixo da média, contribuindo com a tese de que essas duas se enquadram nas denominadas “décadas da normalidade dos acordos”. No mesmo sentido, a década de 2000 se evidencia com ainda mais pujança como a “década de abundância dos acordos”, já que apenas um de seus anos não

conta com número de atos acima da média, quantidade bem inferior em comparação com as outras duas décadas.

Complementarmente, segundo tal perspectiva, prevalece, na “década de abundância dos acordos”, exclusivamente, uma parte do período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2001-2002) e Lula da Silva (2003-2009). Contudo, parte destes dois mandatos também se desenvolveu durante as “décadas da normalidade dos acordos”, principalmente, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quanto aos demais governos, todos se enquadram apenas nessa última época, porém, de forma distinta em cada um deles.

Neste capítulo, as análises estatísticas e suas representações gráficas foram fundamentais na compreensão da cronologia dos atos internacionais estabelecidos através da diplomacia governamental brasileira na área de energia entre 1990 e 2020, evidenciando o fluxo de atos assinados no decorrer dos anos e a caracterização de diferentes períodos e de cada governo nacional, em termos específicos e comparados.

Os dados examinados, no entanto, podem servir de parâmetro para o entendimento de outros tantos fenômenos que permeiam a interação entre diplomacia e segurança energética brasileira. É o caso, por exemplo, de se examinar a relação entre o volume de acordos firmados e a dependência externa de energia do Brasil ao longo dos anos.

É possível identificar na tabela abaixo a evolução da dependência externa de energia do Brasil, entre os anos de 1990 e 2019, segundo dados disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME, 2003, 2011, 2020).

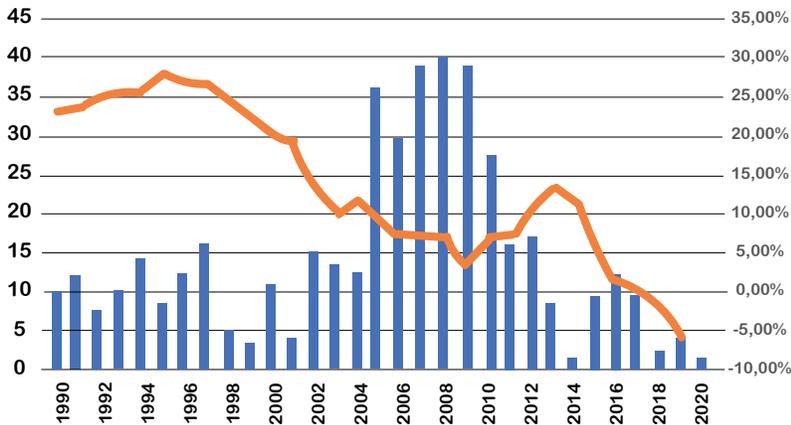
Tabela 1 – Evolução da Porcentagem da Dependência Externa Brasileira (consumo/demanda total de energia)

Ano	Porcentagem	Ano	Porcentagem
1990	25,2%	2005	10,2%
1991	25,7%	2006	8%
1992	27%	2007	8%
1993	27,9%	2008	8,3%
1994	28,4%	2009	3,9%
1995	30,2%	2010	7,5%
1996	29,1%	2011	7,9%
1997	29%	2012	10,6%
1998	26,6%	2013	14,3%
1999	24,1%	2014	12,5%
2000	22,2%	2015	7,4%
2001	21,1%	2016	2,3%
2002	14,1%	2017	0,5%
2003	10,9%	2018	-1,4%
2004	12,9%	2019	-4,9%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Balanço Energético Nacional (MME, 2003, 2011, 2020).

Os dados demonstram, em certa medida, que não há ligação direta entre o aumento da dependência externa e a elevação da quantidade de atos assinados pelos governos brasileiros. Nesse sentido, pode-se observar que o período em que o Brasil mais assinou atos foi quando começou a cair consideravelmente a dependência externa brasileira por energia, ou seja, durante o “período de abundância dos acordos” (2005-2010), a “década de abundância dos acordos” (2000-2009) e o “governo de abundância dos acordos” (2003-2010). O gráfico a seguir torna mais evidente a questão posta.

Gráfico 6 – Quantidade de Atos por Ano vs. Evolução da Dependência Externa por Energia



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

De acordo com a definição apresentada por Dalgaard (2017), a diplomacia energética é utilizada para garantir a segurança energética do Estado. No entanto, os dados e as ponderações ora apresentados evidenciam a complexidade atinente à essa relação, pois se poderia esperar que a quantidade de acordos assinados pelo Brasil fosse maior em períodos em que o país importasse mais recursos energéticos externos para assegurar o suprimento interno. Essa é uma questão aparente que precisa ser mais bem analisada, e para a qual o presente estudo busca contribuir, ao menos, instrumentalizar o caminho para possíveis respostas.

No próximo capítulo, será feita análise mais detalhada sobre o desempenho em matéria de acordos internacionais, na área de energia, de cada um dos sete governos presidenciais, com mandato entre 1990 e 2020.



CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3

DESEMPENHO DOS GOVERNOS NOS ACORDOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA

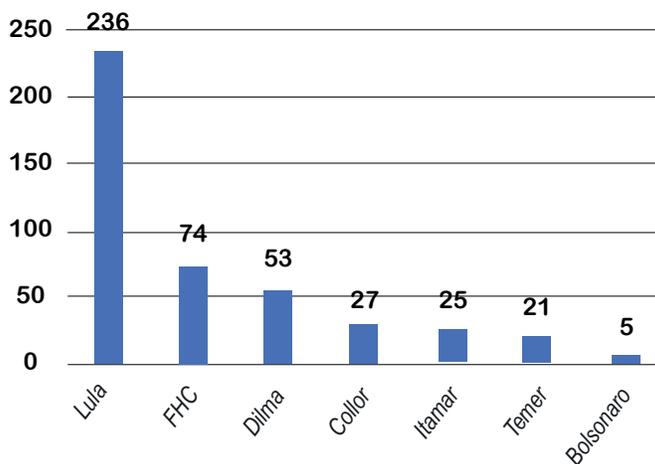
Uma vez identificada a cronologia geral dos acordos estabelecidos por ano, é possível avançar na análise específica e detalhada do comportamento durante os diferentes mandatos presidenciais tidos no Brasil de 1990 a 2020.

De modo a orientar as análises a serem desenvolvidas neste capítulo, algumas perguntas devem ser respondidas: Como se caracteriza o desempenho de cada governo? Qual cenário se conforma quando avaliado segundo medidas de tendência central e de dispersão? Existem peculiaridades e especificidades na cronologia mediante comparação? Como essas análises podem fornecer melhor entendimento sobre a diplomacia e segurança energética brasileira?

Os dados da pesquisa realizada mostram que o governo que mais assinou atos na área de energia foi o do Presidente Lula da Silva, com 236 atos constituídos. O número de atos assinados por ele chama atenção porque é cerca de três vezes maior do que o do segundo colocado da

lista, posição esta ocupada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com 74 atos assinados. Em terceiro lugar, aparece a Presidenta Dilma, com 53 atos assinados, seguida por Fernando Collor (27 atos), Itamar Franco (25 atos), Michel Temer (21 atos) e Jair Bolsonaro (5 atos).

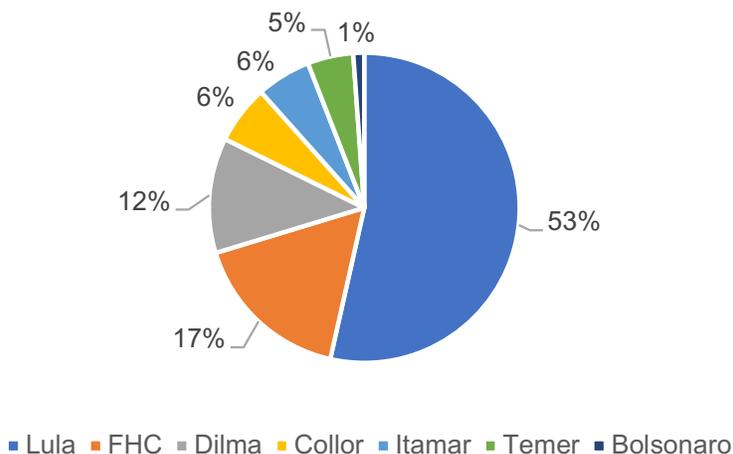
Gráfico 7 – Quantidade de Atos Assinados por Governo



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Vale destacar, também, a porcentagem dos atos assinados em cada mandato presidencial em relação ao total. O que os números mostram e que chama novamente atenção é que mais da metade dos atos assinados foram constituídos no governo do Presidente Lula da Silva (aproximadamente 53%). Os demais tratados assinados, em todos os 23 anos em que outros Presidentes estiveram no poder, ainda assim, representam um número menor do que aqueles assinados durante os oito anos de governo do Presidente Lula da Silva. Trata-se de uma façanha monumental na cronologia ora em análise, o que justifica o seu enquadramento como “governo de abundância dos acordos”.

Gráfico 8 – Porcentagem de Atos Assinados por Governo



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Contudo, essa análise precisa ser expandida e deve considerar elementos peculiares aos diversos mandatos presidenciais vividos pelo Brasil, de 1990 a 2020, como, por exemplo, o lapso temporal de cada governo: um fator que pode implicar em mudanças de cenário. Com essa discussão, salienta-se a necessidade de se observar também a média aritmética de atos assinados por cada governo, considerando o tempo em que estiveram efetivamente no poder, para obter, assim, uma melhor noção do esforço realizado em cada mandato.

Quanto a este aspecto, é importante notar que, enquanto os Presidentes Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso passaram oito anos como Presidentes, Michel Temer e Itamar Franco passaram pouco mais de dois anos no cargo. Além disso, o Presidente Jair Bolsonaro tem apenas dois anos do seu mandato avaliado nesta obra. Complementarmente, é preciso ressaltar, ainda, que os atos relativos aos anos de 1992 e de 2016 são divididos, respectivamente, entre os governos de Fernando Collor e Itamar Franco, e de Dilma Rousseff e Michel Temer. Dessa forma, todos os atos assinados por de Itamar Franco vão do dia 2 de outubro de 1992 até o término de seu mandato, no final de 1994, enquanto os

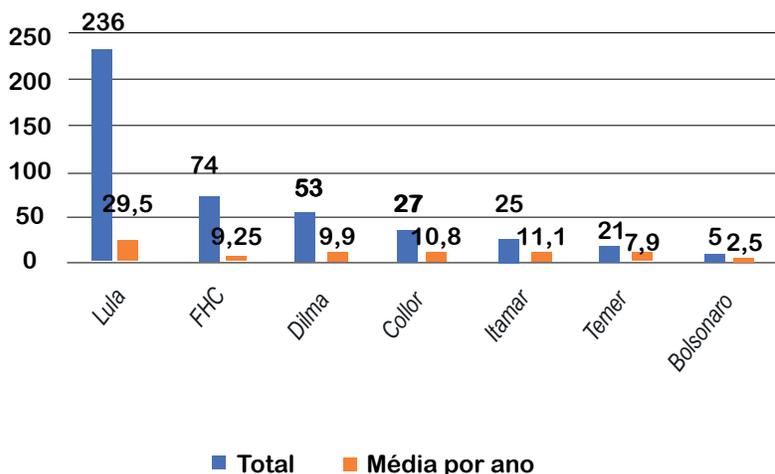
atos do governo Michel Temer vão de 12 de maio de 2016 ao final de 2018. Esses dois mandatários assumem interinamente a Presidência da República nas datas indicadas devido, respectivamente, aos afastamentos de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

A média nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva foi realizada considerando os oito anos de mandato de cada um. Quanto aos demais Presidentes, os atos foram balizados da seguinte forma:

- Fernando Collor – média calculada com base nos dois anos e sete meses do seu mandato presidencial;
- Itamar Franco – média calculada com base nos dois anos e sete meses em que esteve no cargo;
- Dilma Rousseff – média calculada com base nos cinco anos e quatro meses em que esteve no poder;
- Michel Temer – média calculada com base nos dois anos e oito meses em que ocupou o cargo de Presidente.

Com base nessa perspectiva, observam-se algumas alterações no ranking dos atos estabelecidos nos diferentes mandatos presidenciais. Enquanto Lula da Silva continua sendo o Presidente com mais atos assinados, com uma média de aproximadamente 29,5 atos estabelecidos por ano, a segunda posição passa a ser ocupada por Itamar Franco, com uma média de 12 atos assinados por ano. O terceiro passa a ser Fernando Collor, com uma média de cerca de 10,8 atos por ano, seguido por Dilma Rousseff (9,9 atos), FHC (9,25 atos), Temer (7,9 atos) e Bolsonaro (2,5 atos).

Gráfico 9 – Quantidade e Média de Atos em Cada Governo

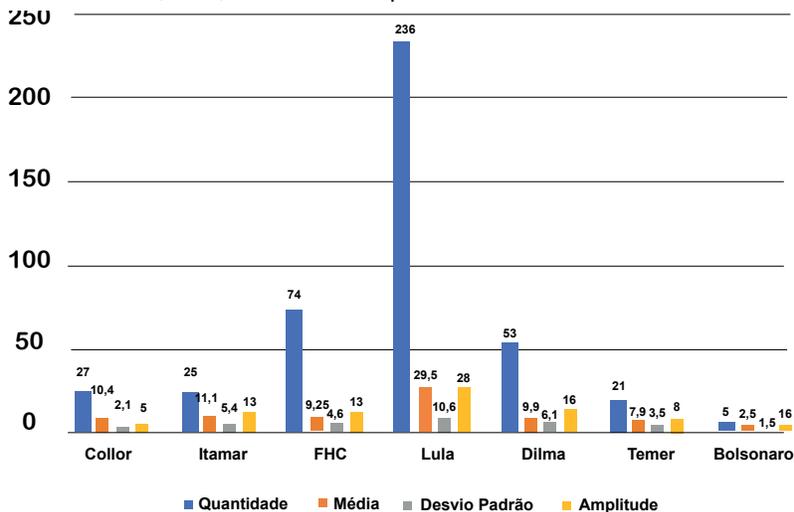


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Prosseguindo com a análise de cada governo, além dessa medida de tendência central, o estudo sobre o desempenho deles pode avançar através das medidas de dispersão, tais como a desvio-padrão, amplitude e o coeficiente de variação. Estas medidas ajudam a entender a variabilidade da quantidade de acordos em termos de o quão distante os valores estão da média dos anos avaliados.

O desvio-padrão servirá para compreender em que medida a quantidade de acordos de cada ano se distancia da média daquele governo: quanto maior o valor do desvio-padrão, maior a dispersão. A amplitude servirá para aferir a diferença entre o valor máximo e o valor mínimo de acordos durante determinado governo: quanto maior a amplitude, mais elevada a variabilidade. O gráfico abaixo dá o quadro geral sobre todas as medidas para cada governo.

Gráfico 10 – Quantidade, Média, Desvio Padrão e Amplitude de Atos em Cada Governo



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Considerando individualmente o governo Fernando Collor (1990-1992), destaca-se o período reduzido de seu mandato, de dois anos e sete meses. Na cronologia da diplomacia energética brasileira, tendo em vista os acordos firmados de 1990 a 2020, ele se enquadra no grupo de “governos de curta duração”, com lapso temporal menor de dados para a avaliação.

Tabela 2 – Acordos no governo Collor

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
1990	10	10,8	2,1	5
1991	11			
1992	6			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Na trajetória do governo de Fernando Collor, verifica-se que 1992 – último ano como Presidente devido ao impeachment – foi o momento de pior desempenho, com seis atos, dos sete registrados naquele ano. Uma das possíveis justificativas para essa queda da assinatura de acordos em 1992 pode ter sido a crise política interna em que se encontrava seu governo. Esta performance, porém, é superior à de Dilma Rousseff, em 2016, ano do seu impeachment, quando conseguiu firmar ainda dois acordos.

O valor do desvio padrão dos atos do governo Fernando Collor é de 2,1, e a amplitude é de cinco, indicando uma homogeneidade da quantidade de atos assinados por ano ao longo do seu governo. Destaca-se, também, como a terceira melhor média no período examinado.

Em seguida, Itamar Franco (1992-1994) ocupou o cargo de Presidente por tempo mais curto ainda, sendo o mais breve de todos os mandatos, com apenas dois anos e três meses, cujos dados estão dispostos na tabela 3. Ele também se enquadra no grupo de “governos de curta duração” no exame da cronologia dos acordos de energia assinados pelo Brasil entre 1990 e 2020, sendo mais um período reduzido de dados de estatística descritiva para promover a análise.

Tabela 3 – Acordos no governo Itamar Franco

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
1992	1	11,1	5,4	13
1993	10			
1994	14			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Embora seja diminuto em anos, alguns dados do governo Itamar Franco se destacam, podendo se mencionar que 1994, seu segundo ano como Presidente, foi o segundo ano da década de 1990 com mais atos assinados, com a realização de 14, superado apenas por Fernando Henrique Cardoso, com 16 atos, em 1997. Além disso, durante os três

meses em que foi Presidente, em 1992, o governo de Itamar Franco ainda assinou um ato.

Deve-se ressaltar que o governo Itamar Franco ocupa a segunda maior média de acordos estabelecidos entre todos. Por fim, observa-se que o valor do desvio padrão do seu governo é de 5,4, e a amplitude é de 13, indicando que no curto período em que esteve no poder não foi tão homogêneo quanto o seu antecessor.

Os anos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no poder inauguram a era dos “governos de longa duração”, considerando que foram oito anos à frente da presidência. Este tempo de mandato conta com um conjunto de dados bem mais amplos para análise quando comparado com os anteriores, inclusive cruzando duas décadas da cronologia em apreciação (1990 e 2000).

Tabela 4 – Acordos no governo FHC

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
1995	8	9,25	4,6	13
1996	12			
1997	16			
1998	5			
1999	3			
2000	11			
2001	4			
2002	15			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

O período de Fernando Henrique Cardoso apresenta dois extremos. É no governo dele que se encontram os anos em que mais e que menos atos foram assinados durante a primeira “década de normalidade de acordos”, ou seja, a década de 1990. Foram, respectivamente, 16 atos assinados em 1997, e apenas três acordos em 1999. Continuando na

perspectiva dos extremos, na década de 2000, denominada de “década de abundância de acordos”, o governo de Fernando Henrique Cardoso também registra o ano com menor número de atos firmados, registrando quatro, em 2001.

Esses números fazem com a amplitude no governo Fernando Henrique Cardoso tenha o expressivo valor de 13, sendo, por um lado, igual ao seu antecessor e, por outro, superado apenas por Dilma Rousseff e Lula da Silva. Já o desvio padrão fica em 4,6 durante seu mandato, sendo esse número menor do que o do seu antecessor.

O mandato do Presidente Lula da Silva é o segundo da era dos “governos de longa duração” na cronologia em exame, pelas mesmas razões do seu precedente. A propósito do governo Lula da Silva muito já foi dito em razão de se destacar como um “governo de abundância dos acordos”. Ademais, é possível evidenciar outros fatores que corroboram esse enquadramento.

Tabela 5 – Acordos no governo Lula

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
2003	13	29,5	10,6	28
2004	12			
2005	36			
2006	30			
2007	39			
2008	40			
2009	39			
2010	27			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Chegando ao governo Lula da Silva, é possível destacar que o valor da amplitude é muito diferente dos demais. Enquanto em 2004 o governo Lula assinou apenas 12 atos internacionais, em 2008 houve o

pico da cooperação internacional brasileira na área de energia, com 40 atos assinados, gerando um impressionante valor de amplitude de 28. Se observarmos também o valor do desvio padrão do período de 2003 a 2010, vê-se que ele é de 10,7. Com base nisso, é possível concluir que alguns anos foram extremos opostos, afetando, diretamente, a média final de atos, por ano, no governo Lula.

O período de governo de Dilma Rousseff no poder (2011-2016) pode ser considerado como o fundacional da era de um “governo de média duração”, pois foram pouco mais de cinco anos à frente da presidência. Trata-se de um governo que também se destaca pelos extremos, dada a grande variabilidade de atos assinados ao longo do seu período, assim como foi o de Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco. Todavia, este último consta nesta seara devido ao único ato assinado durante o seu curto período à frente da presidência, em 1992, após o impeachment de Fernando Collor.

Tabela 6 – Acordos no governo Dilma

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
2011	16	9,9	6,1	16
2012	17			
2013	8			
2014	1			
2015	9			
2016	2			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

A pauta da energia durante o governo Dilma tem seus momentos mais significativos em relação ao grande volume de atos assinados logo nos seus dois primeiros anos de mandato. Em 2011, foram 16 atos assinados, e em 2012 foram 17, o pico do seu governo. Contudo, a queda é expressiva no ano de 2014, que tem o pior desempenho, com apenas

um ato assinado. Isso faz com que o número da amplitude no governo Dilma seja de 16, com desvio padrão de 6,1.

O mandato de Michel Temer se enquadra como “governo de curta duração”, seguindo a classificação baseada no fato de que não registra um ciclo completo de quatro anos de mandato. Para fins do presente estudo, a presidência de Jair Bolsonaro também será considerada como “governo de curta duração”, tendo em vista que apenas dois anos do seu mandato são analisados.

Estes dois governos apresentam a menor quantidade de acordos firmados ao longo do período investigado, sendo também os que apresentam a pior média. Destaque-se a grande quantidade de acordos firmados no governo de Michel Temer no seu primeiro ano de mandato, sendo dez dos 12 registrados no ano de 2016, porém, seguindo com uma significativa queda no resto do seu mandato. O governo de Jair Bolsonaro tem uma performance bastante inferior a todos os demais Presidentes. Em certa medida, isso pode ser resultado dos impactos da pandemia da Covid-19 no segundo ano do seu mandato.

Tabela 7 – Acordos no governo Michel Temer

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
2016	10	7,9	3,5	8
2017	9			
2018	2			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Tabela 8 – Acordos no governo Jair Bolsonaro

Ano	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Amplitude
2019	4	2,5	1,5	3
2020	1			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

À primeira vista, tem-se a impressão de que o governo Bolsonaro foi mais homogêneo do que o governo Temer. Contudo, para realizar comparações de amostras com médias diferentes, é melhor utilizar o coeficiente de variação, a fim de possibilitar uma análise mais fiel à realidade. O coeficiente de variação permite verificar variação da quantidade de acordos em relação à média do governo analisado: quanto menor o valor do coeficiente, mais homogêneos os números de atos. O coeficiente de variação é tido baixo quando menor ou igual a 25%. Ao longo da tabela 9, pode-se observar o coeficiente de variação de cada governo.

Tabela 9 – Coeficiente de variação de cada governo

Posição	Governo	Coeficiente de Variação
1º	Collor de Mello	20,6%
2º	Lula da Silva	36,3%
3º	Michel Temer	45%
4º	Itamar Franco	48,9%
5º	Fernando Henrique Cardoso	50,6%
6º	Jair Bolsonaro	60%
7º	Dilma Rousseff	61,8%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Como é possível ver na tabela acima, o Presidente que de fato teve uma atuação mais homogênea de atos assinados por ano ao longo

do seu governo foi Fernando Collor, com um coeficiente de variação de 20,6%, seguido do Presidente Lula da Silva. Enquanto isso, Jair Bolsonaro e Dilma Rousseff foram os que tiveram o maior valor do coeficiente de variação, respectivamente, com 60% e 61,8%. Em outras palavras, no governo de Dilma Rousseff houve certo desequilíbrio, no que se refere ao desempenho na diplomacia energética, através da assinatura de acordos internacionais.

As análises estatísticas desenvolvidas neste capítulo, representadas em gráficos e tabelas, podem contribuir bastante na compreensão da trajetória dos acordos internacionais estabelecidos pelo Brasil na área de energia, entre 1990 e 2020. Em especial, por lançar ainda mais luzes sobre o desempenho de cada governo nessa seara da diplomacia governamental brasileira, relacionada à promoção da segurança energética, demonstrando peculiaridades sobre o seu desenvolvimento cronológico, em termos qualitativos e quantitativos, ao longo dos anos, mais uma vez, em termos específicos ou comparados.

Na conclusão desta seção, assim como na anterior, pretende-se ressaltar que os dados avaliados e a caracterização da performance dos governos ora realizados prestam-se também como referência para interrelacionar a diplomacia e segurança energética brasileira com aspectos inerentes à análise da política externa brasileira. Como exemplo, pode-se avançar na análise sobre a relação entre a trajetória da diplomacia energética brasileira durante certo período e os padrões atribuídos à política externa de um ou mais governos. É o caso do governo Lula da Silva e a qualificação da sua política externa como ativa e ativa, expressão comumente usada pelo seu Chanceler, o Embaixador Celso Amorim.

Considerando tal questão, de um lado, as análises poderiam seguir no sentido de se aferir que um dos motivos para a grande quantidade de atos na área energética pode ter sido o fato de a diplomacia brasileira, no governo Lula da Silva, ter como lema “uma política externa ativa e ativa”. Conforme ressaltado por Paulo Roberto de Almeida (2004, p. 162), esse rótulo fez com que houvesse uma “intensa participação, executiva e técnica, em quase todos os foros relevantes abertos ao engenho e arte

da diplomacia brasileira, conhecida por ser extremamente profissional e bem preparada substantivamente”.

Por outro lado, os estudos sobre a diplomacia energética brasileira poderiam seguir as percepções destacadas por Dawisson Belém Lopes (2017), quando, por exemplo, trata sobre um possível “recurso diplomático” no governo Dilma Rousseff. No entanto, o citado analista ventila a possibilidade de que, na realidade, o governo Lula da Silva foi um ponto fora da curva na história do Brasil, enquanto a diplomacia da gestão Dilma, simplesmente, teria voltado ao normal, no que se refere à atuação do Brasil.

As indicações analíticas acima, como aquelas levantadas ao final dos capítulos anteriores, precisam ser examinadas de modo mais amplo e profundo. No momento, a pretensão maior é de evidenciar como o presente estudo aspira contribuir, no mínimo, para instrumentalizar o percurso para as possíveis respostas às proposições analíticas ora expostas.

No próximo capítulo, será feita análise detalhada sobre aspectos atinentes à forma dos acordos internacionais firmados pelo Brasil na área de energia, de 1990 a 2020.



CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4

TEMÁTICA ENERGÉTICA NOS ACORDOS INTERNACIONAIS

A variável a ser analisada neste capítulo é “a temática dos atos assinados”, mais um aspecto a ser estudado visando à caracterização da diplomacia energética brasileira. O ponto basilar para a identificação dessa variável foi o levantamento e a avaliação dos documentos extraídos da plataforma Concórdia, nos quais se verificou que havia diferença na forma em que os atos incorporavam a temática energética.

De um lado, a questão energética poderia se apresentar como tema central do acordo, como é o caso do supracitado “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia”, assinado em 25 de janeiro de 2020. Por outro lado, a energia poderia figurar como um tema acessório, em um ato cujo tema central era outro, como no caso do “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente”, o qual prevê a cooperação no uso de biocombustíveis.

Devido a essa diferenciação, foram estabelecidas duas categorias para diferenciar os compromissos internacionais firmados pelo Brasil na área de energia: “atos de temática única” e “atos de temática acessória”. Os atos de temática acessória são aqueles acordos que podem ter um

ou mais temas centrais, cabendo à questão energética algum tipo de menção, em meio a outros assuntos tratados no corpo do documento. Já os atos de temática única, como o próprio nome indica, são aqueles acordos que, precipuamente, apresentam assuntos relativos à energia como objeto central do documento.

Há algumas perguntas a serem respondidas neste capítulo, as quais servem de orientação para as análises a serem desenvolvidas: Como se caracteriza a cronologia e predominância dos tipos de atos? Qual é o panorama nos diferentes governos? Quais especificidades emergem quando comparados? Como toda essa análise pode contribuir para a compreensão da diplomacia e segurança energética brasileira?

Com base em tal categorização, passou-se a examinar os 441 atos assinados pelo Brasil que, de alguma forma, mencionam a temática energética, conforme a busca feita na plataforma Concórdia. O resultado da pesquisa pode ser verificado na tabela abaixo, onde se observa a predominância dos “atos de temática acessória” com 245 documentos que fazem menção à questão energética. Os “atos de temática única” alcançaram a marca de 196 documentos, cujo objeto central gira em torno de assuntos ligados à energia.

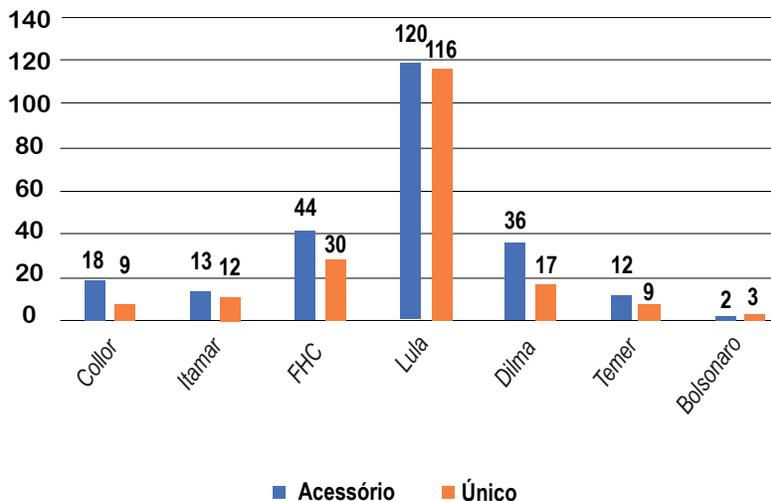
Tabela 10 – Distribuição de atos de acordo com a temática

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	245	55%
Único	196	45%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

O panorama geral da temática dos atos, segundo os diferentes governos, pode ser visualizado no gráfico abaixo, o qual revela que apenas o governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2020) conta com quantidade de atos de temática única superior aos de temática acessória. Nos demais governos, prevalecem os acordos em que a energia é uma dentre outras matérias tratadas no documento, mas não a principal.

Gráfico 11 – Tipos de Atos Assinados por Governo

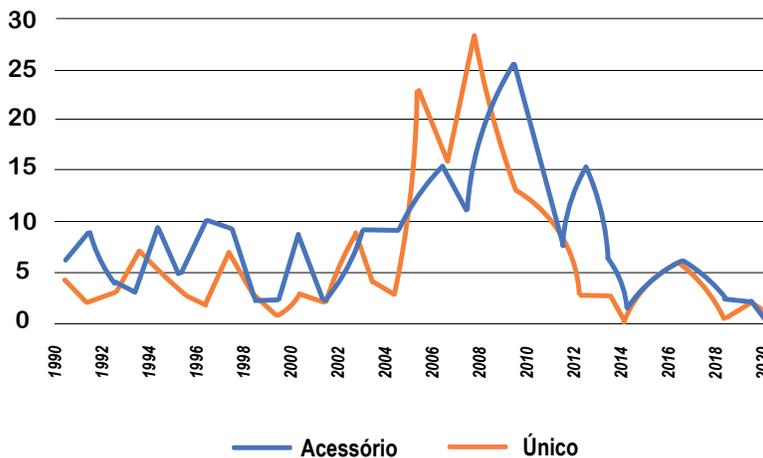


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

O gráfico também deixa claro que a predominância registrada no mandato de Jair Bolsonaro é mínima, em prol dos atos de temática única. No sentido contrário, nos demais governos, a diferença em favor dos atos de temática acessória, em alguns casos, é bem reduzida, enquanto em outros é bem ampla. Cabe, portanto, avançar a discussão sobre cada um dos anos e períodos presidenciais de forma separada, de modo a detalhar melhor algumas diferenças e similitudes entre eles.

Quando se observa a evolução dos atos entre 1990 e 2020, conforme gráfico e tabela abaixo, verifica-se que, na maioria dos anos, prevalecem os acessórios, mas, em alguns deles, mais atos de tema único foram assinados. Neste último caso, é possível notar a ocorrência em 1993 e, depois, nos anos 2002, 2005 e 2007. Com isso, temos, nesse rol, um registro no governo de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, sendo ainda dois no governo do Presidente Lula da Silva.

Gráfico 12 – Quantidade de Atos de Temática Única e Acessória por Ano



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Tabela 11 – Atos de temática única e acessória por ano

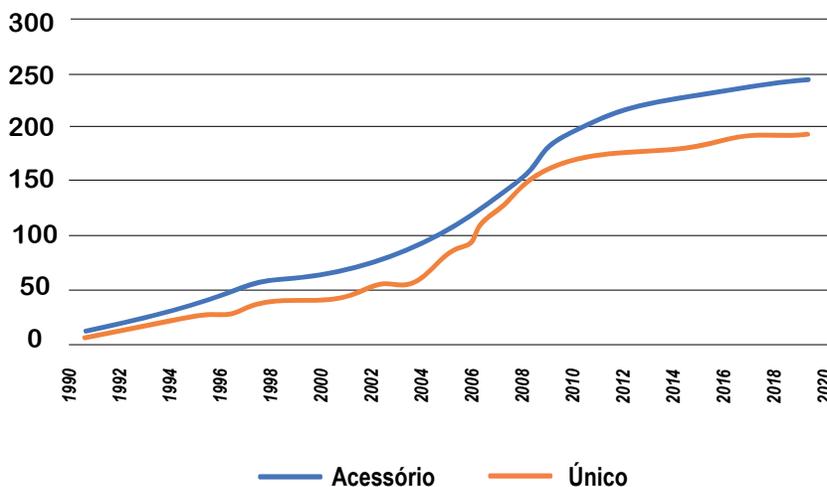
Ano	Acessório	Único	Ano	Acessório	Único
1990	6	4	2006	15	15
1991	9	2	2007	11	28
1992	4	3	2008	21	19
1993	3	7	2009	26	13
1994	9	5	2010	16	11
1995	5	3	2011	8	8
1996	10	2	2012	15	2
1997	9	7	2013	6	2
1998	2	3	2014	1	0
1999	2	1	2015	5	4
2000	8	3	2016	6	6
2001	2	2	2017	5	4

Ano	Acessório	Único	Ano	Acessório	Único
2002	6	9	2018	2	0
2003	9	4	2019	2	2
2004	9	3	2020	0	1
2005	13	23			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Embora se registre, há anos, a predominância dos atos de temática única na cronologia em análise, quando se examina a evolução dos atos cumulativamente, ao longo dos anos, os atos acessórios sempre tiveram em quantidade superior, conforme pode ser constatado no gráfico e na tabela a seguir. Percebe-se que a diferença a favor dos atos acessórios é pequena no início da década de 1990 (1990-1993), aumentando nos anos seguintes, voltando a reduzir na segunda metade da década de 2000 (2007 e 2008), e em seguida só aumenta até o final do período analisado.

Gráfico 13 – Evolução dos Atos de Temática Única e Acessória



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Tabela 12 – Evolução dos atos de temática única e acessória

Ano	Acessório	Único	Ano	Acessório	Único
1990	6	4	2006	121	96
1991	15	6	2007	132	124
1992	19	9	2008	153	143
1993	22	16	2009	179	156
1994	31	21	2010	195	167
1995	36	24	2011	203	175
1996	46	26	2012	218	177
1997	55	33	2013	224	179
1998	57	36	2014	225	179
1999	59	37	2015	230	183
2000	67	40	2016	236	189
2001	69	42	2017	241	193
2002	75	51	2018	243	193
2003	84	55	2019	245	195
2004	93	58	2020	245	196
2005	106	81			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

O momento agora é de avançar na análise de cada governo de modo mais detalhado e em termos comparativos. Dos 27 atos assinados no governo Fernando Collor, verifica-se que os atos acessórios representam 66% do total assinado, enquanto os atos únicos representam 33%. Em comparação aos demais, a presidência de Fernando Collor é a que possui a terceira maior diferença entre os dois tipos de atos (9). Ao examinar a posição do governo Fernando Collor, em relação ao número geral de atos assinados, entre 1990 e 2020, observa-se que, em seu mandato, foram assinados 7,3% dos atos de temática acessória e 4,5% dos atos únicos.

Tabela 13 – Número de atos de acordo com a temática no governo Collor

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	18	66%
Único	9	33%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Já no governo de Itamar Franco, podemos perceber uma diferença em relação ao seu antecessor: a temática energética recebe mais atenção como temática central nos atos internacionais assinados durante esse governo. A diferença entre os acordos que tratam exclusivamente sobre energia para os que são acessórios passa a ser de apenas um ato, respectivamente, 12 e 13 documentos.

Quando se avalia os 196 atos de temática única, o governo de Itamar foi responsável por assinar cerca de 6% desse total, 1,5% a mais do que o seu antecessor. Já em relação aos atos acessórios, os dados apontam que o governo de Itamar Franco representa cerca de 5,3%, valor este abaixo do governo anterior.

Tabela 14 – Número de atos de acordo com a temática no governo Itamar

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	13	52%
Único	12	48%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

O governo de Fernando Henrique Cardoso tem, como característica, no que diz respeito a presente variável, possuir uma diferença bem maior entre os atos únicos e acessórios em relação aos dois antecessores. É a maior amplitude até então registrada, com 14 atos internacionais acessórios a mais do que os atos únicos, respectivamente, 44 e 30 documentos.

Com isso, em relação ao período entre 1990 e 2020, o governo Fernando Henrique Cardoso é o que registra a segundo maior diferença

entre os dois tipos de ato. Ao longo dos 31 anos, no seu governo, os atos acessórios e únicos representam 17,6% e 15,3%, respectivamente, número bem mais representativo dos que os anteriores, algo natural quando se considera que é o segundo maior em quantidade total de acordos dentre todos os governos.

Tabela 15 – Número de atos de acordo com a temática no governo FHC

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	44	59,5%
Único	30	40,5%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Em relação ao governo Lula da Silva, existe uma considerável equivalência entre os dois tipos de ato assinados, mesmo diante de toda quantidade elevadíssima de acordos. No que se refere à quantidade, tem-se quatro atos de temática única a menos do que os de temática acessória. Porém, em termos percentuais, a diferença em favor dos atos acessórios fica em 51% a 49%, o que significa a menor diferença entre as duas categorias ao longo de todos os anos investigados, inclusive em comparação ao governo Itamar Franco (52% a 48%).

Em comparação ao seu antecessor, a participação dos atos únicos aumenta em 8,5%, com uma queda de 8,5% da participação dos acessórios. Ao compararmos com os 441 atos feitos no total, o governo Lula é responsável por cerca de 59,1% dos acordos de temática única e 48,9% dos acessórios. Portanto, podemos afirmar que mais da metade dos tratados que dão maior ênfase à questão energética estão dentro desse governo.

Tabela 16 – Número de atos de acordo com a temática no governo Lula

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	120	51%
Único	116	49%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Dilma Rousseff apresenta uma virada durante o seu governo, tendo em vista que a porcentagem dos atos únicos em relação ao total diminui, consideravelmente, se comparada ao seu antecessor. Com 17 atos únicos, o que significa apenas 32% dos atos tratando exclusivamente sobre energia, o governo de Dilma Rousseff promove uma queda de 17% da participação desse ato em relação aos oito anos que antecedem o início do seu mandato. Em contrapartida, os atos acessórios voltam a sofrer um aumento na porcentagem durante esse governo. Foram 36 atos desse tipo, com uma participação de 68% em relação ao total. Esse se torna, portanto, o governo com a maior disparidade entre as duas categorias. Por fim, além desses números relativos ao próprio governo, a perda da importância dos atos únicos no governo Dilma fica mais acentuada, se compararmos eles com o número geral. Durante os quase seis anos de mandato, no governo de Dilma Rousseff se assinou, do total geral, 8,6% dos atos únicos e 14,7% dos acessórios.

Tabela 17 – Número de atos de acordo com a temática no governo Dilma

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	36	68%
Único	17	32%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

O que se pode perceber com o mandato de Michel Temer é que há uma nova virada quanto à predominância dos atos de caráter acessório em relação aos atos de temática única. Nesse sentido, o que se destaca de diferente, em pouco mais de dois anos do seu governo, é um

novo aumento na porcentagem dos atos únicos, ainda que permaneça abaixo dos acessórios. Enquanto esteve no poder, com Michel Temer, verifica-se, em termos percentuais, elevação na participação de atos de temática única em 11%, e queda nos atos acessórios na mesma proporção. É possível observar também que, durante seu governo, foram assinados cerca de 4,9% dos atos acessórios e 4,6% dos atos únicos, do total realizado durante todo o período investigado.

Tabela 18 – Número de atos de acordo com a temática no governo Temer

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	12	57%
Único	9	43%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Por fim, a importância dessa obra, em termos analíticos, novamente se revela, na medida em que os poucos cinco acordos estabelecidos nos anos de 2019 e 2020, no governo de Jair Bolsonaro, de algo irrelevante, passam a ter um grande valor, quando se considera a variável em análise nesta seção. Com os mais baixos índices registrados em relação ao total, os atos acessórios do seu governo representam cerca de 0,8% de todos os atos com esse caráter coletados na pesquisa, enquanto os únicos representam apenas 1,5%. Ainda que em termos quantitativos e percentuais tais acordos sejam em quantidade diminuta em comparação com os demais mandatos, o governo de Jair Bolsonaro registra um marco único na cronologia em análise: o fato de contar com atos de caráter único maior do que os de caráter acessório.

Tabela 19 – Número de atos de acordo com a temática no governo Bolsonaro

Temática	Quantidade	Porcentagem
Acessório	2	40%
Único	3	60%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

A caracterização da cronologia dos atos internacionais firmados pelo Brasil na área de energia, quanto aos tipos de atos, revelou cenários peculiares no período analisado e nos diferentes governos, emergindo ainda algumas especificidades quando comparados. Mais uma vez, foi possível constituir referências analíticas para compreender melhor a diplomacia e a segurança energética brasileira, que podem ser aperfeiçoadas em alguns pontos.

No que se refere à ampliação e aprofundamento da agenda de pesquisa, os estudos poderiam avançar a partir da análise de conteúdo dos acordos firmados pelo Brasil. Nesse sentido, é possível avançar na pesquisa de modo a compreender, por exemplo, como se caracterizam em termos de forma e conteúdo os atos de temática única e acessória. Da mesma forma, avaliar em que medida os atos de temática acessória podem conter vínculos cooperativos tão ou mais robustos do que os de temática única. Além disso, os estudos poderiam permitir a revisão das categorias propostas neste capítulo, que possa implicar em novas categorias ou na criação de subcategorias.

A análise de conteúdo dos atos de temática única e acessória também seria importante na determinação de questões próprias da segurança energética, como a determinação das ameaças a serem confrontadas e os objetos referenciais que se pretendem proteger nos acordos firmados. Como exemplo, pode-se examinar em que medida cada governo se dedica, mais ou menos, a combater certas ameaças e a garantir a proteção a “algo” ou “alguém” em específico, nos compromissos firmados com outros países ou organizações transnacionais.

No próximo capítulo é apresentado o resultado da análise sobre mais um aspecto concernente à diplomacia e segurança energética brasileira: a tipologia dos acordos internacionais firmados pelo Brasil na área de energia.



CAPÍTULO 5

CAPÍTULO 5

TIPOLOGIA DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA

Na sequência das variáveis analisadas, os dados explorados ao longo da pesquisa realizada permitiram caracterizar a tipologia dos acordos assinados pelo Brasil na área de energia. Essa tipologia tem como referência principal de análise o título dos documentos, os quais indicam diferenças não apenas quanto à nomenclatura, mas também quanto à intenção das partes, o contexto envolvido e aspectos relativos à sua forma e conteúdo.

As perguntas que orientam o desenvolvimento deste capítulo podem ser expressas nos seguintes termos: Como se conforma a tipologia dos acordos assinados pelo Brasil? Qual o panorama geral dessa tipologia na cronologia em análise? Como se caracteriza a atuação de cada governo quanto à variável em questão? Em que medida é possível verificar similitudes e diferenças no desempenho dos governos? Quais as possíveis contribuições desse estudo para a compreensão da diplomacia energética brasileira?

Entender o tipo de documento que está sendo utilizado é importante porque, “embora a denominação escolhida não influencie o

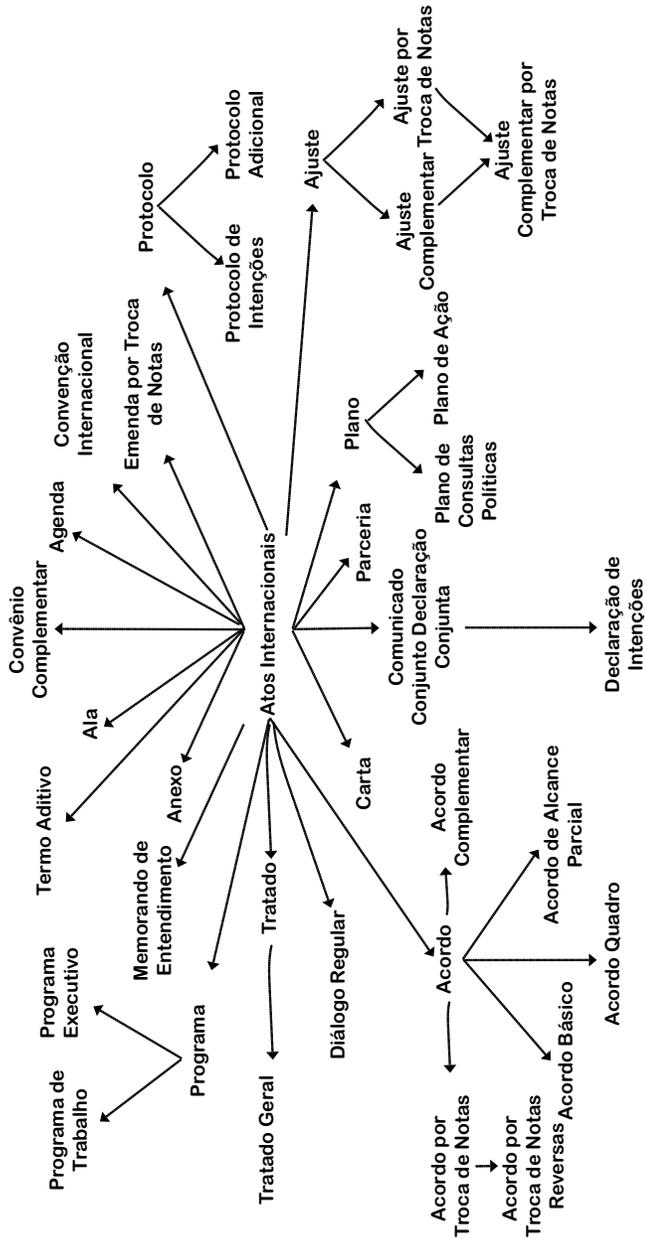
caráter do instrumento, ditada pelo arbítrio das partes, pode-se estabelecer certa diferenciação na prática diplomática, decorrente do conteúdo do ato e não de sua forma.” (BRASIL, 2020, p. 1).

Dentre os atos internacionais, os tipos frequentemente empregados na Coleção de Tratados das Nações Unidas, para se referir a instrumentos internacionais vinculantes ao direito internacional, são: tratados, acordos, convenções, cartas, protocolos, declarações, memorandos de entendimento, *modus vivendi* e troca de notas. (ONU, 2020). Dessa forma, é importante saber o que cada um deles representa, antes de apresentar os dados da pesquisa.

Considerando os tipos de atos internacionais mais comuns e as características gerais que possuem, foi realizada filtragem dos dados visando determinar a tipologia geral desses documentos. Contudo, notou-se que, além dos tipos de atos mais comuns, foram encontradas algumas derivações, as quais poderiam ser classificadas como subtipos de atos. Exemplo disso são os Acordos, que apareceram na sua forma mais básica e a partir da utilização de outros termos, tais como: Acordo Complementar, Acordo de Alcance Parcial, Acordo Quadro, Acordo Básico, Acordo por Troca de Notas e Acordo por Troca de Notas Reversais (acordo p. t. n. reversais).

A partir dessa constatação, foi montado fluxograma mostrando todos os termos utilizados na titulação dos atos internacionais que contemplam a diplomacia energética brasileira, demonstrando ainda como esses termos estão interligados entre si. O fluxograma que apresenta a relação entre os termos pode ser visto a partir da figura 3 abaixo. Como é possível perceber, existe grande diversidade de termos utilizados para nomear os atos internacionais.

Figura 3 – Tipos de documentos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Nesta obra não será realizada análise aprofundada sobre a tipologia do vasto número de termos utilizados nos atos internacionais do Brasil que mencionam energia. Excepcionalmente, em alguns casos, essa caracterização dos atos será feita, dada a necessidade de entender melhor como se conforma a trajetória da diplomacia energética brasileira, com base nos resultados da pesquisa dos dados coletados, cuja referência primordial são os 441 atos identificados no *Concordia*⁵.

Os números mostram que o tipo de documento mais empregado pelo Brasil nos compromissos envolvendo energia foram as Declarações Conjuntas, com 108 atos internacionais. Enquanto instrumento internacional de direito internacional, as “declarações nem sempre são juridicamente vinculativas. O termo é frequentemente escolhido deliberadamente para indicar que as partes não pretendem criar obrigações vinculativas, mas apenas desejam declarar certas aspirações” (ONU, 2020).

O segundo tipo de documento mais utilizado no período analisado foram os Memorandos de Entendimento, com 103 atos desse tipo. Trata-se de um instrumento internacional menos formal, que, frequentemente, “estabelece arranjos operacionais no âmbito de um acordo-quadro internacional. Ele também é usado para a regulamentação de questões técnicas ou detalhadas. É normalmente na forma de um único instrumento e não requer ratificação” (ONU, 2020).

Os dados iniciais mostram que quase metade dos atos assinados pelo Brasil no setor de energia se concentraram entre os dois tipos de atos supracitados. Isso indica que a maior parte do que foi construído a partir desses atos de diplomacia energética brasileira resultou, em primeiro lugar, na conformação de pretensões gerais com a outra(s) parte(s), em compromisso de caráter não tão vinculativo. Em segundo lugar, prevalecem os compromissos que buscavam, de alguma forma, detalhar aspectos da relação entre o Brasil e os seus parceiros sobre

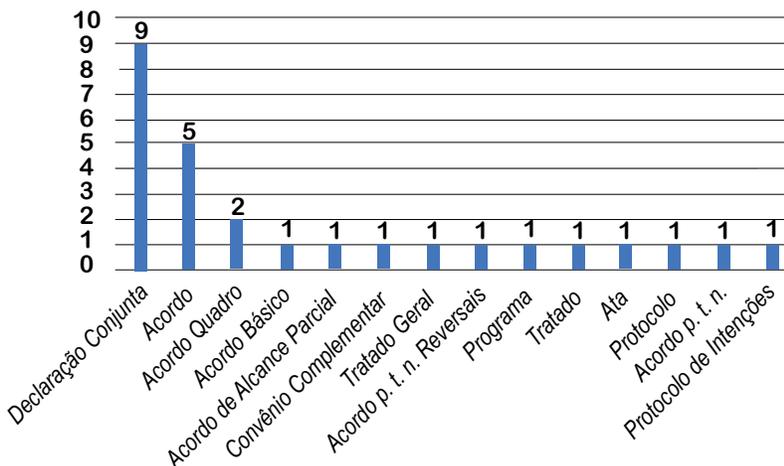
⁵ Para uma compreensão melhor dos tipos existentes, vide ONU (2020) e Brasil (2020).

Ao avaliar os números de cada governo, podemos perceber, durante o mandato de Fernando Collor, que as declarações conjuntas também são os documentos mais realizados, com nove aparições. Podem-se destacar também os Acordos e os Acordos Quadro, sendo realizados cinco e duas vezes, respectivamente.

Outra informação que vale ressaltar diz respeito aos do Acordo Básico (assinado em 1990 com o Chile), Acordo de Alcance Parcial (assinado em 1992 com a Bolívia), Convênio Complementar (assinado em 1990 com o Equador) e Tratado Geral (assinado em 1992 com a Espanha), pois são documentos que foram assinados apenas uma vez ao longo de todos os anos estudados, exatamente no governo de Fernando Collor.

Há de se mencionar também a baixa realização de Protocolos de Intenções, pois, enquanto, no total, foram assinados 31 atos com esse tipo de documento, o quinto no ranking, no governo Collor, apenas um Protocolo de Intenções foi formulado (3,2% do total, assinado em 1992 com a Angola). Por fim, destaque-se ainda a completa ausência de Memorandos de Entendimento, o segundo instrumento mais utilizado entre 1990 e 2020.

Gráfico 15 – Tipos de documentos no Governo Collor



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

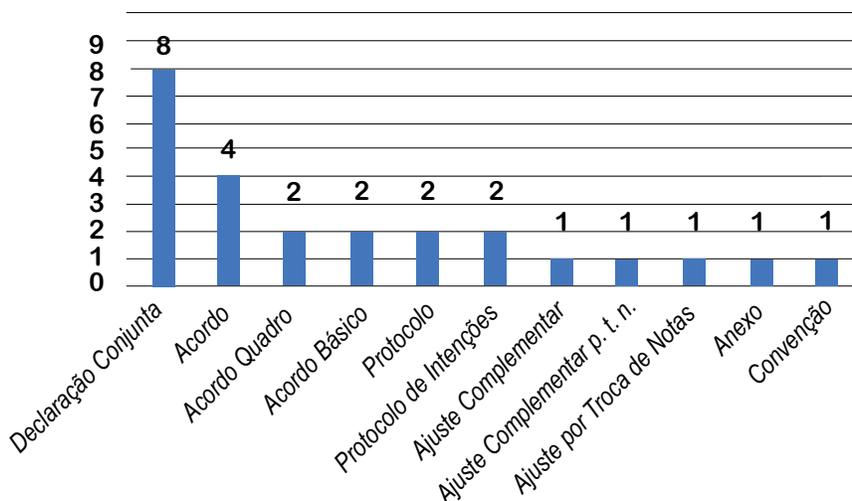
O governo de Itamar Franco apresenta como documento mais assinado, assim como no governo Collor, as Declarações Conjuntas. São oito Declarações Conjuntas realizadas, cerca de 32% de todos os atos assinados em seu governo, e quatro Acordos, cerca de 16% do seu total.

Assim como no mandato do seu antecessor, o período de Itamar Franco apresenta documentos assinados exclusivamente nos seus anos como Presidente: o Ajuste Complementar por Troca de Notas (assinado em 1993 com a Alemanha), o Anexo (assinado também em 1993 com a Argentina), e a Convenção (assinada em 1994 no âmbito da ONU).

Algo que também pode ser realçado sobre o governo Itamar Franco diz respeito aos Ajustes Complementares. Estes são instrumentos que, geralmente, têm como objetivo estabelecer aspectos essenciais à implementação de programas, projetos e ações de cooperação específicas de interesse das partes convenientes. O Ajuste Complementar pode ser estabelecido para dar execução a outro compromisso firmado anteriormente ou dar detalhes de áreas de entendimento específicas (BRASIL, 2020).

Como já mostrado, foram 63 Ajustes Complementares assinados entre 1990 e 2020, sendo este o terceiro tipo de documento mais assinado. Contudo, no governo Itamar, realizou-se apenas um ato desse tipo, no ano de 1993, com a China, o que representa cerca de 1,5% do número total.

Gráfico 16 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Itamar



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Os oito anos de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República são marcados também pela alta realização de Declarações Conjuntas, sendo 29 destas. Apesar de não ser o governo que mais usou esse tipo de documento – tendo em vista que o governo Lula possui número maior –, é no mandato de FHC que esse documento apresenta a sua maior porcentagem de aparições, já que as Declarações Conjuntas representam 39% de todos os atos assinados no período em que esteve no poder.

Isso pode significar que no governo FHC se deu preferência a expressar aspirações sobre determinadas questões atinentes à energia, ao invés de atos com mais detalhamento de compromissos e maior força vinculante, como Acordos, Tratados, Protocolos e Memorandos

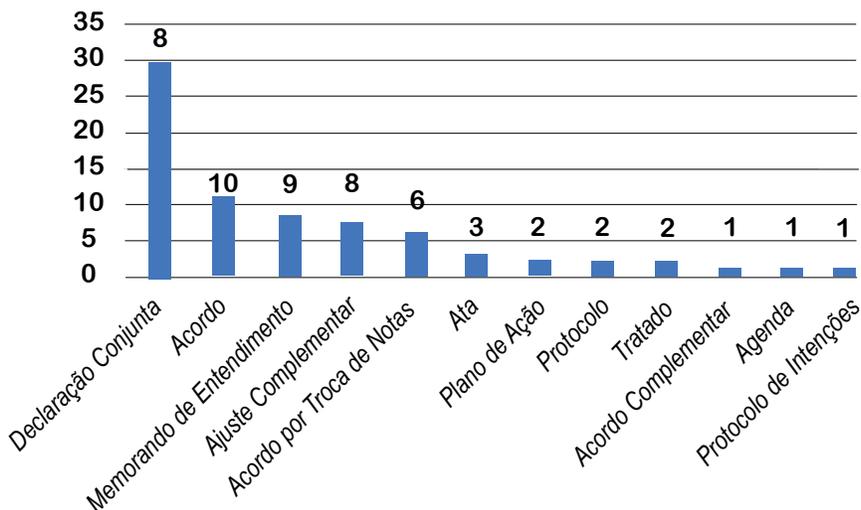
de Entendimento. Ainda assim, os Acordos e os Memorandos de Entendimento aparecem na sequência como documentos mais assinados, com 10 e 9 aparições, respectivamente.

Outro ponto a se destacar sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso diz respeito à Agenda, que é assinada apenas uma vez entre 1990 e 2020, exatamente no ano de 1996, com a Índia. Esse ato, denominado de Agenda Comum para o Meio Ambiente, trata sobre a questão energética de forma acessória, em que se discutem questões relacionadas a combustíveis para transportes e fontes renováveis de energia.

Por fim, o que se pode apontar sobre esse governo diz respeito aos Protocolos de Intenções. Como já exposto, foram 31 desses atos assinados ao longo de mais de três décadas, sendo o quinto tipo de documento mais utilizado. Os Protocolos de Intenções na prática diplomática brasileira sinalizam o início de um compromisso, porém, com maior vínculo cooperativo e de parceria do que as Declarações Conjuntas (Brasil, 2020).

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela assinatura de apenas um Protocolo de Intenções (cerca de 3,2% do total). Este foi assinado em 2016 com a Argentina e trata, exclusivamente, sobre transações de energia elétrica e gás natural entre os dois países e sobre a construção da hidrelétrica de Garabi.

Gráfico 17 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo FHC



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Ao chegar no governo Lula da Silva pode-se observar, inicialmente, uma alteração no ranking dos documentos mais assinados. Os Memorandos de Entendimento ultrapassam as Declarações Conjuntas, passando a ser o documento mais assinado em um governo. São 61 Memorandos de Entendimento assinados (26%), 53 Declarações Conjuntas (22%), 36 Ajustes Complementares (15%), 26 Acordos (11%) e 25 Protocolos de Intenções (11%).

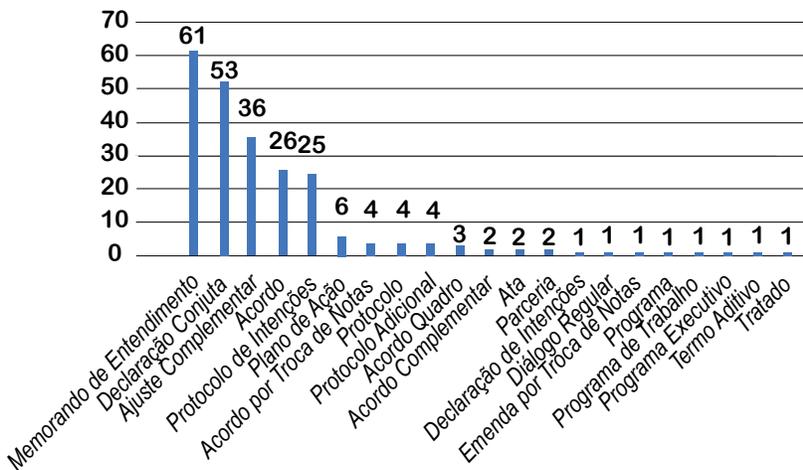
É possível observar, portanto, o aumento da participação de atos internacionais que estabelecem compromissos com maior poder vinculante. Outro dado que chama atenção no governo Lula é a diversidade de documentos assinados. Durante os oito anos do seu mandato, registram-se 21 tipos diferentes de atos, enquanto Collor, Itamar e FHC tiveram 14, 11 e 12, respectivamente.

As análises demonstram, ainda, sete tipos de documentos assinados apenas no governo Lula, são eles: Protocolo Adicional (assinado em 2005 duas vezes com a Argentina, em 2007 mais uma vez com a Argentina e em 2009 com a Suécia), Declaração de Intenções (em 2007

com o Paraguai), Diálogo Regular (em 2007 com a União Europeia), Emenda por Troca de Notas (em 2004 com a Alemanha), Programa de Trabalho (em 2003 com Angola), Programa Executivo (em 2008 com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA) e Termo Aditivo (em 2007 com o Uruguai).

A última informação sobre o governo Lula a ser apontada diz respeito, mais uma vez, aos Protocolos de Intenções. Enquanto seu antecessor assinou apenas um, o que representa apenas 3,2% de todos os Protocolos de Intenções assinados, o governo Lula foi responsável pela assinatura de cerca de 80,6% desses atos. Diante disso, se fosse retirado o governo Lula, esse tipo de documento sairia da lista dos cinco instrumentos mais utilizados entre 1990 e 2020.

Gráfico 18 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Lula



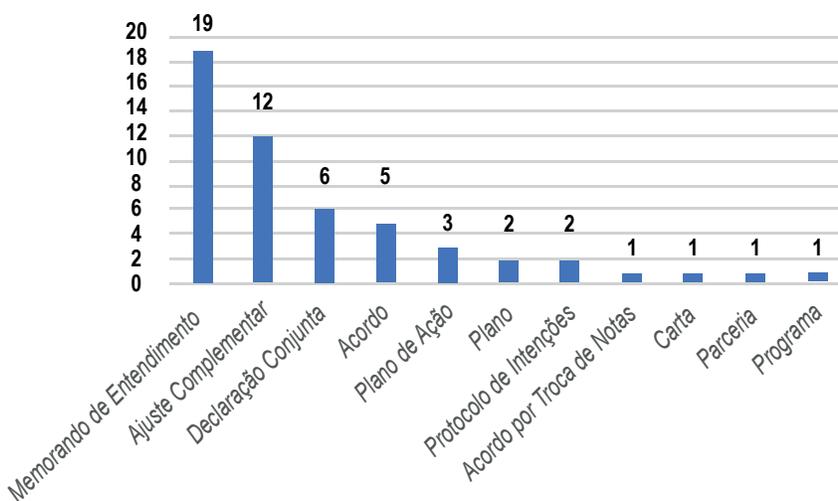
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Assim como no governo Lula, o mandato de Dilma Rousseff também apresenta os Memorandos de Entendimento como documento mais assinado, com 19 realizações. Entretanto, chama atenção no seu governo o número de Declarações Conjuntas realizadas, que fica apenas em terceiro na lista, abaixo dos Ajustes Complementares. São 12 Ajustes

Complementares e apenas seis Declarações Conjuntas, o que representa apenas 11% dos atos assinados em seu governo. Esse dado é importante de se destacar porque nos governos Collor, Itamar e FHC a participação das Declarações Conjuntas esteve sempre acima dos 30% e no governo Lula acima dos 20%.

A quantidade de Declarações Conjuntas firmadas no governo Dilma registra apenas 5,5% do total assinado entre 1990 e 2020, valor maior somente do que nos governos Temer e Bolsonaro. Por fim, o que se pode ressaltar sobre o governo Dilma é a assinatura da Carta, único registrado em todo período analisado, estabelecido no ano de 2011, no âmbito do Fórum Internacional de Energia, para promover a conscientização dos interesses energéticos comuns entre os membros.

Gráfico 19 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Dilma

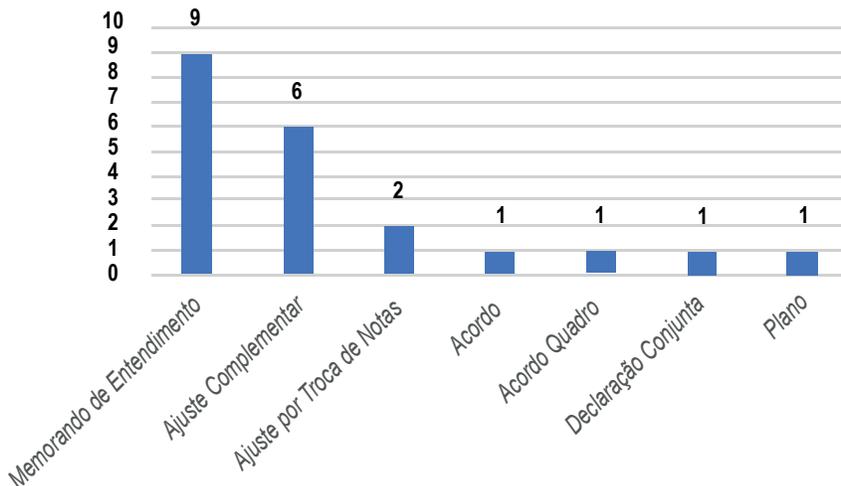


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisas no Concórdia.

Em relação ao governo Michel Temer, dentre todos os Presidentes, ele é quem menos assinou Declarações Conjuntas, com apenas uma assinatura. Em contrapartida, os Memorandos de Entendimento e os Ajustes Complementares foram os instrumentos mais empregados

durante seu mandato, com nove e seis firmados, respectivamente. Vale salientar, por último, que dois dos três Ajustes por Troca de Notas, firmados entre 1990 e 2020, foram realizados nesse governo.

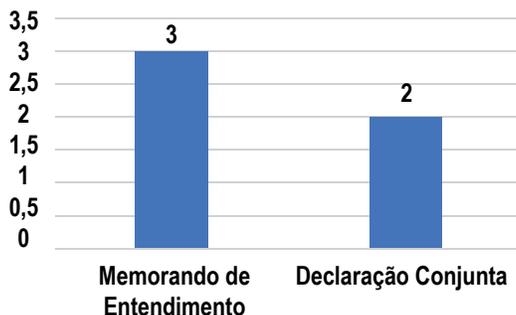
Gráfico 20 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Temer



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Para finalizar, tem-se o governo de Jair Bolsonaro, o qual, em dois anos, assinou apenas três Memorandos de Entendimento (em 2019 com Argentina e Emirados Árabes e em 2020 com a Índia) e duas Declarações Conjuntas (em 2019 com Chile e Argentina).

Gráfico 21 – Tipo e Quantidade de Documentos no Governo Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Ao final deste capítulo, em termos conclusivos, vale destacar que os Memorandos de Entendimento foram os documentos mais assinados por quatro dos sete Presidentes que ocuparam o cargo (Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro), e as Declarações Conjuntas foram os documentos mais assinados por outros três (Collor, Itamar e FHC). Inclusive, entre 1990 e 2002, apenas 11 dos 103 Memorandos de Entendimento foram assinados. A grande alta desse tipo de ato se deu exatamente pelo governo Lula, que é, sozinho, responsável por cerca de 59% das assinaturas deste.

Esses e outros fatos apresentados neste capítulo são representativos na cronologia em análise, e agregam alguns aspectos peculiares ao governo do Presidente Lula da Silva. Em primeiro lugar, pode-se dizer que seu mandato representa um novo momento na cronologia da diplomacia energética brasileira, a qual pode ser denominada “era de acordos com maior vínculo cooperativo”, já que os governos seguintes seguem a mesma condição. Em segundo lugar, pode-se afirmar que o mandato do Presidente Lula pode ser caracterizado como “governo de abundância quanto aos tipos de acordos”, agregando-se mais um caráter especial ao seu período, como foi o caso da sua qualificação como “governo de abundância dos acordos”, feita no Capítulo 3 desta obra. Os demais governos, por sua vez, poderiam ser caracterizados como “governos de normalidade quanto aos tipos de acordos”, exceto o período de Jair

Bolsonaro, que poderia ser classificado como governo que se destaca pela excepcional redução de tipos de acordos.

Essas duas constatações precisam ser mais bem estudadas para se firmarem como definitivas. No entanto, podem ser consideradas como referências na construção de explicações causais e para compreensão de certas características relativas à diplomacia energética brasileira.

Complementarmente, na perspectiva de contribuir com a ampliação e aprofundamento da agenda de pesquisa sobre os acordos firmados pela Brasil na área de energia, os estudos podem evoluir ainda mais na conformação da tipologia dos atos identificados. A pretensão é de que haja avanço na tentativa de dar uma definição mais precisa aos atos, quanto à sua forma ou conteúdo, bem como aos aspectos atinentes ao vínculo cooperativo e jurídico.

Além disso, seria interessante fazer análise cruzada da tipologia dos atos com outras variáveis, como os locais de celebração e os signatários dos atos internacionais, estes últimos, a propósito, serão objeto dos dois próximos capítulos deste livro. Com esse cruzamento de dados, seria possível dizer, por exemplo, em que medida certos atos geralmente são realizados entre Chefes de Estado ou outros representantes das partes, e se, costumeiramente, ocorrem durante visitas oficiais de plenipotenciários do Brasil no exterior ou na recepção de autoridades estrangeiras em território brasileiro.



CAPÍTULO 6

CAPÍTULO 6

LOCAL DE CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA

Considerando que as viagens presidenciais e de comitivas oficiais do governo são unidades de análise de política externa, nesse momento, serão avaliados os dados acerca do local de assinatura dos atos internacionais, a fim de averiguar se elas ocorreram em território nacional ou internacional. Nessa parte, os dados serão apresentados de duas formas: a cidade em que ocorreu a assinatura e se a celebração se deu no Brasil ou no exterior.

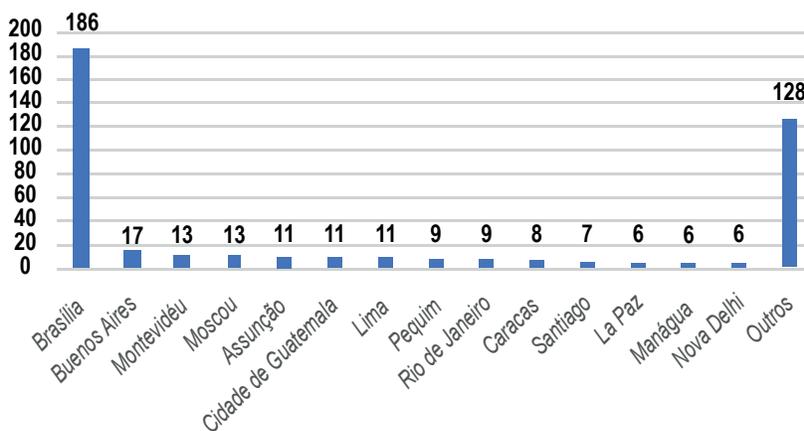
As perguntas-chave a serem respondidas neste capítulo são: Como se configura o panorama geral sobre os locais de assinatura dos atos? Qual é a perspectiva nos diferentes governos e especificidades a partir da sua comparação? Quais as principais conclusões de toda essa análise?

Inicialmente, observa-se que foram assinados atos internacionais em 87 cidades diferentes, sendo grande parte deles assinados em Brasília. São 186 atos assinados na capital brasileira, o que é, de fato, esperado, tendo em vista que é a capital do país e local onde está sediado o Itamaraty. Com isso, chama atenção a segunda colocada nessa lista: Buenos Aires. São 17 atos internacionais assinados na capital argentina, cerca de 4% do

total. Esse número é importante ressaltar porque ele evidencia mais ainda o histórico das parcerias existentes entre Brasil e Argentina (PASSOS, PAIVA, 2018; FEITOSA, 2021).

Em terceiro lugar estão conjuntamente Montevideú e Moscou, com 13 atos assinados em cada uma destas cidades. Aqui é pertinente lançarmos maior ênfase em Moscou, tendo em vista que esta cidade, e Pequim, como será mostrado logo adiante, são as únicas localidades fora do continente americano que estão entre as dez primeiras dessa variável. Em seguida, aparecem Assunção, Cidade de Guatemala e Lima com 11, Pequim e Rio de Janeiro, com nove, e Caracas, com oito.

Gráfico 22 – Locais de Assinatura dos Atos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

No tocante à condição de se o ato foi assinado em território brasileiro ou no exterior, a partir da análise dos dados, averigua-se que 237 foram assinados em outros países e 204 no Brasil. Isso pode indicar que a questão energética pode ter feito parte da pauta das tratativas em viagens oficiais dos Presidentes ou de plenipotenciários brasileiros ao longo desses anos. Essa questão será apurada na análise de cada governo e na próxima seção, quando observaremos as pessoas que assinaram os atos e o cargo que elas ocupavam nos respectivos governos.

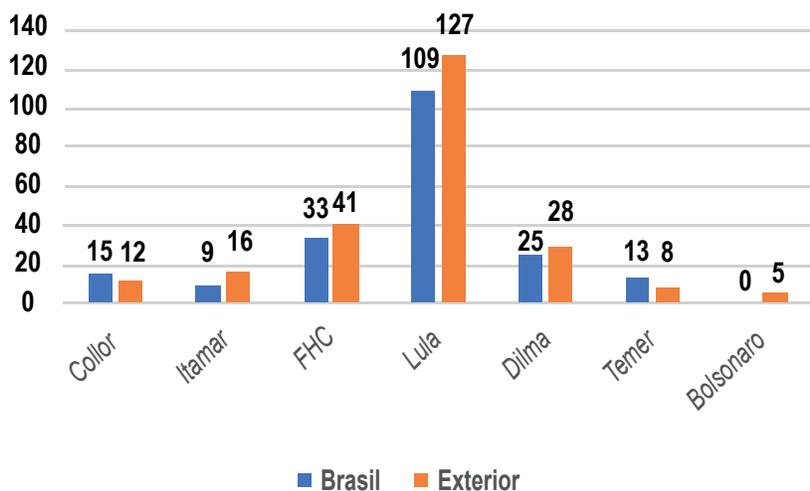
Tabela 20 – Quantidade e Porcentagem de atos conforme o local de assinatura

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	204	46%
Exterior	237	54%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

O próximo gráfico retrata a situação de cada governo quanto aos acordos de energia assinados no Brasil e no exterior. Como se pode perceber, nos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro predomina a celebração de acordos fora do país, o que representa a maioria no período analisado. Diferentemente disso, encontram-se apenas os governos de Fernando Collor e Michel Temer que predominaram os acordos firmados no Brasil.

Gráfico 23 – Quantidade de Atos por Governo Conforme o Local de Assinatura

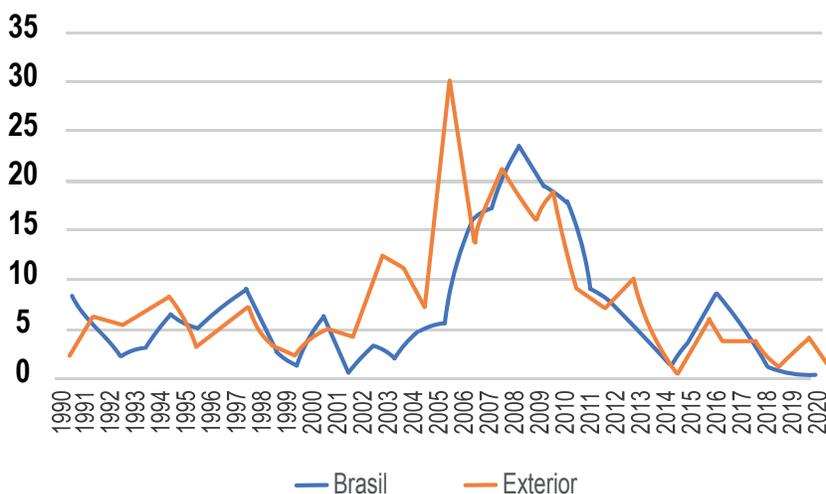


Fonte: Elaboração dos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

O registro dos atos em cada um dos anos entre 1990 e 2020 pode ser observado no gráfico e tabela abaixo, em que é possível averiguar

os momentos em que há prevalência de acordos assinados no país e no exterior. Neste último caso, registre-se que há um período maior em que eles predominaram de forma contínua, especificamente entre 2001 e 2005, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. O mesmo é possível constatar sobre os atos firmados no Brasil no período que vai de 2008 a 2011, no governo Lula e Dilma.

Gráfico 24 – Quantidade de Atos Assinados por Ano Conforme o Local de Assinatura



Fonte: Elaboração dos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Tabela 21 – Quantidade de atos assinados por ano conforme o local de assinatura

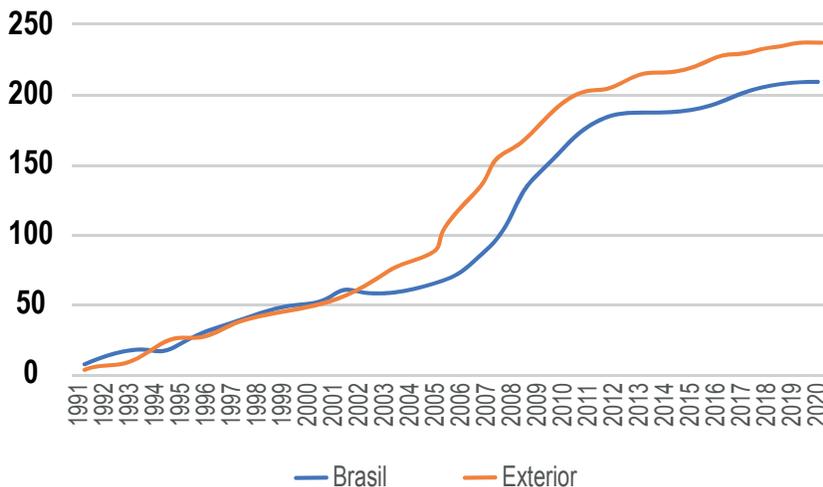
Ano	Brasil	Exterior	Ano	Brasil	Exterior
1990	8	2	2006	16	14
1991	5	6	2007	18	21
1992	2	5	2008	24	16
1993	3	7	2009	20	19
1994	6	8	2010	18	9
1995	5	3	2011	9	7

Ano	Brasil	Exterior	Ano	Brasil	Exterior
1996	7	5	2012	7	10
1997	9	7	2013	4	4
1998	2	3	2014	1	0
1999	1	2	2015	3	6
2000	6	5	2016	8	4
2001	0	4	2017	5	4
2002	3	12	2018	1	1
2003	2	11	2019	0	4
2004	5	7	2020	0	1
2005	6	30			

Fonte: Elaboração dos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

O gráfico e a tabela seguintes apresentam a evolução dos atos celebrados no Brasil e no exterior segundo a quantidade acumulada ao longo dos anos. É possível afirmar que essa trajetória conta com dois momentos particulares. O primeiro é caracterizado por equivalência de atos assinados dentro e fora do país, que vai de 1990 a 2001. O segundo é marcado pela predominância dos compromissos celebrados no exterior, que segue desde o ano de 2002 até 2020.

Gráfico 25 – Evolução Acumulada da Quantidade de Atos Assinados Conforme o Local de Assinatura



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Tabela 22 – Evolução acumulada da quantidade de atos assinados conforme o local de assinatura

Ano	Brasil	Exterior	Ano	Brasil	Exterior
1990	8	2	2006	86	131
1991	13	8	2007	104	152
1992	15	13	2008	128	168
1993	18	20	2009	148	187
1994	24	28	2010	166	196
1995	29	31	2011	175	203
1996	36	36	2012	182	213
1997	45	43	2013	186	217
1998	47	46	2014	187	217
1999	48	48	2015	190	223
2000	54	53	2016	198	227

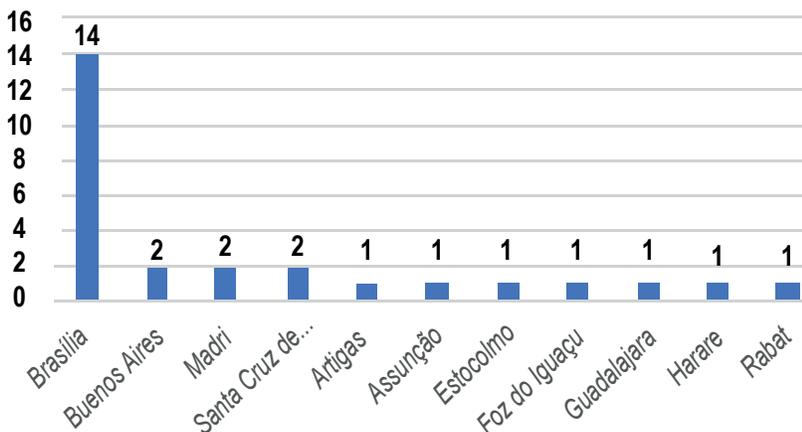
Ano	Brasil	Exterior	Ano	Brasil	Exterior
2001	54	57	2017	203	231
2002	57	69	2018	204	232
2003	59	80	2019	204	236
2004	64	87	2020	204	237
2005	70	117			

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Partindo para a avaliação de cada governo, o primeiro dado a ser apontado sobre o governo Collor é que foram assinados atos na área de energia em 11 locais diferentes. A partir disso, podemos afirmar que há uma semelhança e uma diferença entre seu governo individualmente e o total apresentado anteriormente. A semelhança diz respeito ao primeiro lugar da lista, que é Brasília, com 14 atos assinados na capital brasileira, correspondendo a 52% dos acordos realizados em seu governo. Na sequência, vale mencionar também Buenos Aires, Madri e Santa Cruz de la Sierra, com dois atos assinados em cada uma dessas localidades.

Em contrapartida, o governo Collor assinou mais atos no Brasil do que no exterior, o que acaba sendo uma diferença em relação ao número de todos os Presidentes juntos. Foram 15 atos assinados no Brasil (56%), enquanto 12 foram assinados no exterior (44%). Contudo, nota-se que estes 15 atos assinados no Brasil foram realizados apenas em duas cidades: 14 em Brasília e um em Foz do Iguaçu.

Gráfico 26 – Locais de Assinatura no Governo Collor



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

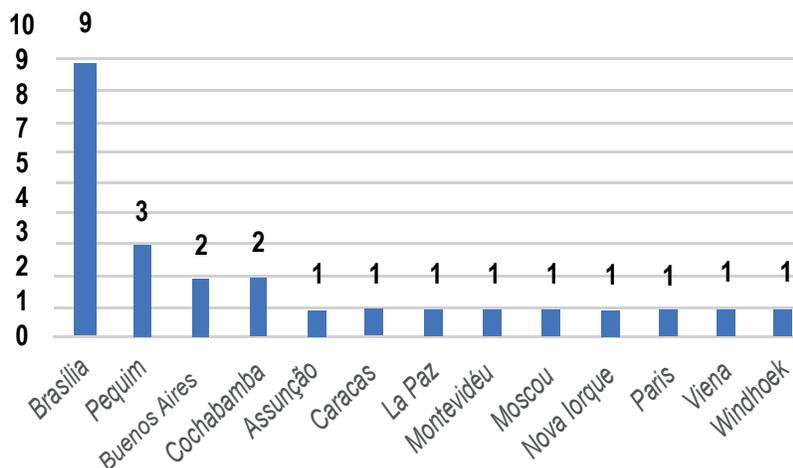
Tabela 23 – Quantidade e Porcentagem de atos conforme o local de assinatura no governo Collor

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	15	56%
Exterior	12	44%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Quanto ao governo de Itamar Franco, podemos afirmar que ele assinou atos em 12 localidades diferentes, com Brasília ficando, mais uma vez, como primeira colocada. Foram nove atos assinados em Brasília (36%), três em Pequim (12%) e dois em Buenos Aires e Cochabamba (8% cada). Entretanto, o governo de Itamar faz um movimento diferente do de Collor e assina 16 atos em território estrangeiro, ou seja, mais de 60% dos atos nesse período. Enquanto isso, no território brasileiro, foram assinados atos apenas em Brasília.

Gráfico 27 – Locais de Assinatura no Governo Itamar



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Tabela 24 – Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Itamar

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	9	36%
Exterior	16	64%

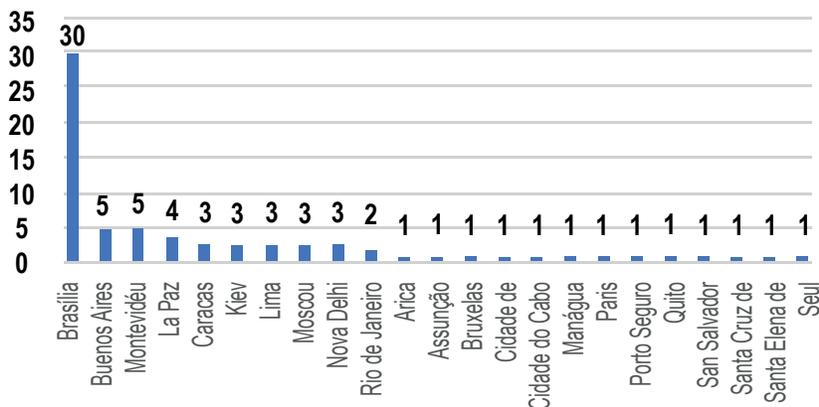
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

De 1995 a 2002, já é possível ver uma maior diversidade nos locais de assinatura. O governo de Fernando Henrique Cardoso assina atos internacionais em 23 locais diferentes, com Brasília sendo a primeira colocada, mais uma vez, com 30 assinaturas (40% do total). Na sequência, aparecem Buenos Aires e Montevideú, com cinco atos assinados, seguidas por La Paz, com quatro atos assinados.

Destacam-se também Caracas, Kiev, Lima, Moscou e Nova Delhi, com três atos em cada, e o Rio de Janeiro, com dois acordos. No tocante ao país em que foram assinados, pode-se perceber que, assim como seu antecessor, FHC assina mais atos no exterior do que no Brasil. Contudo,

em termos proporcionais, a diferença entre ambos é menor no governo FHC, sendo ela de apenas 10%, como se pode averiguar na tabela abaixo.

Gráfico 28 – Locais de Assinatura no Governo FHC



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Tabela 25 – Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo FHC

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	33	45%
Exterior	41	55%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

De todos os Presidentes aqui estudados, novamente, o Presidente Lula fica no topo da lista, dessa vez, no tocante à variedade dos locais de assinatura. Almeida (2004, p. 162), bem no início do primeiro mandato de Lula da Silva, já destacava que a diplomacia desse governo era marcada por um ativismo evidenciado pelas centenas de “viagens e visitas bilaterais do chefe do governo e seu chanceler, no Brasil e no exterior”. Isso se confirma ao se observar que o governo Lula assinou atos que versam

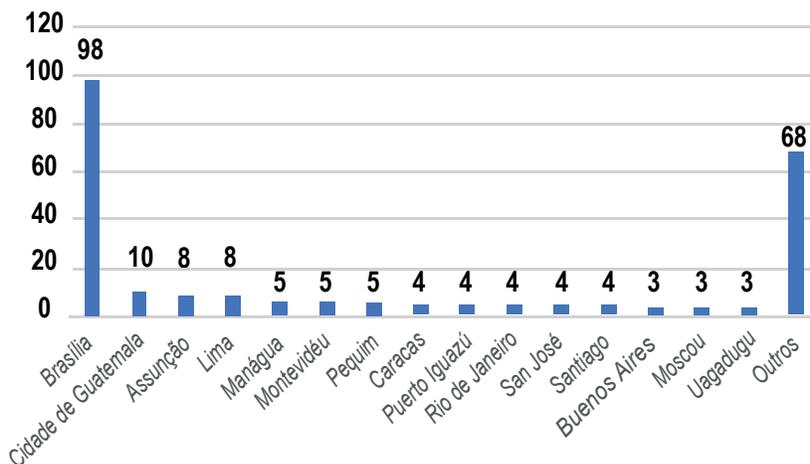
sobre energia em 65 locais diferentes, 42 a mais do que o segundo na lista, Fernando Henrique Cardoso.

Ao colocar em perspectiva os governos Lula e FHC, em termos relativos, é possível afirmar que não há muita “diferença” entre ambos, apesar da enorme diferença em termos absolutos. Em termos relativos, porque Brasília é, mais uma vez, a líder na lista, com 98 atos assinados na capital, e o número de atos assinados nesse local corresponde a 41% do total do governo Lula, 1% a mais, proporcionalmente, do que no governo FHC.

Outro ponto em que ambos se assemelham diz respeito à assinatura ser feita no país ou no exterior. O governo Lula assinou 127 atos no exterior e 109 no Brasil. Esses números correspondem, respectivamente, a 54% e 46% do valor total do período Lula. Ao se comparar com o período FHC, verifica-se, mais uma vez, que a diferença é de apenas 1%, já que os atos do seu governo no exterior correspondem a 55% e no Brasil a 45%.

Podem-se destacar também nessa parte da análise outras cidades em que foram assinados atos internacionais no governo Lula, como, por exemplo: Cidade de Guatemala (dez atos), Assunção e Lima (oito), Manágua, Montevidéu e Pequim (cinco) e Caracas, Puerto Iguazú, Rio de Janeiro, San José e Santiago (quatro). Por fim, é importante abrir espaço para falar sobre Buenos Aires, na qual só foram assinados três atos na área de energia, o que nos indica que esse não foi um dos principais locais para se concluir compromissos sobre energia no governo Lula da Silva.

Gráfico 29 – Locais de assinatura no governo Lula



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

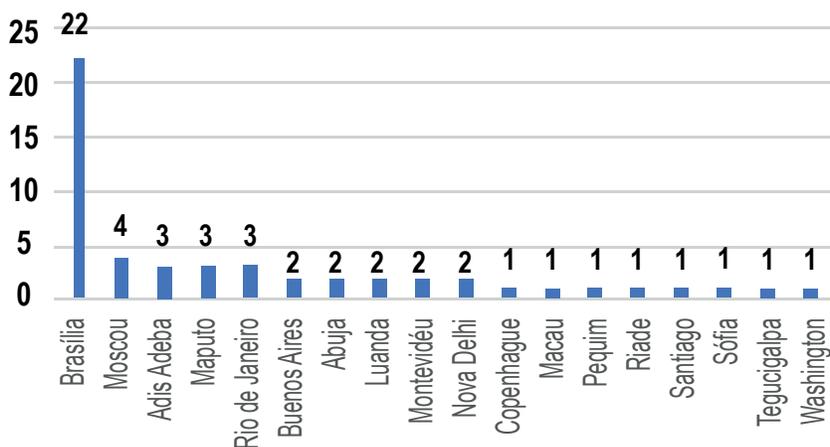
Tabela 26 – Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Lula

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	109	46%
Exterior	127	54%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Durante os quase seis anos do governo Dilma Rousseff foram assinados atos internacionais em 18 locais diferentes, com destaque, mais uma vez, para Brasília, com 22 assinaturas (42% do total). Além da capital brasileira, aparecem, com destaque, Moscou (quatro atos), Adis Adeba, Maputo e Rio de Janeiro (três) e Abuja, Buenos Aires, Luanda, Montevideu e Nova Delhi (dois). Com esses números, vemos que cidades africanas passam a estar na parte de cima da lista de um governo. Já em relação ao país onde foram assinados os atos, os números apontam que o governo Dilma Rousseff se assemelha em termos percentuais ao seu antecessor e ao governo FHC.

Gráfico 30 – Locais de Assinatura no Governo Dilma



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

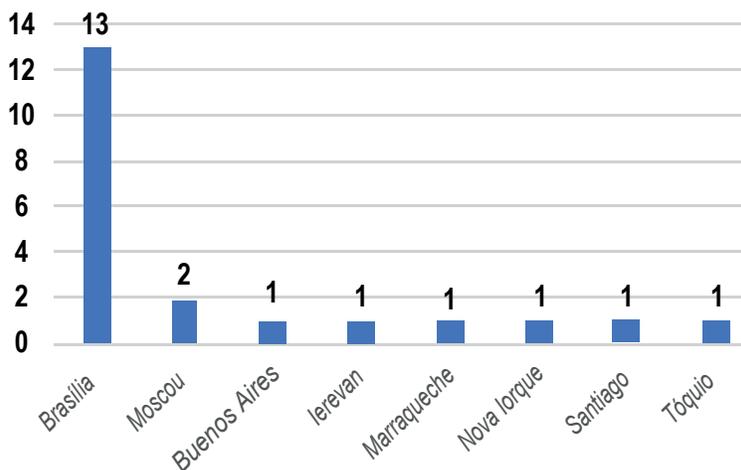
Tabela 27 – Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Dilma

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	25	47%
Exterior	28	53%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

No governo Temer, foram assinados apenas em oito cidades, sendo este o governo com a maior porcentagem de atos assinados em Brasília. Foram 13 atos assinados na capital brasileira, resultando em uma porcentagem de 62%. Além de Brasília, o único local com mais de um ato assinado foi Moscou, onde foram assinados dois atos. O fato de a maioria dos atos terem sido assinados em Brasília estabelece uma condição peculiar ao governo Michel Temer, nunca verificada na cronologia em análise, que consiste na massiva presença de acordos assinados em território brasileiro. Algo próximo a isso foi registrado apenas no governo Collor.

Gráfico 31 – Locais de Assinatura no Governo Temer



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

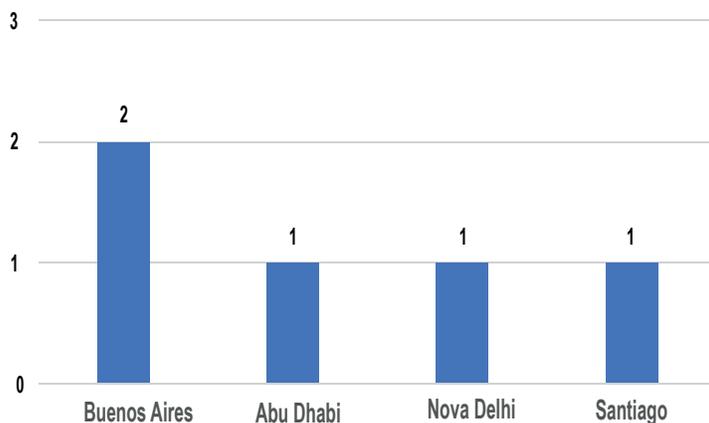
Tabela 28 – Quantidade e Porcentagem de atos de acordo com o local de assinatura no governo Temer

Local	Quantidade	Porcentagem
Brasil	13	62%
Exterior	8	38%

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Por fim, o governo Jair Bolsonaro estabelece mais um marco único na cronologia dos acordos assinados pelo Brasil na área de energia: assinou atos em quatro cidades diferentes, todas elas fora do Brasil. Além de esse governo registrar a completa ausência de atos assinados em Brasília, observa-se Buenos Aires tomando ainda mais destaque, com a liderança das cidades no exterior com celebrações, com 2 atos assinados. Além da capital argentina, aparecem, também, cidades da Ásia e uma da América do Sul.

Gráfico 32 – Locais de Assinatura no Governo Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Em síntese, a partir neste capítulo, é possível concluir que, em seis dos sete governos que estiveram no poder na cronologia em análise, Brasília é a principal cidade em que os atos são assinados. A exceção é o governo de Jair Bolsonaro, que não assinou nenhum acordo no Brasil.

Além disso, prevaleceu a assinatura de atos no exterior ao longo de todo período analisado. Essa predominância foi registrada nos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. No sentido contrário, nos governos de Fernando Collor e Michel Temer, a maior parte dos acordos ocorreu no território brasileiro.

O mandato do Presidente Lula, mais uma vez, se destaca, pela extraordinária quantidade de locais de celebração de acordos, em comparação aos demais governos, no período entre 1990 e 2020. Nesses termos, seu período no poder caracteriza-se como “governo de abundância dos locais de celebração de acordos”, agregando-se mais um caráter especial ao seu mandato, como já fora identificado em outras análises realizadas nesta obra.

Os outros governos poderiam ser caracterizados como “governos de normalidade quanto aos dos locais de celebração de acordos”. Noutro extremo, se encontra, novamente, o governo de Jair Bolsonaro, que se notabiliza pela peculiar redução dos locais em que celebrou acordos sobre energia.



CAPÍTULO 7

CAPÍTULO 7

SIGNATÁRIOS DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA

Partindo do pressuposto de que a segurança energética pode permear diversas áreas essenciais de uma sociedade, e a política externa pode ser conduzida por diferentes atores e grupos de interesses, nesta seção, serão analisados os signatários desses atos internacionais e os seus cargos. O intuito é encontrar respostas para algumas questões: Quem são esses atores? Quais funções desempenham? Qual área do governo brasileiro eles representam? Esse esforço pode ser considerado importante, devido ao aumento de *policy makers* na Política Externa Brasileira (PEB).

Segundo Ribeiro (2014), há tanto fatores sistêmicos quanto domésticos para explicar a elevação no número de atores na PEB. Em nível do sistema, uma das possíveis justificativas seria o fim do mundo bipolar e a expansão da globalização. Por sua vez, no âmbito doméstico, o que pode ter influenciado esse fenômeno foi a liberalização econômica e o processo de redemocratização, que resultaram em uma:

[P]olítica externa mais plural, possibilitando que outras demandas fossem expressas, dando voz aos chamados atores

sociais, como ONGs, sindicatos, outras agências estatais e ministérios, movimentos sociais e entidades subnacionais (estados-federados e municípios) (RIBEIRO, 2014, p. 10).

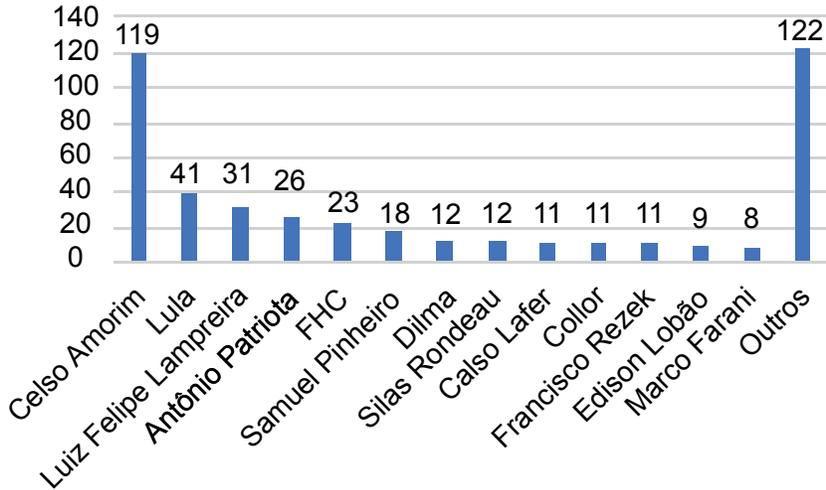
Com isso, o Ministério das Relações Exteriores perde a exclusividade na formulação de política externa, tendo que se adaptar a essa nova realidade. Assim, é destacado por esta autora que começam a surgir novos departamentos e setores dentro do Itamaraty para organizar e verticalizar a participação dos novos atores.

Inicialmente, a partir dos dados coletados no Concórdia, foi identificado que 70 pessoas diferentes assinaram atos internacionais nesse período. A grande maioria foi assinado por apenas uma pessoa, mas alguns atos foram assinados por mais de uma, o que pode significar que estes atos tinham objetivos multisetoriais.

O que mais figurou como signatário de atos que tratam sobre energia foi o ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, sendo signatário de 119 acordos. Em segundo lugar, aparece o Presidente Lula, assinando 41 atos, sendo a sua maioria Declarações Conjuntas. Em terceiro lugar, aparece o também ex-Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (31 atos), sendo este seguido por Antônio Patriota (26), FHC (23), Samuel Pinheiro Guimarães (18), Dilma Rousseff e Silas Rondeau (12) e Celso Lafer, Fernando Collor e Francisco Rezek (11).

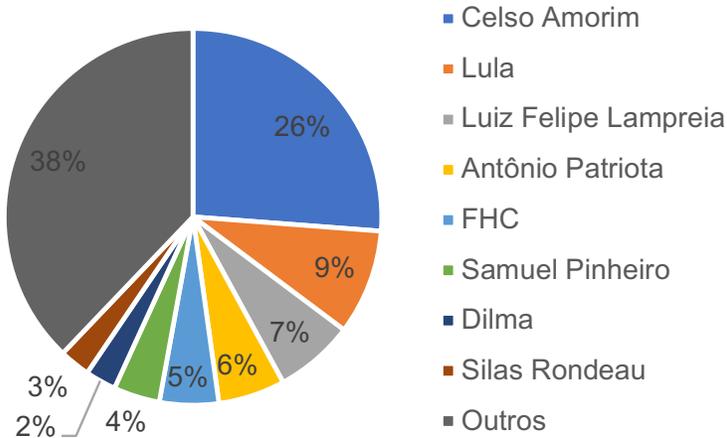
O número de atos firmados por Celso Amorim chama atenção porque foi signatário de mais de um quarto dos atos realizados entre 1990 e 2020 (26%), enquanto Lula, o segundo colocado, foi signatário de 9%.

Gráfico 33 – Signatários e Quantidade de Atos Entre 1990 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 34 – Signatários e Porcentagem de Atos Entre 1990 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Em relação aos cargos ocupados pelos signatários, foi possível identificar 24 cargos diferentes, os quais variam entre diversas posições hierárquicas e órgãos do governo brasileiro. Como se está trabalhando com acordos de cooperação internacional, era esperado que o principal cargo responsável pela assinatura destes atos fosse o de Ministro das Relações Exteriores, o que, de fato, ocorreu. Foram 241 atos que tiveram como signatários pelo menos o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o que representa mais de 54% do valor total.

O segundo cargo que surge na lista é o de Presidente da República. São 87 atos assinados por Presidentes, o que representa pouco menos de 20% de todos os atos estabelecidos. Entre outros cargos de destaque, destacam os de Ministro de Minas e Energia, que assinaram 38 atos, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (21), Embaixador (15) e Ministro da Ciência e Tecnologia (11).

Ao observarmos os cargos das pessoas que assinaram esses atos, é possível fazer algumas inferências, como, por exemplo, a de que “a política externa passou a representar mais fielmente ou de maneira mais pluralista os interesses articulados por essa variedade de novos atores no interior do Estado” (RIBEIRO, 2014, p. 11). Em segundo lugar, é possível afirmar que outros ministérios e agências do governo obtiveram espaço na execução da política externa brasileira, o que, segundo Saraiva (2012), é uma consequência do desenvolvimento da cooperação Sul-Sul.

Nessa perspectiva, os números apontam que o Ministério de Minas e Energia é um ator de grande relevância na diplomacia energética brasileira. A partir dos dados avaliados, pode-se afirmar ainda que a questão energética é relevante nos assuntos debatidos pelo Brasil na arena internacional dentro da temática do desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente, se levarmos em consideração que o Brasil é líder em tecnologias de produção e desenvolvimento de biocombustíveis (DALGAARD, 2017).

Além da arena da ciência e da tecnologia, outros setores que podemos apontar em que a energia esteve na pauta foram os da agricultura e do meio ambiente, já que ministros dessas áreas também

foram responsáveis por assinar alguns dos atos internacionais aqui identificados. A partir da tabela 29, é possível vermos todos os cargos e a quantidade de atos assinados por aqueles responsáveis por essas funções.

Tabela 29 – Cargos dos signatários e atos que aparecem

Cargo	Quantidade
Ministro das Relações Exteriores	241
Presidente da República	87
Ministro de Minas e Energia	38
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação	21
Embaixador	15
Ministro da Ciência e Tecnologia	11
Secretário-Geral das Relações Exteriores	8
Não Identificado	5
Vice Presidente	5
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	3
Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia	3
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2
Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação	2
Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo	2
Presidente da PETROBRAS	2
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear	1
Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1
Ministro do Desenvolvimento Agrário	1
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	1
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão	1
Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear	1

Cargo	Quantidade
Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente	1
Subsecretário Geral de Assuntos Políticos	1
Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	1

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Se houve essa grande diversidade de signatários e de cargos entre 1990 e 2020, durante o governo Collor essa máxima não ocorre. Apenas cinco pessoas diferentes assinaram os atos identificados, ocupando quatro tipos de cargos. Dentre os signatários, o destaque fica para Francisco Rezek e Fernando Collor, ambos assinando 11 atos cada. Aqui coloca-se na discussão a questão da diplomacia presidencial dentro da área energética, considerando que Collor foi signatário em 39% dos atos assinados em seu governo.

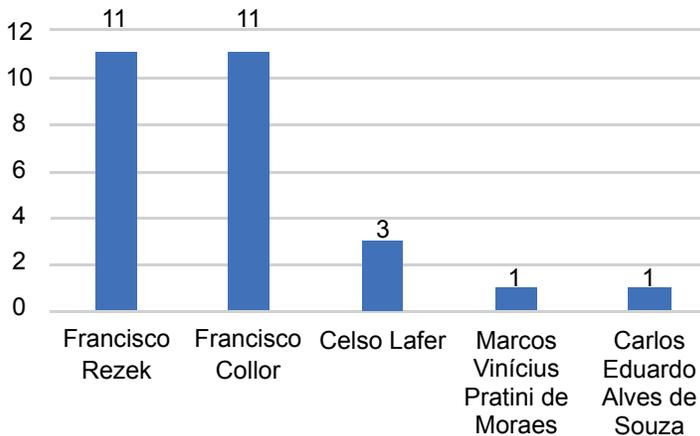
Contudo, essa questão é controversa, na medida em que diplomacia presidencial pode ser entendida como “o recurso habitual para negociações diretas entre Presidentes nacionais toda vez que uma decisão crucial tem que ser feita ou um conflito crítico precisa ser resolvido” (MALAMUD, 2005, p. 139). Assim sendo, não bastaria a assinatura do Presidente nos atos para que esse caractere se confirme na diplomacia energética brasileira, mas pode ser um indicativo a ser averiguado em estudo específico sobre a questão.

O Presidente Collor é o signatário de um Tratado, um Tratado Geral, uma Ata e oito Declarações Conjuntas. Dentre estes, vale ressaltar o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento ao Protocolo nº 8, (Energia) realizado com a Argentina, em 1990, acerca da compra de gás argentino pelo Brasil. Destaque-se ainda a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, estabelecida também em 1990, cujo objetivo foi de discutir a aprovação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle para a fonte energética em questão.

Algo que é debatido na literatura é que “o Ministério das Relações Exteriores não participou ativamente da formulação da política externa

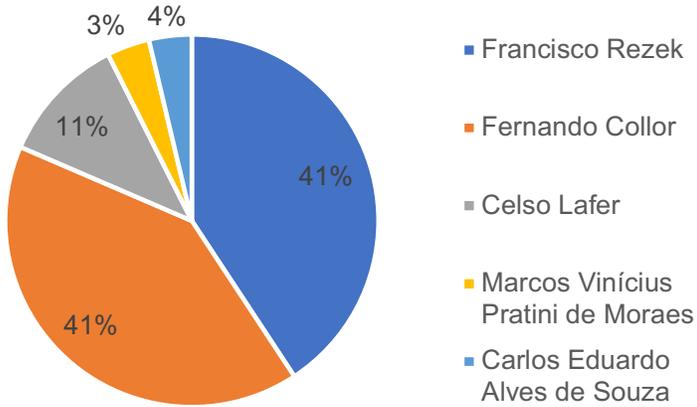
de Collor nem foi tampouco o seu principal executor” (BATISTA, 2009, p. 211). Todavia, ao se observar os atos internacionais da área de energia pesquisados, constata-se que os Ministros das Relações Exteriores assinaram 52% dos atos (14), enquanto o Presidente da República assinou 41% do valor total. Também foi identificado um ato assinado por um embaixador, o que faz com que 55% dos atos tenham sido assinados por membros do Itamaraty. Por fim, identificou-se ainda um ato assinado pelo Ministro de Minas e Energia.

Gráfico 35 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Collor



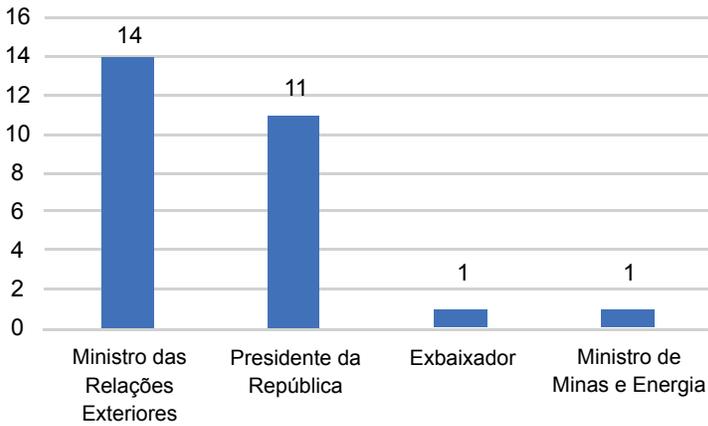
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 36 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Collor



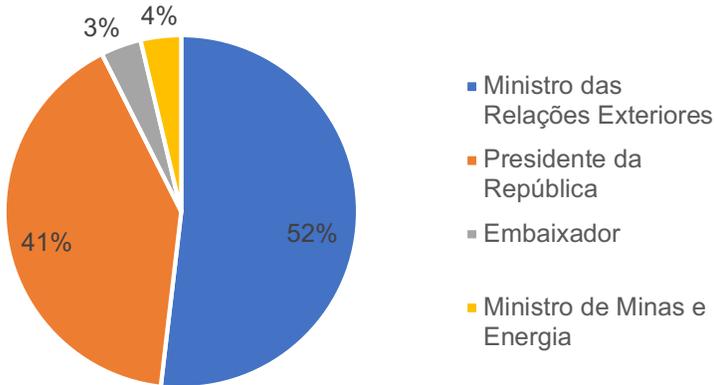
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 37 – Signatários no Governo Collor de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 38 – Porcentagem dos Signatários no Governo Collor de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

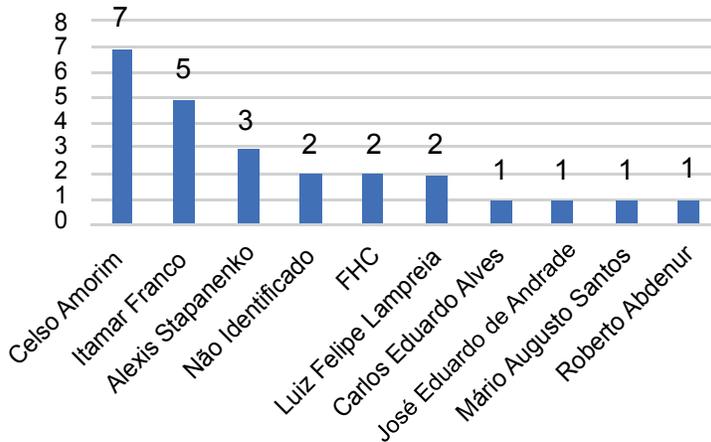
Apesar de os números do governo de Itamar Franco serem bem parecidos com os do governo Collor, há algumas diferenças que podem se elencadas. Em primeiro lugar, há maior diversidade de signatários e cargos encontrados nos atos internacionais, o que pode denotar menor centralização na figura do Presidente da República. Hirst e Pinheiro (1995), por exemplo, já apontavam que o governo de Itamar Franco se iniciou sem dar muita prioridade à política externa, e que ele não se interessava muito em se dedicar a uma diplomacia presidencial. Ainda assim, Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores, e Itamar Franco foram os principais signatários, estando presentes em sete e cinco, respectivamente. Outros que também aparecem são Alexis Stepanenko, ex-Ministro de Minas e Energia (três atos), Fernando Henrique Cardoso e Luiz Felipe Lampreia, ambos assinando dois atos ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Em relação aos cargos dos signatários, verifica-se mais uma vez a maior parte sendo assinada pelos Ministros das Relações Exteriores (12 atos), o que resulta em cerca de 48% do total, indo ao encontro de o que é dito sobre a cooperação diplomática ter sido delegada a atores com maior prestígio na área (HIRST e PINHEIRO, 1995). Contudo, ao se

comparar com o governo Collor, se vê que quem ficou responsável pela assinatura de quase todos os atos, enquanto ocupante do cargo Ministros das Relações Exteriores, foi Francisco Rezek, enquanto no governo de Itamar Franco houve um revezamento entre Celso Amorim, FHC, Luiz Felipe Lampreia e Roberto Abdenur.

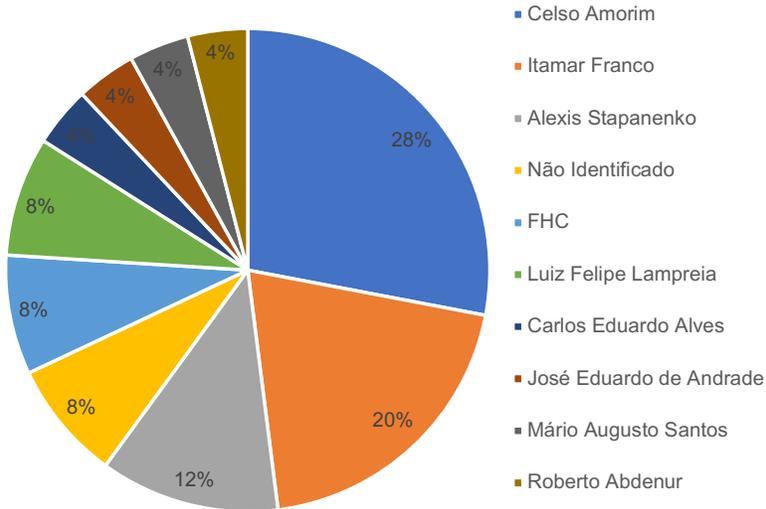
No governo de Itamar, observa-se também maior quantidade de pessoas que ocuparam outros tipos de cargos assinando atos internacionais, o que pode significar que outros setores estiveram presentes na sua diplomacia lidando com a questão energética. Os exemplos disso são o Ministério de Minas e Energia (três atos) e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (um ato cada), que, a partir dos seus ministros, firmaram compromissos internacionais, representando o governo brasileiro e tendo a energia como pauta.

Gráfico 39 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Itamar



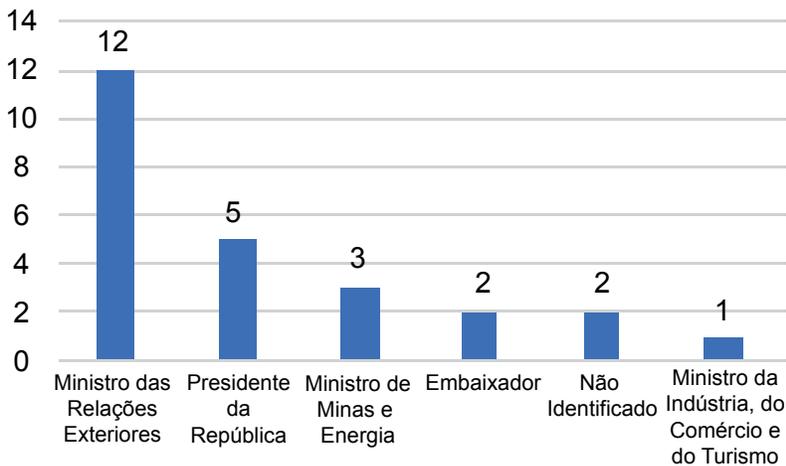
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 40 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Itamar



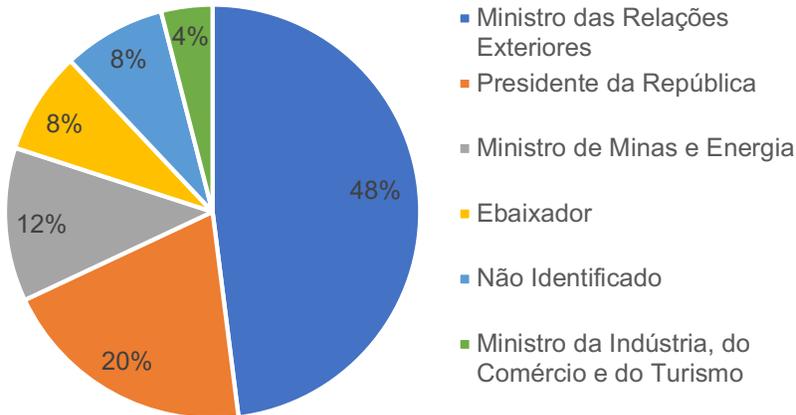
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 41 – Signatários no Governo Itamar de acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 42 – Porcentagem dos Signatários no Governo Itamar de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Com a chegada do governo FHC na discussão e, na sequência, do governo Lula, é importante trazer à tona os argumentos de Cason e Power (2009), os quais afirmam que, ao longo desses dois governos, aumentou o número de atores influenciando a política externa brasileira, aumentou a participação do Presidente da República e diminuiu a dominância do MRE na formulação dessas políticas. Como foi possível ver a partir dos dados mapeados, realmente, aumentou o número de pessoas assinando os acordos, o que, conseqüentemente, fez com que mais cargos diferentes marcassem presença nesses compromissos.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, verificam-se 16 pessoas diferentes sendo signatárias, com nove cargos diferentes aparecendo. Nos oito anos do seu mandato, quem mais exerceu o papel de signatário foi Luiz Felipe Lampreia, o qual ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Foram 29 atos assinados por Lampreia, o que representa oito a mais do que o segundo colocado, Fernando Henrique Cardoso.

Com 21 atos assinados, Fernando Henrique demonstrou, como adiantou Cason e Power (2009), ser um Presidente mais ativo na diplomacia energética brasileira do que os seus antecessores, mesmo que, em termos percentuais, ele fique atrás de Fernando Collor. Considera-se que FHC utilizou a diplomacia presidencial como “um instrumento para incrementar relações de alto nível junto aos países industrializados, além de ter sido peça importantíssima em vários momentos do processo de integração sub-regional.” (PINHEIRO, 2009, p. 64).

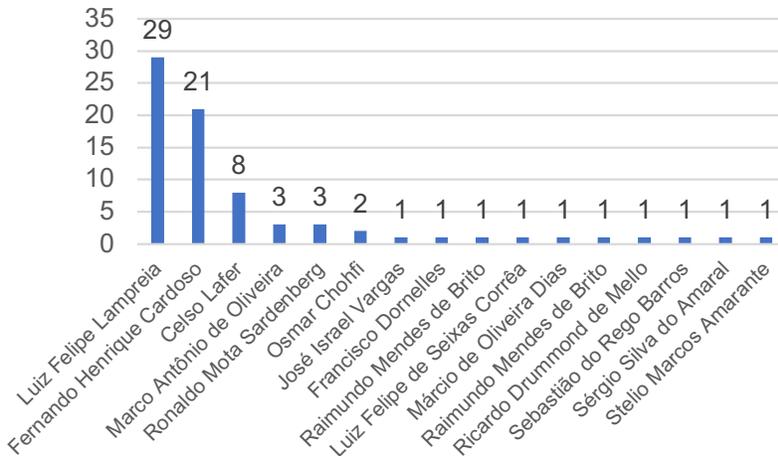
No tocante aos cargos, foram nove diferentes, com destaque, novamente, para o de Ministro das Relações Exteriores e o de Presidente da República. Mesmo tendo uma maior diversidade de cargos responsáveis pela assinatura dos atos internacionais do que no período Collor e Itamar, no governo FHC há grande centralização do Ministério das Relações Exteriores na assinatura de acordos que versam, de alguma forma, sobre energia.

Isso vai de encontro com o que foi dito por Cason e Power (2009), já que o MRE continuou influente dentro desse assunto. Foram 57,8% dos atos sendo assinados por Ministros das Relações Exteriores (37 atos) e 4% assinados pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores (três atos). Almeida (2004, p. 177) também realça tal circunstância, ao falar que “a política externa conduzida no governo FHC tinha no Itamaraty seu foco principal, sendo que até mesmo os conselheiros presidenciais eram diplomatas”.

Outra informação que vale ser realçada a respeito desse governo é que se percebe o Ministério de Ciência e Tecnologia com maior pujança nas iniciativas internacionais da área de energia do que o próprio Ministério de Minas e Energia. São quatro atos assinados pelo Ministro de Ciência e tecnologia e apenas dois pelo Ministro de Minas e Energia. Esse valor é menor, por exemplo, do que no governo de Itamar. Isso chama atenção porque, considerando que aumentaram bastante os números de atos, esperava-se também uma maior participação de tal ministério diretamente ligado à temática em foco.

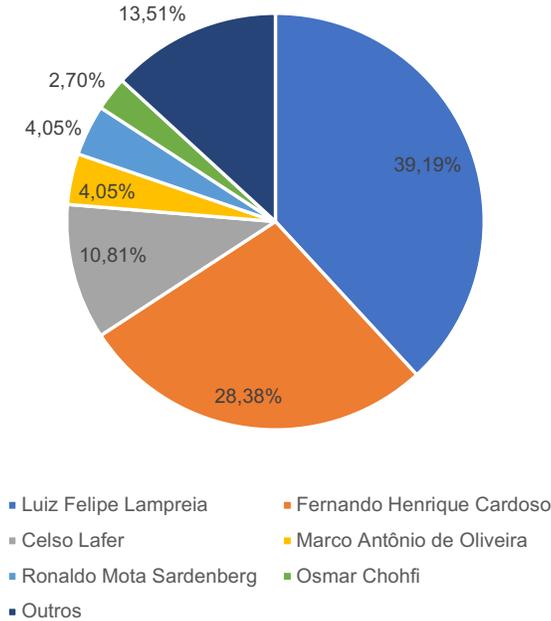
Por fim, pode-se mencionar, também, a existência de dois atos assinados por mais de uma pessoa, o que resulta em uma coordenação entre duas áreas diferentes do governo. Primeiro foi a Ata de Temas Econômicos e Comerciais, assinada em 1997, com a Argentina, um ato de temática acessória, que tinha como objetivo, na parte energética, definir normas que permitissem transações de energia elétrica e gás natural entre empresas dos dois países, além de viabilizar a privatização da hidrelétrica de Garabi. Nesse ato, houve a assinatura de Luiz Felipe Lampreia e Francisco Dornelles, demonstrando a participação do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. O outro assinado foi o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área Energética, entre o Brasil e o Peru, também em 1997, um ato de temática única e que tinha como objetivo geral aumentar a integração energética entre os dois países. Nesse ato, vemos, mais uma vez, a participação de Lampreia e de Raimundo Mendes de Brito, então Ministro de Minas e Energia.

Gráfico 43 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo FHC



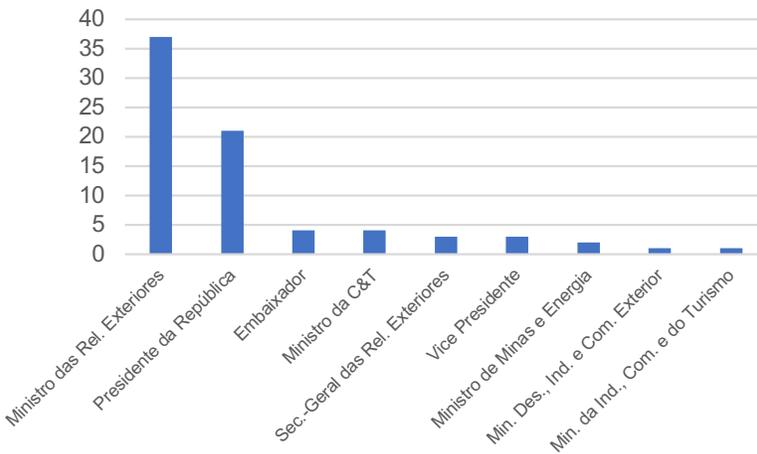
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 44 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo FHC



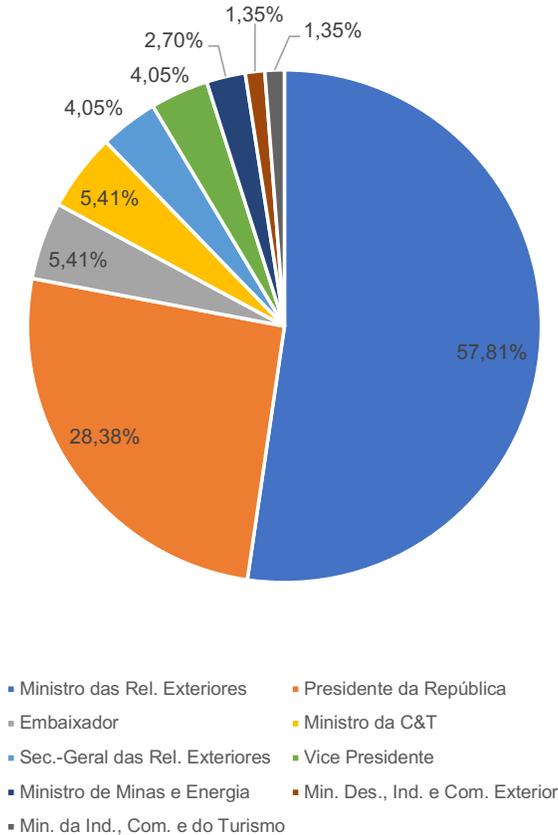
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 45 – Signatários no Governo FHC de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 46 – Porcentagem dos Signatários no Governo FHC de acordo com os cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Quando se chega ao governo Lula, a discrepância em relação aos governos de Collor, Itamar e FHC fica bastante evidente. São 27 pessoas diferentes identificadas como signatárias dos atos. Celso Amorim é quem ocupa o primeiro lugar na lista, com 112 atos internacionais assinados por ele. Considerado o maior responsável pela condução da política externa brasileira na época, Celso Amorim esteve presente em cerca de 47% dos acordos de cooperação internacional que tratam sobre energia. Quem aparece em segundo lugar é Lula da Silva, considerado Presidente que fez uso da diplomacia presidencial no seu governo e

debateu fortemente a questão energética, que resultou na sua condição de signatário em 41 atos internacionais.

A prevalência da diplomacia presidencial no governo de Lula da Silva é relatada na literatura especializada. Almeida, por exemplo, afirma que Lula utilizou dessa postura diplomática, dando maior amplitude e intensidade e “praticando como nenhum outro governo do Brasil o engajamento direto do chefe de Estado nas conversações diplomáticas e nas iniciativas de política externa, seja no plano bilateral, seja no âmbito regional ou multilateral” (ALMEIDA, 2005, p. 21).

Em termos quantitativos, ele tem uma grande vantagem em relação ao segundo Presidente que mais assinou atos, Fernando Henrique Cardoso, com uma diferença de 20 atos a mais para o Presidente Lula da Silva. Contudo, se levada em consideração a porcentagem de participação na assinatura dos atos em relação ao total, ele está atrás de todos os seus antecessores, tendo em vista que, dos 236 atos do seu governo, ele foi signatário de “apenas” 17%. Os dados indicam que a diplomacia presidencial na área de energia foi presente durante o governo Lula, mas de forma descentralizada, já que outros atores também tiveram importância nesse processo.

Outros dois nomes também merecem ser evidenciados no período em análise: Samuel Pinheiro Guimarães e Silas Rondeau. Agindo tanto como Secretário-Geral das Relações Exteriores quanto como Ministro das Relações Exteriores interino, Samuel Pinheiro Guimarães foi nome importante na diplomacia energética brasileira do governo Lula e signatário de 18 atos internacionais que versam sobre energia. Já Silas Rondeau aparece em quarto lugar na lista, por ter sido signatário de 12 atos internacionais. Esse nome é importante de se realçar porque se trata de um ex-Ministro de Minas e Energia ocupando um lugar de destaque na lista, o que evidencia a maior importância que o setor passou a ter na diplomacia energética brasileira no período em tela.

Quanto aos cargos, foram identificados 17 tipos diferentes, sendo esse o governo com maior diversidade. Os que mais assinaram foram os de Ministro das Relações Exteriores (128), Presidente da República

(41), Ministro de Minas e Energia (27), Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (14), Ministro da Ciência e Tecnologia (sete) e Embaixador e Secretário-Geral das Relações Exteriores (quatro). Desses sete cargos acima mencionados, quatro deles são diretamente ligados ao Ministério das Relações Exteriores, e o último citado está diretamente ligado ao próprio Presidente da República.

Quanto a esse cenário, Almeida (2004, p. 164) afirma que:

Sem dúvida alguma, do ponto de vista da forma, a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial (ver lista cronológica de viagens e visitas recebidas, em anexo a este ensaio), complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores, funcionário normalmente (e tradicionalmente) dedicado às lides administrativas e aos assuntos de “economia doméstica” da Casa. Tanto o ministro Celso Amorim, como seu principal auxiliar, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, têm conduzido uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica.

Portanto, ao trazer à tona, mais uma vez, o que foi dito por Cason e Power (2009), o que se vê no governo Lula, na área de diplomacia energética, é, novamente, a diversidade de atores e da diplomacia presidencial indo de acordo com o que os autores falaram, mas a parte sobre a perda da dominância do MRE indo de encontro aos seus argumentos. Quanto à essa questão, o que se pode ver a partir dos dados examinados está mais próximo do que é posto por Leão (2016, p. 16), quando afirma que:

Durante o governo Lula, existe um destaque e um espaço muito maior para que tanto o Itamaraty quanto outros atores participem da formulação da política exterior. (...) Nesse caso, identificamos que há uma convergência significativa

entre Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, aliado a uma diplomacia presidencial bastante pujante.

Contudo, os cargos relacionados ao Ministério das Relações Exteriores não serão aqueles examinados mais a fundo, tendo em vista que a presença de outros chamam mais atenção. Em primeiro lugar, cabe mencionar o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, responsável pela assinatura de dois atos, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, signatário de um ato. Percebe-se que há uma ligação entre a pauta da Agricultura, da Energia e das Relações Internacionais no governo Lula. Corroborar com essa afirmação o fato de que, em seus mandatos, Lula promoveu fortemente uma política externa voltada para os biocombustíveis, mais precisamente, através da diplomacia do etanol, que dependem da agricultura para realizar a sua produção (DALGAARD, 2017).

Apesar de os dois atos assinados por Stephanes e o ato assinado por Cassel serem de temática acessória, os seus objetivos demonstram como a agricultura, a energia e a política externa se interligam. Stephanes, por exemplo, assina um Acordo de Cooperação em Agricultura com o Uzbequistão, em 2009, e um Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura, com as Filipinas, também em 2009, em que ambos buscam, na parte de energia, promover o desenvolvimento de matérias-primas exatamente para a produção de biocombustíveis. Já Cassel é signatário do Memorando de Entendimento Sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, realizado em 2010, com o Zimbábue, que tem como objetivo, na parte energética, promover intercâmbio de experiências na área de biodiesel e outras energias renováveis, com ênfase na agricultura familiar.

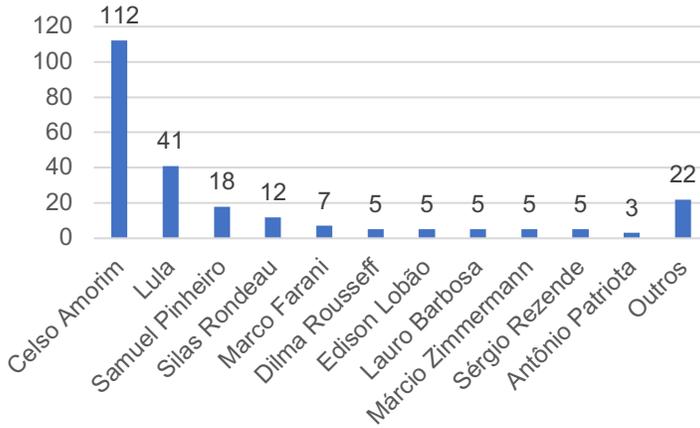
O segundo destaque é o Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, que assina dois atos conjuntamente com Dilma Rousseff, então Ministra de Minas e Energia, realizados em 2005, com a Venezuela. Apenas no governo Lula se vê o Presidente de uma estatal atuando como

signatário em um acordo de internacional na área de energia. Apesar de a cooperação ser conduzida pelo Ministério de Minas e Energia, o Presidente da PETROBRAS é signatário desse acordo, porque a empresa petroleira seria responsável por dar apoio na cooperação e por ter interesse em fornecer produtos à PDVSA. Em um dos atos, busca-se definir “as bases de um projeto que propicie o cultivo de oleaginosas, a produção industrial do biodiesel e seu uso nas misturas com o óleo diesel venezuelano.” (MRE, 2005a, p.1). Já no outro ato, o objetivo é praticamente o mesmo, com a diferença de que será voltado para a indústria do etanol, envolvendo o cultivo de cana-de-açúcar e a utilização de tal biocombustível na mistura com a gasolina.

O terceiro destaque é o ato assinado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega. Por meio do Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, e o Ministério do Comércio da China, assinado em 2004, verifica-se que a questão energética entra também na pauta da área orçamentária. O objetivo deste ato era explorar iniciativas que englobem a área energética e, para isso, ambos os governos se comprometeram em investir na instalação de empresas de produção e comércio, podendo haver, inclusive, tratamento preferencial para essas empresas.

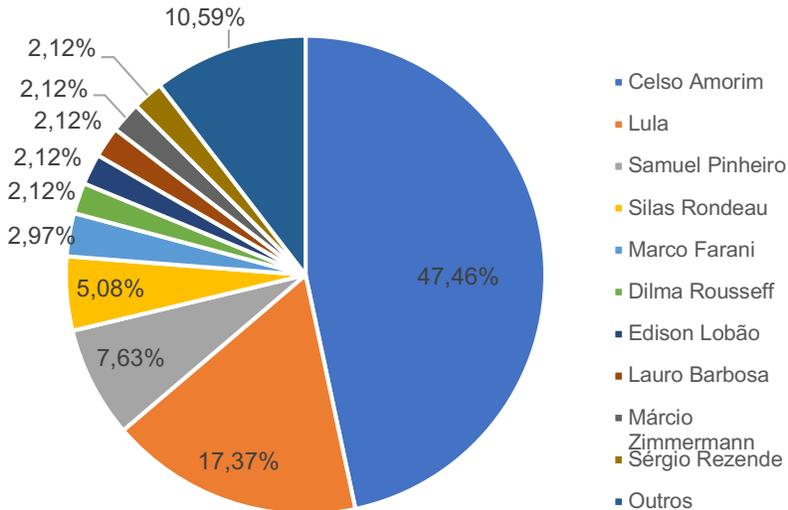
Por fim, cabe mencionar um ato assinado pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Claudio Langone, o que mostra que a questão energética também esteve interligada com a pauta ambiental no governo Lula. Esse ato, intitulado de Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil e a Administração Estatal de Proteção Ambiental da China, assinado em 2005, trata a energia de forma acessória, mas, ainda assim, discute-se a cooperação para promover as energias renováveis.

Gráfico 47 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Lula



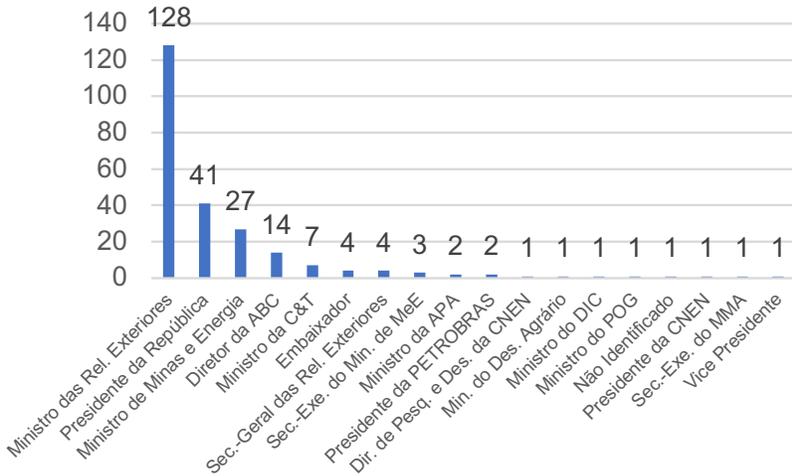
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 48 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Lula



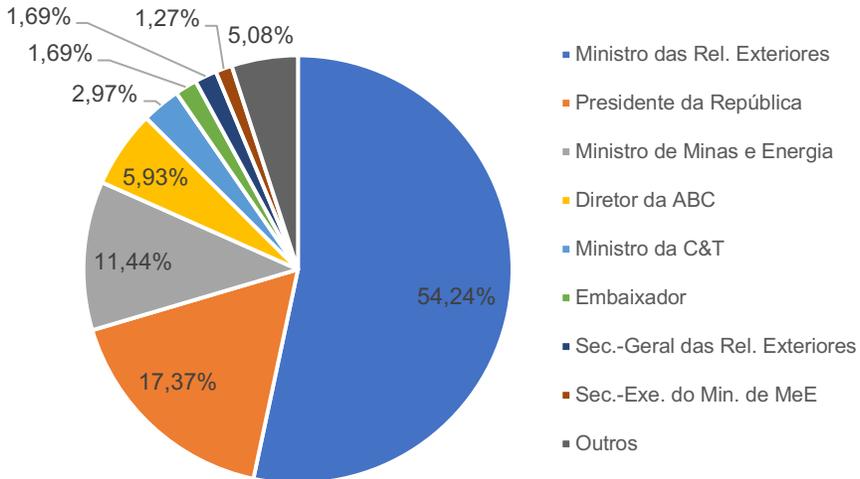
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 49 – Signatários no Governo Lula de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 50 – Porcentagem dos Signatários no Governo Lula de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Nos anos em que Dilma ocupou o cargo de Presidente da República, observa-se uma diminuição da quantidade de signatários. No seu governo, 14 pessoas diferentes são responsáveis por assinar esses atos, com Antônio Patriota, então Ministro das Relações Exteriores, sendo o primeiro da lista, com 23 atos assinados. Ele, seja sozinho ou conjuntamente com outros ministros, esteve na assinatura de cerca de 43% dos atos, o que representa 30% a mais do que a segunda colocada, a Presidenta Dilma Rousseff, com 16 atos assinados. São sete atos assinados por ela, o que pode reforçar o que se diz sobre seu desinteresse pela política externa do Brasil. Essa afirmação é corroborada por Leão (2016, p. 8), quando afirma que:

(...) a presidenta prioriza mais questões de cunho doméstico em detrimento da política externa. No que concerne à diplomacia presidencial, ela perde força considerável quando é novamente comparada ao governo Lula, muito em função dessa preferência da presidenta pelo âmbito doméstico e pela falta de coordenação com os principais formuladores de política exterior do Itamaraty, que passou a sofrer um processo de certo esvaziamento e desprestígio em relação ao governo Lula.

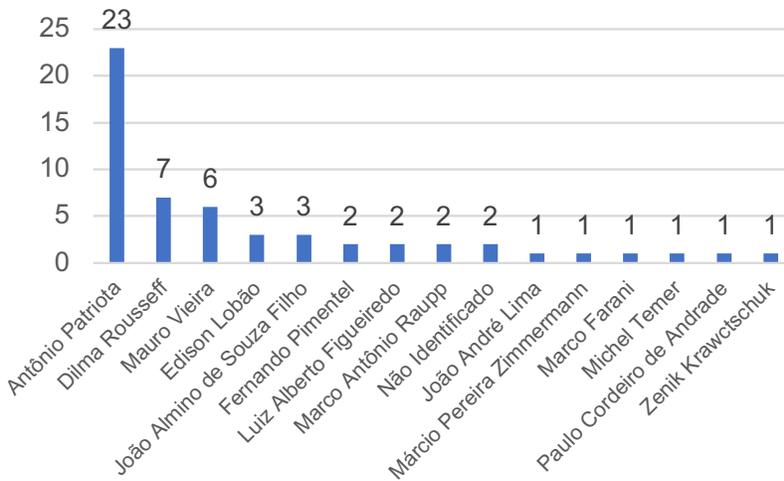
No seu governo, percebe-se, também, uma diminuição na variedade de cargos responsáveis pela assinatura dos atos internacionais. São dez cargos diferentes, sete a menos do que no governo Lula, tendo, mais uma vez, no topo da lista, o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Revezando no cargo, Antônio Patriota, Mauro Vieira e Luiz Alberto Figueiredo, foram signatários de mais de 58% dos atos.

Um dado que merece atenção diz respeito ao Ministro de Minas e Energia, que perde boa parte da participação que teve no governo anterior. São apenas quatro atos assinados por Ministros dessa pasta (7,5%). O que causa maior estranhamento em relação a esse número é o fato de Dilma ter sido Ministra de Minas e Energia no governo Lula.

Dessa forma, esperava-se que ela desse mais espaço a esse setor do seu gabinete na condução da diplomacia energética do Brasil.

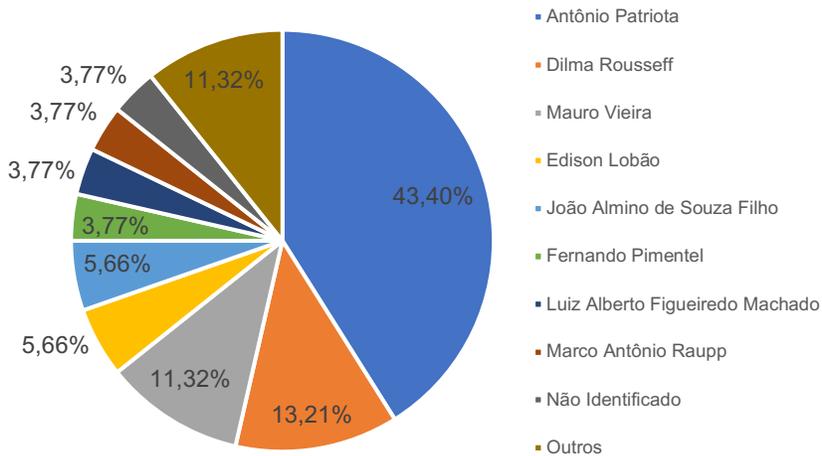
Quanto à maior participação de atores domésticos na formulação da PEB no governo Dilma, Jesus (2014, p. 35) afirma que “Alguns ministérios – como o Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e outros – intensificaram a cooperação com o Itamaraty para implementar estratégias de inserção internacional do Brasil”. Contudo, isso não ocorreu com a pasta de Minas e Energia, pois, de fato, se percebe a retração da participação de atores domésticos de fora do Itamaraty.

Gráfico 51 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Dilma



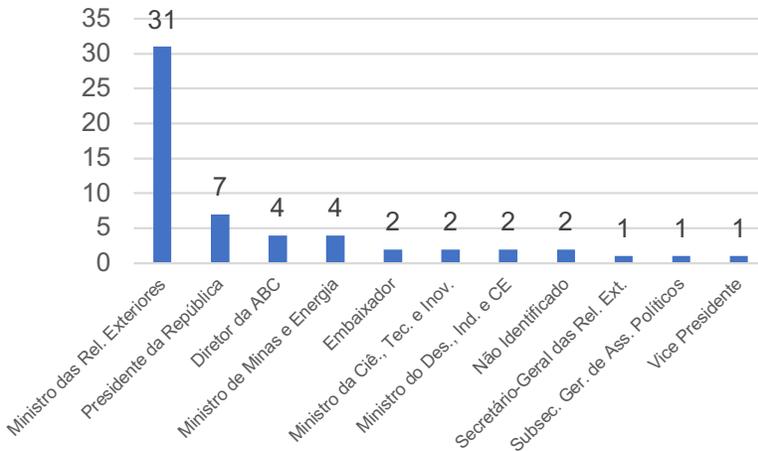
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 52 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Dilma



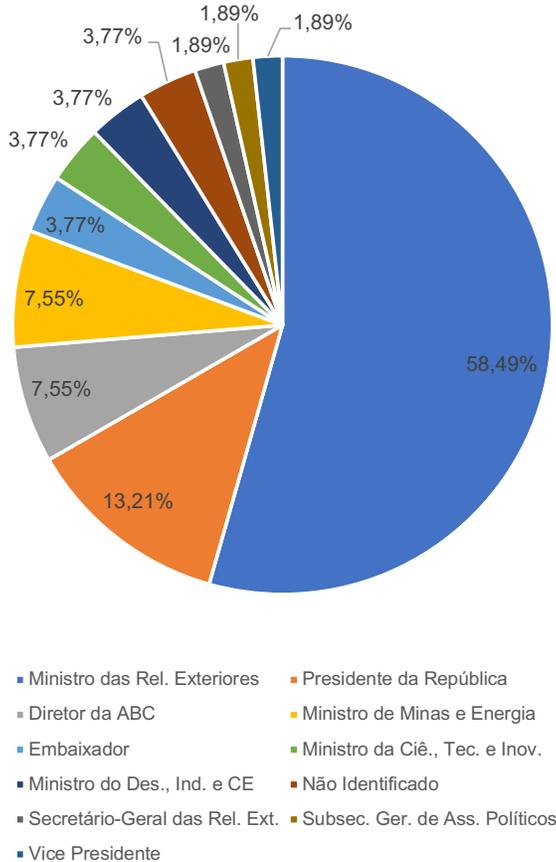
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 53 – Signatários no Governo Dilma de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 54 – Porcentagem dos Signatários no Governo Dilma de Acordo com os Cargos

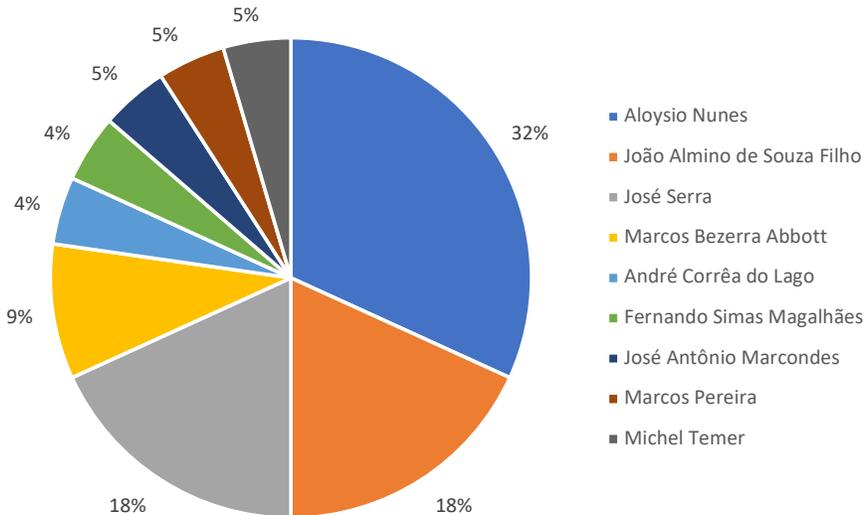


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

A diminuição dos números em diversos aspectos continua no governo de Michel Temer. Em primeiro lugar, reduz o número de signatários de 14 para nove. Quem aparece em primeiro é Aloysio Nunes, assinando sete atos, seguido por João Almino de Souza Filho e José Serra (quatro) e Marcos Bezerra Abbott (dois). Outro ponto a se destacar é que Temer assinou ainda menos atos na área energética do que a sua antecessora. Ele assina apenas um ato, o mesmo número de atos assinado enquanto esteve como Vice-Presidente de Dilma Rousseff.

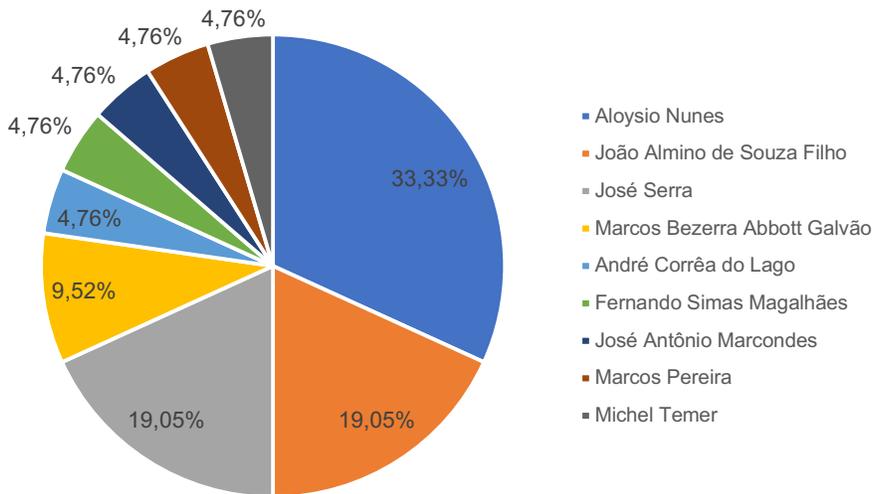
No tocante aos cargos, somente seis foram identificados. Percebe-se que praticamente todos os atos assinados estão no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. São 14 atos assinados pelos Ministros das Relações Exteriores (66,6%), três pelos Diretores da Agência Brasileira de Cooperação (14%) e dois por embaixadores (9,5%). Além desses, são identificados também um ato assinado pelo Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e um pelo Subsecretário Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia. Vemos, portanto, a ausência completa do Ministério de Minas e Energia. Isso significa que, no governo Temer, a questão da diplomacia energética brasileira só teve participação com a pauta da indústria e do meio ambiente.

Gráfico 55 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Temer



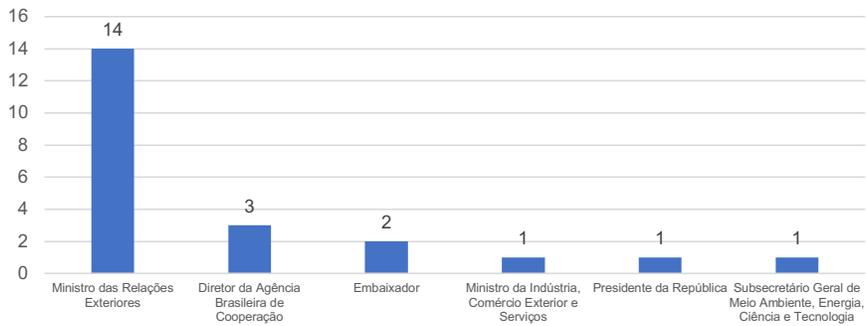
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 56 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Temer



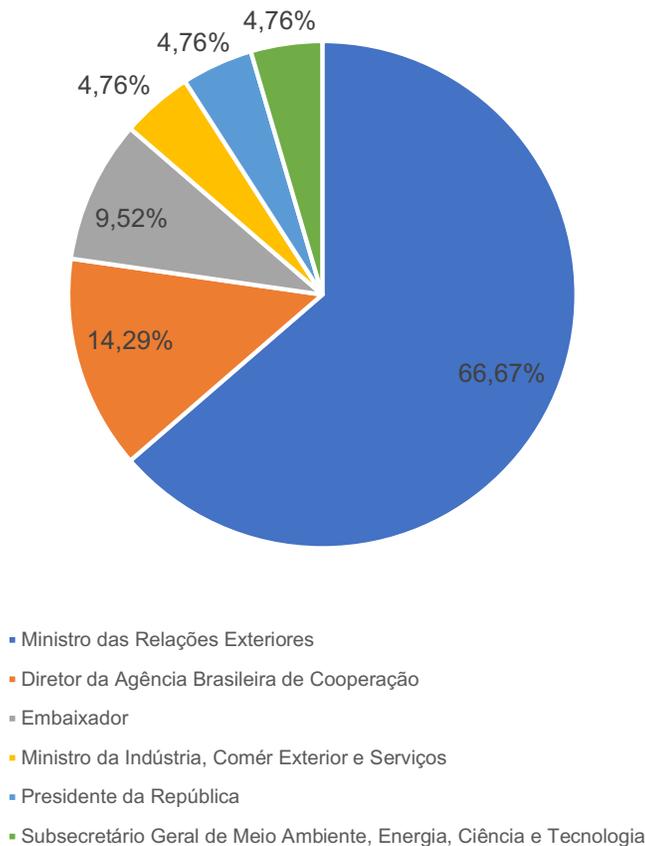
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 57 – Signatários no Governo Temer de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 58 – Porcentagem dos Signatários no Governo Temer de Acordo com os Cargos

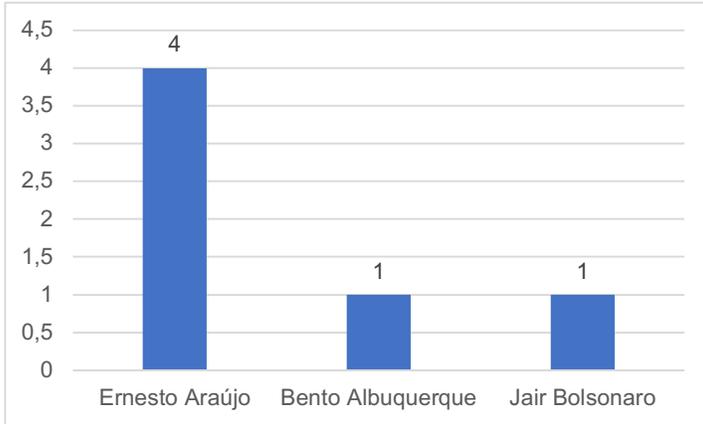


Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Por fim, o governo Bolsonaro apresenta os mesmos números, tanto para signatários quanto para cargos. São três signatários diferentes com três cargos diferentes. Ernesto Araújo é o primeiro na lista, estando presente na assinatura de quatro atos, o que faz com que o Ministro das Relações Exteriores tenha o mesmo valor. Além dele, foi identificado Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, como signatário de um ato, realizado conjuntamente com Ernesto Araújo, e um ato assinado por Jair Bolsonaro. Esse ato, assinado por ambos os ministros, foi realizado

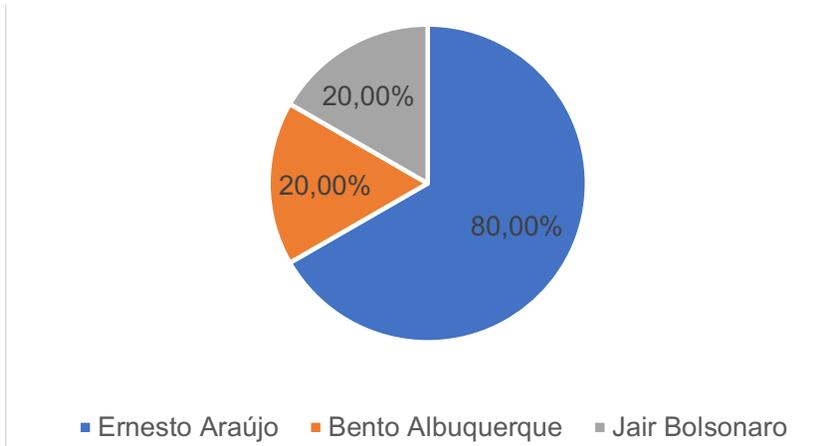
em 2020, com a Índia, e trata sobre a promoção da produção e do uso de biocombustíveis.

Gráfico 59 – Signatários e Quantidade de Atos no Governo Bolsonaro



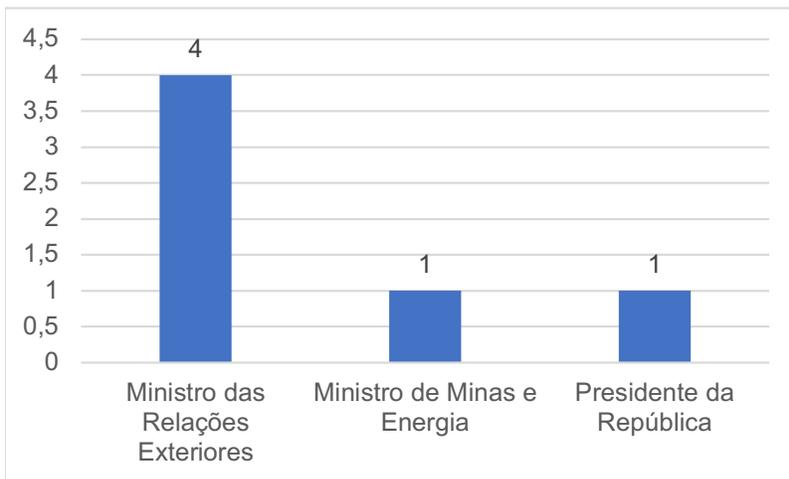
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 60 – Signatários e Porcentagem de Atos Assinados no Governo Bolsonaro



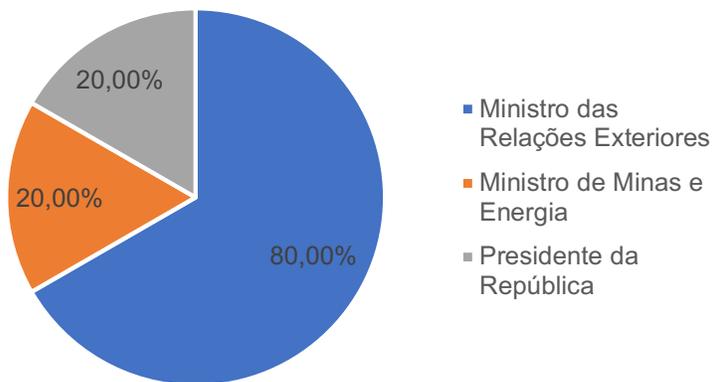
Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 61 – Signatários no Governo Bolsonaro de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

Gráfico 62 – Porcentagem dos Signatários no Governo Bolsonaro de Acordo com os Cargos



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em pesquisa no Concórdia.

A partir deste capítulo, conclui-se que o Ministério das Relações Exteriores teve grande protagonismo na condução da diplomacia energética brasileira, no que se refere aos acordos assinados com outros países e organizações transnacionais, entre 1990 e 2020. Além desse ministério, também contou com certo destaque a presença do Ministério de Minas e Energia e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Dos governos que passaram ao longo dos anos, os mandatos de Collor, Itamar, Temer e Bolsonaro não diversificaram tanto as áreas que estiveram envolvidas na conformação da diplomacia energética brasileira. Já FHC, Lula e Dilma permearam essa discussão em outros setores do seu governo, com ênfase no governo Lula, que teve diversos ministérios envolvidos, secretarias e até Presidente de estatal.

Neste capítulo, viu-se, ainda, que, novamente, o governo do Presidente Lula se destaca em comparação aos demais governos, no período entre 1990 e 2020, desta vez, pela grande quantidade e diversidade de signatários na celebração de acordos, seja quanto às personagens ou quanto às instituições envolvidas. O período do Presidente Lula da Silva no poder pode assim ser caracterizado como “governo de abundância de signatários de acordos”, compondo outras peculiaridades que marcam o seu mandato, como demonstrado em outros capítulos desta obra.

Complementando essa caracterização, os demais governos poderiam ser considerados como “governos de normalidade de signatários de acordos”. Dessa forma, o governo Lula é marcado como período de características especiais, que se distingue dos demais, dentro de uma mesma categoria, seja dos governos que o antecederam ou sucederam. Estes, por sua vez, apresentam certas similitudes o que se refere à variável analisada neste capítulo. Em certa medida, o governo de Jair Bolsonaro pode, novamente, ser colocado num grupo à parte, pela reduzida diversidade e quantidade de signatários que celebraram acordos sobre energia durante o seu mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que motivou a pesquisa apresentada neste livro girava entorno da necessidade de caracterizar a diplomacia energética do Brasil, considerando a análise dos acordos firmados pelos diferentes governos brasileiros com outros países e organizações internacionais, entre 1990 e 2020. Como dito, a perspectiva é de que a compreensão da diplomacia energética brasileira, nesses termos, contribui para entender como o Brasil conforma suas ações externas, visando garantir a segurança energética nacional e internacional. Para isso, foram extraídos dados da plataforma Concórdia sobre tais atos internacionais, os quais foram, em seguida, tabulados e examinados.

A partir da análise de conteúdo dos documentos, foi possível estabelecer uma chave analítica para o estudo sistemático da diplomacia energética brasileira, a qual é baseada em oito variáveis: cronologia, tipo de acordo, signatários, governos, local de celebração, temática, parceiros e recurso energético. Neste livro, ficaram de fora as duas últimas variáveis. De toda forma, a chave analítica desenvolvida e aplicada pode ser considerada uma ferramenta principal ou complementar válida para o estudo da diplomacia energética brasileira, na medida em que serve como suporte para a exploração de dados e identificação de caracteres gerais e específicos, e pode ser utilizada para diferentes contextos e em diversas épocas.

A estatística descritiva e a inferencial foram igualmente fundamentais para alcançar os objetivos deste trabalho, permitindo identificar um conjunto vasto de informações e determinar características

da diplomacia energética brasileira, segundo a cronologia dos atos firmados ao longo do tempo investigado. Com isso foi possível entender a trajetória dos esforços governamentais brasileiros, a fim de apontar, precisamente, a ordem e o volume de ocorrência dos acordos, identificando especificidades na linha do tempo dos atos constituídos.

Em geral, foi possível identificar que a década de 2000 representa um período de abundância de acordos, enquanto as décadas de 1990 e 2010 possuem muitas similitudes que as caracterizam como tempos de normalidade. O exame da cronologia dos atos demonstra um momento particular na linha do tempo dos acordos em energia, especificamente, os anos entre 2005 e 2010, que destoa dos demais pelo grande volume de acordos firmados e põe em destaque o governo do Presidente Lula da Silva (2003-2010). O mandato do Ex-Presidente Lula da Silva foge completamente dos padrões de outros períodos e governos, no que se refere à elevada quantidade de acordos assinados, o que levou a ser denominado “governo de abundância de acordos”. Isso pode corroborar com a percepção de que sua política externa foi “ativa e altiva” e buscou aumentar a atuação internacional do Brasil.

No que se refere à temática, o resultado foi de predominância dos acordos que fazem menção à energia, identificados como “atos de temática acessória” (245 documentos), em relação aos que têm a energia como assunto central, denominados de “atos de temática única” (196). Isso pode indicar uma forma de marginalização da questão energética no período investigado nos acordos firmados.

Quanto à tipologia dos atos avaliados, se avançou inicialmente na categorização geral dos tipos mais comuns e outros que poderiam ser classificadas como subtipos de atos. Além disso, verificou-se a predominância das Declarações Conjuntas (108) e dos Memorandos de Entendimento (103). Este último prevaleceu nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, enquanto o primeiro nos governos Collor, Itamar e FHC. Os Memorandos são tidos como atos com maior vínculo cooperativo, quando comparados com as Declarações.

A alta na quantidade de Memorandos ocorreu no governo Lula, que, sozinho, responde por cerca de 59% das assinaturas desses, o que pode ser considerado momento fundacional da “era de acordos com maior vínculo cooperativo”, na cronologia da diplomacia energética brasileira, já que os demais governos seguem no mesmo sentido. Complementarmente, o mandato do Presidente Lula pode ser caracterizado como “governo de abundância quanto aos tipos de acordos”, e os demais governos poderiam ser caracterizados como “governos de normalidade quanto aos tipos de acordos”, com exceção de Jair Bolsonaro, que se destaca pela excepcional redução de tipos de acordos.

Em relação ao local de celebração dos acordos, notou-se que a maior parte dos atos foram assinados no exterior (237), em comparação com os acordos firmados no país (204). Isso aponta certa importância das visitas oficiais internacionais de autoridades brasileiras na conformação da diplomacia energética brasileira. A predominância delas ocorreu nos governos Itamar, FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, e elas foram minoria nos governos de Collor e Temer. O governo Lula, mais uma vez, se destaca pela elevada quantidade de locais de celebração de acordos, enquanto Bolsonaro se destaca pelo fato de ter assinado acordos apenas no exterior.

No que se refere aos signatários, Celso Amorim foi quem mais assinou atos, com o cargo de Ministro das Relações Exteriores sendo o principal responsável pela assinatura, prevalecendo, igualmente, como instituição mais registrada nas celebrações. Não obstante, verifique-se que, considerando signatários de diversos setores do governo, o domínio ficou nas mãos do MRE. Os dados mostraram também que FHC, Lula e Dilma foram os presidentes que tiveram mais assinatura de atos, enquanto Temer e Bolsonaro foram os que menos se fizeram presentes nesses atos diplomáticos. O período do presidente Lula da Silva também pode assim ser caracterizado como “governo de abundância de signatários de acordos”.

É necessário ressaltar que este livro veio para destacar a importância dos repositórios de dados, como o Concórdia, e dos próprios atos internacionais nos estudos sobre diplomacia e segurança energética brasileira. Para além da questão energética, tais referências podem ser

utilizadas em diversas áreas, em pesquisas que venham a tratar, por exemplo, de agricultura, meio ambiente, comércio, ciência e tecnologia, educação, dentre várias outras.

A pesquisa realizada também gerou um banco de dados com diversas categorias que também podem ser utilizadas para futuras pesquisas sobre outros aspectos inerentes à questão energética. Ao utilizar esse banco de dados, pesquisadores podem realizar trabalhos que queiram se limitar apenas a um ano específico, um governo, um tipo de documento, um parceiro, uma região, um continente ou até mesclar variáveis que poderiam gerar uma infinidade de pesquisas.

Por fim, esse trabalho encontrou dados que não foram utilizados aqui a exaustão, mas que serão desenvolvidos em projetos futuros do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (Gesene), como, por exemplo, sobre os parceiros envolvidos nos acordos, os recursos energéticos especificados, a escolha por certas matrizes energéticas (renovável ou não renovável), bem como sobre os objetivos e interesses da cooperação. Ademais, dá para exemplificar alguns trabalhos realizados no âmbito do Gesene, utilizando os dados que foram coletados nessa pesquisa, como no caso de Feitosa (2019), que avaliou os acordos assinados entre Brasil e Argentina, entre 1995 e 2010, Paiva et al (2020), que averiguaram os atos assinados com países da América Latina, na área de biocombustíveis, e Montenegro, Paiva e Feitosa (2020), que fizeram uma análise sobre as declarações conjuntas das cúpulas dos BRICS e os acordos bilaterais assinados com Rússia, Índia, China e África do Sul, os quais versam sobre energias renováveis.

Os desafios e oportunidades nos estudos sobre diplomacia e segurança energética são amplos e variados, mas, ao final, espera-se que este livro tenha servido para esclarecer ainda mais alguns dos fatores inerentes à temática e sirva de grande inspiração para o avanço das pesquisas sobre tema.

REFERÊNCIAS

AALTO, Pami et al. Russian Nuclear Energy Diplomacy in Finland and Hungary. *Eurasian Geography and Economics*, 2017, v. 58, n. 4, 2017.

AFIONIS, Stavros et al. Unpacking Brazil's Leadership in the Global Biofuels Arena: Brazilian Ethanol Diplomacy in Africa. *Global Environmental Politics*, v. 16, n. 3, 2016.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Políticas de Integração Regional no Governo Lula. *Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEU*, v. 2, n. 1, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma Política Externa Engajada: A Diplomacia do Governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BORDA, Camilo Andrés Rodríguez; SUÁREZ, Nurth Inés Palomo. Diplomacia Energética: O Papel do Petróleo na Política Externa dos Estados Unidos. *Revista Científica General José María Córdova*, v. 14, n. 17, 2016.

BRASIL. Denominação dos Atos Internacionais. 2020. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/871-denominacao-dos-atosinternacionais.html>>. Acesso: 27/05/2020.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, v. 30, n. 2, 2009.

DALGAARD, Klaus Guimarães. The Energy Statecraft of Brazil, The Rise and Fall of Brazil's Ethanol Diplomacy. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2017.

FEITOSA, Lucas Marques. A Diplomacia Energética Brasileira à Luz dos Atos Internacionais: Atores e Parceiros (1990-2020). Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, UFPB, João Pessoa, 2021.

GOLDTHAU, Andreas. Energy Diplomacy in Trade and Investment of Oil and Gas. In: GOLDTHAU, Andreas; WITTE, Jan Martin. *Global Energy Governance: The New Rules of the Game*. Berlin: Global Public Policy Institute, 2010.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa do Brasil em Dois Tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 38, n. 1, 1995.

JESUS, Diego Santos Vieira de. The Benign Multipolarity: Brazilian Foreign Policy Under Dilma Rousseff. *Journal of International Relations and Foreign Policy*, v. 2, n. 1, 2014.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. Política Externa Brasileira para a América do Sul: Uma Análise Comparada Entre os Primeiros Mandatos dos Governos Lula e Dilma. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 22, 2016.

- MALAMUD, Andrés. Presidential Diplomacy and the Institutional Underpinnings of Mercosur: An Empirical Examination. *Latin American Research Review*, v. 40, n. 1, 2005.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela. 2005. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamentoacordo/5317?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2005&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=202&tipoPesquisa=2>>. Acesso: 12/01/2021.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Balanço Energético Nacional 2003. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2003.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Balanço Energético Nacional 2011. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2011.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Balanço Energético Nacional 2020. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2020.
- MONTENEGRO, Renan Holanda; PAIVA, Iure; FEITOSA, Lucas Marques. O Lugar das Fontes Renováveis no Relacionamento do Brasil com os “RICS” na Área de Energia: Uma Análise da Agenda Bilateral e das Declarações de Cúpula (1990-2018). *Conjuntura Austral*, v. 11, n. 53, 2020.
- PAIVA, Iure et al. Brazilian Foreign Policy and Biofuels in Latin America: Analysis of Cooperation Agreements Signed by Brazil in the Region. In: BARBOSA, Frederico Celestino. *Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. 2020.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Zahar, 2009.

- RIBEIRO, Renata Albuquerque. Inserção Internacional e Energia: A Política Externa de Lula para os Biocombustíveis. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Uerj, Rio de Janeiro, 2014.
- SARAIVA, Miriam Gomes. La Política Exterior de Dilma Rousseff hacia América del Sur: Continuidad en Estrategias y Ajustes en Prioridades. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. El Regionalismo “Post-Liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos Actores, Nuevos Temas, Nuevos Desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. CRIES, 2012.
- SENNES, Ricardo Ubiraci; NARCISO, Thais. Brazil as na International Energy Player. In: BRAINARD, Lael; MARTINEZ-DIAZ, Leonardo. Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil’s Changing Role in the Global Economy. Brooking Institution Press, 2009.
- SHAFFER, Brenda. Energy Politics, Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2009.
- SUN, Su-yuan. Dilemmas and Obstacles: Multilateral Energy Cooperation Among BRICS Countries. Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences, v. 7, n. 3, 2014.
- UDAETA, Miguel Edgar Morales et al. Ponderação analítica para da integração energética na América do Sul. Revista brasileira de energia, [s.l.], v. 12, n. 2, p.1-19, 2006.
- YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. Foreign Affairs, [s.l.] v. 85, n. 2, mar/abr: 69–82, 2006.

ANEXO

1990:

Data de Celebração	Parceiro	Título
16/03/1990	Argentina	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento ao Protocolo nº 8, (Energia) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.
18/05/1990	China	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Cooperação Econômica e Tecnológica.
06/07/1990	Argentina	Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.
06/07/1990	Argentina	Programa de Integração e Cooperação Econômica e seus Anexos e Protocolos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina
26/07/1990	Chile	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile em 26 de Julho de 1990
26/07/1990	Chile	Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica.
15/08/1990	Bolívia	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
15/08/1990	Bolívia	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, por troca de Notas Reversais, sobre Integração Energética, Complementar ao Acordo de 27 de julho de 1989

Data de Celebração	Parceiro	Título
07/11/1990	Equador	Convênio Complementar de Cooperação Técnico-Científica na Área Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador
28/11/1990	Argentina	Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina

1991:

Data de Celebração	Parceiro	Título
11/03/1991	Uruguaí	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguaí para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí
13/03/1991	Romênia	Protocolo de Cooperação Econômica-Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia
07/05/1991	Portugal	Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa
17/05/1991	Espanha	Ata que Estabelece as Bases de um Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha
05/06/1991	Suécia	Declaração Conjunta sobre o encontro do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor, com o Primeiro-Ministro da Suécia, Ingvar Carlsson, em 5 de junho de 1991, em Estocolmo
18/07/1991	Argentina	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear
03/09/1991	Colômbia	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia
11/09/1991	Zimbábue	Declaração Conjunta Brasil-Zimbábue
16/09/1991	Uruguaí	Declaração Conjunta Brasil – Uruguaí

Data de Celebração	Parceiro	Título
24/10/1991	Alemanha	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira no Montante de Trezentos e Quatro Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Oito Mil, Duzentos e Dois Milhões de Marcos
31/12/1991	Paraguai	Acordo, por Troca de Notas, Modificativo do Anexo "A" (Estatuto de Itaipu), Relativo ao Tratado de Itaipu de 26 de abril de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai

1992:

Data de Celebração	Parceiro	Título
28/01/1992	Marrocos	Comunicado Conjunto Brasil-Marrocos, de 28 de janeiro de 1992
29/06/1992	União Europeia	Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia
15/07/1992	Angola	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas que fazem entre si a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola
23/07/1992	Espanha	Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha
10/08/1992	Bolívia	Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (Fornecimento de Gás Natural)
17/08/1992	Bolívia	Acordo, por troca de Notas Reversais, sobre a Compra e Venda de Gás Natural Boliviano, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
29/10/1992	Namíbia	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia para a Criação de Comissão Mista de Cooperação

1993:

Data de Celebração	Parceiro	Título
17/02/1993	Bolívia	Declaração Presidencial Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
17/02/1993	Bolívia	Acordo, por troca de Notas Reversais, sobre a Venda de Gás Boliviano ao Brasil, a propósito do Contrato Definitivo entre PETROBRÁS E YPFB, entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia
05/03/1993	China	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular China
26/05/1993	Argentina	Declaração Conjunta
26/05/1993	Argentina	Anexo V ao Protocolo Nº 8: Energia
29/05/1993	Uruguai	Declaração Conjunta entre o Brasil e o Uruguai
03/06/1993	Alemanha	Ajuste, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Setor Energético, Complementar ao Acordo Geral de 09 de junho de 1969
06/08/1993	Alemanha	Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Utilização Racional da Energia na Agricultura."
03/12/1993	Rússia	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia
20/12/1993	Paraguai	Acordo, por Troca de Notas Reversais, que Estabelece Temporariamente a Vigência do Anexo "A" ao Tratado de Itaipu, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai

1994:

Data de Celebração	Parceiro	Título
27/01/1994	Bolívia	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia
01/02/1994	Catar	Declaração Conjunta Brasil – Catar
23/02/1994	Romênia	Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia
04/03/1994	Venezuela	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela
01/09/1994	Paraguai	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai
01/09/1994	Paraguai	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Madeira.
05/09/1994	China	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica
05/09/1994	China	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Ministério de Energia Elétrica da República Popular da China sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado
06/09/1994	China	Protocolo de Intenção para a Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria Química da República Popular da China
13/09/1994	Bolívia	Comunicado Conjunto entre Governo da República Federativo do Brasil e o Governo República Bolívia
15/09/1994	Rússia	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear
20/09/1994	Agência Internacional de Energia Atômica	Protocolo da Convenção de Segurança Nuclear
29/09/1994	Uruguai	Protocolo de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio para a Interconexão Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/10/1994	ONU	Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca e/ou Desertificação Principalmente na África

1995:

Data de Celebração	Parceiro	Título
10/04/1995	Turquia	Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia
19/05/1995	Alemanha	Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro."
22/05/1995	Canadá	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear
21/06/1995	Uruguai	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai
04/07/1995	Venezuela	Declaração de Caracas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela
04/07/1995	Venezuela	Ata de Miraflores
23/10/1995	Estados Unidos	Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-Estados Unidos para o Meio Ambiente
21/12/1995	Paraguai	Acordo, por Troca de Notas, de Aprovação do Novo Anexo "A" do Tratado de Itaipu de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai

1996:

Data de Celebração	Parceiro	Título
10/01/1996	Suriname	Comunicado Conjunto Brasil-Suriname
27/01/1996	Índia	Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica
27/01/1996	Índia	Agenda Comum para o Meio Ambiente
23/02/1996	Bolívia	Comunicado Conjunto entre Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
09/04/1996	Argentina	Protocolo de Intenções entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação e Interconexão Energéticas
09/04/1996	Argentina	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação em Matéria Ambiental
20/05/1996	Venezuela	Declaração de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela
20/05/1996	Venezuela	Comunicado Conjunto – Ata do Planalto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela
05/08/1996	Bolívia	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia
26/08/1996	Japão	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais
08/11/1996	China	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável
20/11/1996	Alemanha	Declaração Conjunta sobre Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente

1997:

Data de Celebração	Parceiro	Título
18/02/1997	Suriname	Comunicado Conjunto Brasil-Suriname
27/04/1997	Argentina	Declaração Conjunta do Rio de Janeiro. Encontro dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina
27/04/1997	Argentina	Ata de Temas Econômicos e Comerciais
06/05/1997	Uruguai	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai
06/05/1997	Uruguai	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre Interconexão em Extra-Alta Tensão entre os Sistemas Elétricos dos dois Países
06/05/1997	Uruguai	Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Oriental da República do Uruguai ao Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira entre o Brasil e o Uruguai de 20 de dezembro de 1933
13/08/1997	Argentina	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica
14/10/1997	Estados Unidos	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear
14/10/1997	Estados Unidos	Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América para a Cooperação na Área de Tecnologia Energética
23/10/1997	Peru	Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área Energética entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru
24/10/1997	Peru	Comunicado Conjunto Brasil-Peru
10/11/1997	Argentina	Declaração Conjunta por Ocasão do 5º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
10/11/1997	Argentina	Declaração Presidencial Conjunta sobre o MERCOSUL
11/11/1997	Argentina	Comunicado Conjunto

Data de Celebração	Parceiro	Título
21/11/1997	Rússia	Declaração Conjunta sobre a Constituição da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, a ser presidida pelo Vice-Presidente da República Federativa do Brasil e Pelo Presidente do Governo da Federação da Rússia
14/12/1997	Uruguai	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica

1998:

Data de Celebração	Parceiro	Título
30/03/1998	Bolívia	Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de Intercâmbio Elétricos e Futura Integração Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
17/04/1998	Bolívia	Declaração Presidencial de Santa Cruz de La Sierra entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia de 17 de Abril de 1998
23/10/1998	União Europeia	Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia para Apoio à Reestruturação do Setor de Energia Elétrica do Brasil – EBRA 2000
23/11/1998	Venezuela	Declaração de Santa Elena de Uairén entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela
09/12/1998	OMM	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, de 29 de Dezembro de 1964, entre a República Federativa do Brasil e a Organização Meteorológica Mundial para Apoio ao Programa de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico Objetivando Principalmente o Aproveitamento da Energia Hidráulica

1999:

Data de Celebração	Parceiro	Título
21/07/1999	Peru	Plano de Ação de Lima
26/07/1999	Bolívia	Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia
14/12/1999	OMM	Acordo, por troca de Notas, que Emenda o Ajuste Complementar de 09 de Dezembro de 1998, visando à Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico para fins Energéticos”

2000:

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/01/2000	Alemanha	Ajuste Complementar sobre o projeto “Utilização Racional de Energia na Agricultura no Estado de Minas Gerais.”
01/03/2000	África do Sul	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul de Cooperação Técnica
06/04/2000	Venezuela	Declaração Presidencial de Caracas
22/04/2000	Portugal	Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa
30/05/2000	Alemanha	Ajuste Complementar sobre o projeto “Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro”
22/06/2000	Rússia	Plano de Ações Conjuntas “Brasil – Rússia” do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Federação da Rússia
22/06/2000	Rússia	Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia
13/07/2000	Chile	Declaração Presidencial sobre Cooperação nas Áreas de Ciência e Tecnologia

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/07/2000	Chile	Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Chile
08/11/2000	Nigéria	Ata de Reunião da IV Sessão da Comissão Mista Brasil/Nigéria, celebrada em Brasília, de 6 a 8 de novembro de 2000
22/11/2000	Nicarágua	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua"

2001:

Data de Celebração	Parceiro	Título
18/01/2001	Coreia do Sul	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear
27/06/2001	Bolívia	Declaração Presidencial de Tarija
14/08/2001	Argentina	Declaração Conjunta Concernente a Criação da Agência Argentino-Brasileira de Aplicações da Energia Nuclear (ABAEN)
01/10/2001	Equador	Declaração Presidencial de Quito

2002:

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/01/2002	Rússia	Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin
16/01/2002	Ucrânia	Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia
16/01/2002	Ucrânia	Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia sobre a Cooperação na Área de Produção de Petróleo e Gás
16/01/2002	Ucrânia	Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia no Setor da Fabricação de Máquinas para o Setor Energético
20/03/2002	Chile	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear
21/03/2002	OMM	Acordo, por troca de Notas, que Emenda o Ajuste Complementar de 09/12/98, Visando à Implementação do Projeto ``Apoyo ao Programa de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico para Fins Energéticos`` entre a República Federativa do Brasil e a Organização Meteorológica Mundial
08/04/2002	Índia	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes
07/05/2002	Bolívia	Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética
07/06/2002	Peru	Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru
05/07/2002	Argentina	Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética
24/07/2002	México	Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
21/08/2002	Uruguai	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre o Programa de Cooperação Técnica

Data de Celebração	Parceiro	Título
21/08/2002	El Salvador	Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Técnica
22/08/2002	Guatemala	Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre o Programa de Cooperação Técnica
25/10/2002	França	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear

2003:

Data de Celebração	Parceiro	Título
30/06/2003	Estados Unidos	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Cooperação na Área de Energia
26/07/2003	Colômbia	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia
15/08/2003	Argentina	Memorando de Entendimento
25/08/2003	Peru	Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru
16/10/2003	Argentina	Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina
21/10/2003	Ucrânia	Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma
02/11/2003	São Tomé e Príncipe	Comunicado Conjunto da Visita Oficial de sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Fed. do Brasil à Rep. Dem. de São Tomé e Príncipe

Data de Celebração	Parceiro	Título
02/11/2003	São Tomé e Príncipe	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero
03/11/2003	Angola	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola
04/11/2003	Angola	Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Petróleo
08/11/2003	África do Sul	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica
27/11/2003	Alemanha	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001)
04/12/2003	Líbano	Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa

2004:

Data de Celebração	Parceiro	Título
17/02/2004	Líbano	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação Técnica no Domínio da Energia Elétrica
24/05/2004	China	Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China
08/07/2004	Bolívia	Declaração Conjunta
23/08/2004	Chile	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Chile
23/08/2004	Chile	Plano de Ação Conjunta Brasil-Chile

Data de Celebração	Parceiro	Título
25/08/2004	Equador	Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial à República do Equador do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva
25/08/2004	Equador	Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Energia
27/08/2004	Alemanha	Emenda, p. t. n., ao Ajuste Complementar do Projeto “Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro” (PN 1999.2038.0), de 30 de maio de 2000
12/11/2004	China	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento
21/11/2004	Barbados	Comunicado Conjunto
22/11/2004	Rússia	Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente do Brasil e o Presidente da Rússia
22/11/2004	Rússia	Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o período de 2004 a 2006

2005:

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/02/2005	Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica
14/02/2005	Venezuela	Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/02/2005	Venezuela	Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela
31/03/2005	Paraguai	Acordo, por troca de Notas, relativo à Incorporação dos Conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental ao Planejamento das Atividades de Itaipu Binacional
01/04/2005	Uruguai	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração da República Oriental do Uruguai
16/05/2005	Jamaica	Comunicado Conjunto – Visita Oficial do Ministro de Estado Celso Amorim a Jamaica
16/05/2005	Jamaica	Memorando de Entendimento na Área de Açúcar e de Etanol
15/06/2005	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o projeto “Ações para Disseminação de Fontes Renováveis de Energia em Áreas Rurais no Norte e Nordeste do Brasil” PN: 2001.2511.2
15/07/2005	França	Acordo Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação na Área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto
15/07/2005	França	Protocolo de Intenções referente à Cooperação na Área das Tecnologias Avançadas e de suas Aplicações
17/08/2005	China	Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Proteção Ambiental da República Popular da China
08/09/2005	Nigéria	Comunicado Conjunto por Ocasião da Visita de Estado do Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo
12/09/2005	Guatemala	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
12/09/2005	Guatemala	Visita Oficial do Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, à Guatemala Cidade da Guatemala, 12 de setembro de 2005

Data de Celebração	Parceiro	Título
12/09/2005	Guiana	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível
13/09/2005	Belize	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Costa Rica	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	El Salvador	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Honduras	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Nicarágua	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	Panamá	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
13/09/2005	República Dominicana	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
19/09/2005	Áustria	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação Técnica
17/10/2005	Itália	Declaração Conjunta entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da República Italiana para Incentivar a Cooperação nos Setores Industrial, Tecnológico e de Desenvolvimento
18/10/2005	Rússia	Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútin

Data de Celebração	Parceiro	Título
25/10/2005	Alemanha, IICA, PNUD, PNUMA e Mecanismo Global	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e o Mecanismo Global (MG), para apoiar o processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL)
24/11/2005	Bélgica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e Industrial entre o Governo da República Federativa e o Reino da Bélgica, que entre si celebram o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e o Ministério de Economia, Energia, Comércio Exterior e Política Científica da Bélgica, por meio do Centro Belga de Pesquisas Nucleares (SCK-CEN)
30/11/2005	Argentina	Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina
30/11/2005	Argentina	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radiativos
30/11/2005	Argentina	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear
30/11/2005	Argentina	Declaração dos Ministros da Área Energética por Ocasão da Celebração em 30 de novembro de 2005 do Vigésimo Aniversário da Assinatura dos `Acordos de Iguazu`
09/12/2005	Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela	Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados
09/12/2005	Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela	Declaração de Montevidéu sobre Integração Gasífera Sul-Americana
09/12/2005	Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica

Data de Celebração	Parceiro	Título
09/12/2005	Venezuela e Argentina	Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina
14/12/2005	Colômbia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Implementação do Projeto Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local

2006:

Data de Celebração	Parceiro	Título
21/01/2006	Peru	Declaração dos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente
30/01/2006	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Técnica para Implementação do Projeto “Mercado Atacadista de Eletricidade”
30/01/2006	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Capacitação e Treinamento sobre Derrames de Hidrocarbonetos e outros Materiais Perigosos nas Instalações Petroleiras, Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos (Água Interior)”
30/01/2006	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Sistemas de Controle Distribuídos – U.E.N. Produção”
30/01/2006	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Desenvolvimento e Acompanhamento de Análise de Risco em Saúde, Ambiente e Segurança nas Instalações da RECOPE”

Data de Celebração	Parceiro	Título
17/02/2006	Peru	Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Peru
07/03/2006	Reino Unido	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
07/03/2006	Reino Unido	Declaração Conjunta do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Diálogo de Alto Nível Brasil-Reino Unido sobre Desenvolvimento Sustentável
16/03/2006	Uruguai	Acordo Quadro de Interconexão Energética entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai
04/04/2006	Rússia	Declaração Conjunta – IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação
11/04/2006	Chile	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente
11/04/2006	Chile	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Mineração e Energia do Chile
05/05/2006	Hungria	Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria
15/05/2006	Tanzânia	Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia
23/05/2006	Haiti	Protocolo de Intenções entre o Brasil e o Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
25/05/2006	França	Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Promoção da Inovação Tecnológica
25/05/2006	França	Declaração Conjunta sobre Biocombustíveis
31/05/2006	Peru	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para Produção de Biocombustíveis”

Data de Celebração	Parceiro	Título
05/06/2006	China	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado da República Popular da China.
05/06/2006	China	Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China
09/06/2006	El Salvador	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Desenvolvimento do Processo Agro-Produtivo da Mamona”
10/09/2006	Zimbábue	Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue
12/09/2006	Índia	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica
13/09/2006	África do Sul e Índia	Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para Estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis
09/11/2006	Peru	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Minas da República do Peru
22/11/2006	Uruguai	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento Institucional do Conselho de Educação Técnico Profissional (CETP) da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) nas Áreas de Indústria, Energia e Meio Ambiente”
23/11/2006	Paraguai	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis no Paraguai”
23/11/2006	Paraguai	Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai

Data de Celebração	Parceiro	Título
15/12/2006	Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República do Paraguai, o Governo da República Oriental do Uruguai, e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Estabelecer um Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis – Decisão CMC nº 36/06
20/12/2006	União Europeia	Ajuste Complementar de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia Relativo ao Projeto “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira”

2007:

Data de Celebração	Parceiro	Título
18/01/2007	Venezuela	Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela – Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul
14/02/2007	Bolívia	Ata de Reunião Ministerial sobre o preço do gás para a termelétrica de Cuiabá Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia
15/02/2007	Jamaica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas Para Apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcooleiro”
26/02/2007	Uruguai	Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração da República Oriental do Uruguai
26/02/2007	Uruguai	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre Programa de Cooperação na Área de Biocombustíveis
28/02/2007	União Africana	Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana

Data de Celebração	Parceiro	Título
09/03/2007	Estados Unidos	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis
04/04/2007	Equador	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Energia
04/04/2007	Equador	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação Técnica nas Áreas de Energia e de Minas
04/04/2007	Equador	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis”
25/04/2007	Dinamarca	Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto
26/04/2007	Chile	Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da presidente da República do Chile, Michelle Bachelet Jeria
26/04/2007	Chile	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile na Área de Biocombustíveis
16/05/2007	Senegal	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis no Senegal”
21/05/2007	Paraguai	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Estabelecimento de Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis no Paraguai
21/05/2007	Paraguai	Declaração Conjunta

Data de Celebração	Parceiro	Título
01/06/2007	IICA	Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura para o Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil
20/06/2007	República Dominicana	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área do Cultivo da Mamona para Produção de Biodiesel
28/06/2007	Paraguai	Declaração de Intenções sobre Cooperação Técnica para Elaboração do Projeto Básico da Linha de Transmissão entre a Subestação Itaipu-Margem Direita e a Subestação Limpio, na Cidade de Assunção, com tensão de 500 KV
05/07/2007	União Europeia	Diálogo Regular de Política Energética Brasil – Comunidade Europeia Termos de Referência
06/08/2007	México	Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética
07/08/2007	Honduras	Declaração do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República de Honduras sobre Cooperação Técnica na Área de Produção e Uso de Etano Combustível
08/08/2007	Nicarágua	Comunicado Conjunto da Visita de Estado do Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, à República da Nicarágua
08/08/2007	Nicarágua	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração
08/08/2007	Nicarágua	Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua em Desenvolvimento Agrário
08/08/2007	Nicarágua	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua na Área Florestal
10/08/2007	Panamá	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis

Data de Celebração	Parceiro	Título
15/08/2007	Benin	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Biocombustíveis
06/09/2007	Moçambique	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área de Biocombustíveis
11/09/2007	Suécia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
13/09/2007	Dinamarca	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética
27/09/2007	Cazaquistão	Declaração de Princípios das Relações entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão
15/10/2007	Burkina Faso	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burkina Faso sobre Cooperação Técnica na Área de Produção de Cana-de-Açúcar
15/10/2007	Burkina Faso	Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burkina Faso
15/10/2007	UEMOA	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis
05/12/2007	El Salvador	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona"
05/12/2007	El Salvador	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador"
07/12/2007	Argentina	Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Constituição de uma Comissão Técnica Mista
17/12/2007	Bolívia	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia. Declaração Conjunta: "Brasil-Bolívia: Avançando em Direção a uma Parceria Estratégica"

2008:

Data de Celebração	Parceiro	Título
07/02/2008	Espanha	Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha
22/02/2008	Argentina	Declaração Conjunta
27/02/2008	Vietnã	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível
01/04/2008	República do Congo	Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo para Constituir Entendimento Especial de Cooperação sobre a Atividade Econômica, Financeira e Comercial
04/04/2008	Guatemala	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Energia
11/04/2008	Países Baixos	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis.
12/04/2008	República Tcheca	Acordo entre o Governo da República Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Econômica e Industrial
16/04/2008	Índia	Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural entre o Ministério de Minas e Energia do Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Petróleo e Gás Natural do Governo da República Da Índia
19/04/2008	Gana	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana”
14/05/2008	Alemanha	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
14/05/2008	Alemanha	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis”

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/05/2008	Alemanha	Entendimento sobre Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
17/05/2008	Peru	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Peru para Implementação do Projeto “Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis – Fase II”
17/05/2008	Peru	Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Peru, Alan García Pérez
23/05/2008	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela	Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)
28/05/2008	Haiti e IICA	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República do Haiti e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre Cooperação Técnica no Setor Agrícola
28/05/2008	Haiti	Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Haiti para a Elaboração e a Implementação de um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura
29/05/2008	El Salvador	Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia entre o Brasil e El Salvador
25/06/2008	Marrocos	Protocolo de Cooperação entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos nos Campos do Meio Ambiente e de Gestão da Água
27/06/2008	Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica
10/07/2008	Vietnã	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã
12/07/2008	Indonésia	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção de Etanol Combustível
18/07/2008	Bolívia	Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia / Declaração de Riberalta a Infra-Estrutura como Eixo da Integração Bilateral

Data de Celebração	Parceiro	Título
23/07/2008	Trinidad e Tobago	Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de República da Trinidad e Tobago
30/07/2008	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Gestão e Conservação de Centrais Elétricas”
30/07/2008	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Alternativas de Produção de Biocombustível em Costa Rica”
13/08/2008	Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto “Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas/Eletobras”
08/09/2008	Argentina	Declaração do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina
08/09/2008	Argentina	Declaração conjunta visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner
08/09/2008	Argentina	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos Energéticos S.A (EBISA)
06/10/2008	Alemanha	Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha sobre a Continuidade de Projetos de Cooperação Técnica
23/10/2008	Jordânia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia
18/11/2008	Indonésia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação em Energia e Mineração
18/11/2008	Indonésia	Declaração sobre a Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Indonésia
18/11/2008	Indonésia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação no Campo da Agricultura

Data de Celebração	Parceiro	Título
25/11/2008	Cingapura	Memorando de Entendimento entre o Brasil e Cingapura para Cooperação em Ciência e Tecnologia
26/11/2008	Rússia	Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev
22/12/2008	IICA	Programa Executivo entre o Brasil e o IICA, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para Implementar Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos
23/12/2008	França	Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
30/12/2008	Alemanha	Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Financeira sobre o Programa “Parques Eólicos”

2009:

Data de Celebração	Parceiro	Título
15/01/2009	Bolívia	Encontro de Fronteira dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma – Declaração Conjunta de 15 de janeiro de 2009
16/01/2009	Venezuela	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico
30/01/2009	Guatemala	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para Implementação do Projeto “Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local”
17/02/2009	Colômbia	Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Colômbia para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia

Data de Celebração	Parceiro	Título
19/02/2009	China	Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Energia e Mineração
10/03/2009	Uruguai	Declaração Conjunta
12/03/2009	Bolívia	Memorando de Entendimento Para a Constituição de Mecanismo de Coordenação e Cooperação Brasil-Bolívia
03/04/2009	Grécia	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação
23/04/2009	Argentina	Declaração Conjunta – Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva
05/05/2009	Botsuana	Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana
16/05/2009	Arábia Saudita	Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita
19/05/2009	China	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da China sobre Petróleo, Equipamento e Financiamento
19/05/2009	China	Comunicado Conjunto entre a República do Brasil e a República Popular da China sobre o Contínuo Fortalecimento da Parceria Estratégica
28/05/2009	Uzbequistão	Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão
28/05/2009	Uzbequistão	Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão
28/05/2009	Uzbequistão	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Uzbequistão
01/06/2009	Guatemala	Visita de Estado a República da Guatemala do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva – Declaração Conjunta
24/06/2009	Filipinas	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura

Data de Celebração	Parceiro	Título
21/07/2009	Rússia	Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Corporação Estatal de Energia Atômica “ROSATOM” sobre Cooperação no Campo do Uso da Energia Nuclear para Fins Pacíficos
25/07/2009	Paraguai	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai
29/07/2009	Nigéria	Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria
29/07/2009	Nigéria	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria na Área de Biotecnologia
30/07/2009	Chile	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Chile
11/08/2009	México	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas Áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação à Distância”
12/08/2009	Peru	Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Cultural: Anexo 2: Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para o Período de 2009 a 2012
22/08/2009	Bolívia	Comunicado Conjunto – Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma em Villa Tunari – 22 de agosto de 2009
10/09/2009	Suriname	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Biocombustíveis no Suriname”
06/10/2009	Suécia	Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica

Data de Celebração	Parceiro	Título
22/10/2009	Nicarágua	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Plano de Energização Rural para o Desenvolvimento”
10/11/2009	Colômbia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica para o Incremento do Conhecimento sobre a Palma Azeiteira e a Mamona como Fontes de Biomassa para a Produção de Biodiesel
10/11/2009	Colômbia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Plano de Energização Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Segunda Fase”
18/11/2009	Argentina	Declaração Conjunta – Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
18/11/2009	Argentina	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos
27/11/2009	Comunidade Europeia de Energia Atômica	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATON) na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão
02/12/2009	Ucrânia	Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko
03/12/2009	Alemanha	Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha
03/12/2009	Alemanha	Protocolo de Intenções sobre o Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010/11
11/12/2009	Peru	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Eletrificação Rural”
11/12/2009	Peru	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru

2010:

Data de Celebração	Parceiro	Título
20/01/2010	Catar	Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar
03/03/2010	Estados Unidos	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Mudança do Clima
07/04/2010	Libéria	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação em Minas e Energia
12/04/2010	Itália	Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana
15/04/2010	China	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014
26/04/2010	Comunidade do Caribe	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (CARICOM) sobre Cooperação Técnica
26/04/2010	Comunidade do Caribe	Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (CARICOM)
28/04/2010	Venezuela	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica
05/05/2010	Paraguai	Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai
11/05/2010	Zimbábue	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue Sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
14/05/2010	Rússia	Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia
17/05/2010	Irã	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente
17/05/2010	Irã e Turquia	Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil

Data de Celebração	Parceiro	Título
27/05/2010	Turquia	Plano de ação da parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia
16/06/2010	Peru	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil
23/06/2010	Angola	Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola
06/07/2010	Quênia	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre Cooperação no Setor de Energia
08/07/2010	Zâmbia	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto “Produção de Biocombustíveis”
22/07/2010	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Modelo de Gestão Empresarial para a Unidade Estratégica de Negócios de Produção de Energia do Instituto Costarricense de Eletricidade – ICE”
30/07/2010	Uruguai	Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica, e de Inovação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai
03/08/2010	Argentina	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear
03/08/2010	Argentina	Declaração de San Juan. Reunião de Trabalho entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
01/09/2010	Colômbia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
22/09/2010	Austrália	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada
19/11/2010	República Dominicana	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Eficiência Energética nas Edificações Públicas e Comerciais”

Data de Celebração	Parceiro	Título
24/11/2010	Sudão	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação
16/12/2010	Suriname	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis

2011:

Data de Celebração	Parceiro	Título
31/01/2011	Argentina	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
31/01/2011	Argentina	Declaração Conjunta – Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
22/02/2011	Fórum Internacional de Energia	Carta do Fórum Internacional de Energia
19/03/2011	Estados Unidos	Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação
31/03/2011	Dinamarca	Acordo de Cooperação Brasil – Dinamarca
31/03/2011	Alemanha	Declaração Conjunta sobre o Intercâmbio na Área de Combustíveis Alternativos e Tecnologias de Propulsão Inovadoras entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha
04/04/2011	Costa Rica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República da Costa Rica e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto “Análise da Institucionalidade do Sistema Elétrico Brasileiro e sua Aplicabilidade no Novo Modelo do Mercado para o Sistema Elétrico da Costa Rica”
12/04/2011	China	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China

Data de Celebração	Parceiro	Título
30/05/2011	Uruguai	Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e da República Oriental do Uruguai, José Mujica
27/06/2011	Alemanha	Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira relativo ao Projeto “Programa Aberto Energias Renováveis/Eficiência Energética (Eletrobrás) e Copa Solar [Nota 1/2011]
14/07/2011	Nicarágua	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Assessoria Técnica para Contribuir para a Promoção da Bioenergia na Nicarágua”
14/07/2011	Nicarágua	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal na Nicarágua”
13/09/2011	Alemanha	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Contexto de Grandes Eventos Internacionais
29/09/2011	Alemanha	Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais realizadas em setembro de 2009 [Nota 3/2011]
05/10/2011	Bulgária	Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária
17/10/2011	Alemanha	Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais de 2007 [Nota 4/2011]

2012:

Data de Celebração	Parceiro	Título
30/03/2012	Índia	Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República da Índia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil (2012-14)
30/03/2012	Índia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia em Cooperação na Área de Biotecnologia
09/04/2012	Estados Unidos	Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América
23/04/2012	Etiópia	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia
23/04/2012	Etiópia	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia para Cooperação Técnica na Área de Agricultura
03/05/2012	Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Agência de Planejamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
11/06/2012	México	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto "Capacitação de Pesquisadores no Melhoramento Genético de <i>Jatropha Curcas</i> L."
21/06/2012	Itália	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação na Área de Bioenergia
21/06/2012	China	Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China
17/08/2012	Tailândia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre o Programa de Cooperação Técnica Trilateral

Data de Celebração	Parceiro	Título
11/09/2012	Estados Unidos e Honduras	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República de Honduras e o Governo dos Estados Unidos da América para a Execução de Atividades Conjuntas de Cooperação Técnica na República de Honduras
13/11/2012	Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para a implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica
05/12/2012	Guiana	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana
14/12/2012	Rússia	Comunicado Conjunto da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Vladimirovich Putin
14/12/2012	Rússia	Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia: Próximos Passos
14/12/2012	Rússia	Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia para Cooperação na Área de Modernização da Economia
14/12/2012	Rússia	Plano de Consultas Políticas entre Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para o período 2013-2015

2013:

Data de Celebração	Parceiro	Título
26/01/2013	Chile	Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile
20/02/2013	Rússia	Declaração Conjunta – VI Reunião da missão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação – Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Data de Celebração	Parceiro	Título
23/02/2013	Nigéria	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico
15/04/2013	Guatemala	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Plano de Eletrificação Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Fase II”
11/07/2013	Guiana	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que Cria a “Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”
15/08/2013	Argentina	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina referente ao Estudo de Inventário Hidroelétrico para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu
02/10/2013	Cazaquistão	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Diálogo Político, Econômico, Comercial e de Investimentos Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão
05/11/2013	Angola; Cabo Verde; China; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; Timor-Leste	Plano de Ação do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – Quarta Conferência Ministerial

2014:

Data de Celebração	Parceiro	Título
16/07/2014	Índia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente

2015:

Data de Celebração	Parceiro	Título
30/03/2015	Moçambique	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique
30/03/2015	Moçambique	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique sobre a Cooperação na Área de Energias Renováveis
30/03/2015	Moçambique	Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique
01/04/2015	Angola	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola
01/04/2015	Angola	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, da Agricultura, da Energia e dos Serviços
11/05/2015	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Área de Biocombustíveis
19/05/2015	China	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021
11/12/2015	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Para Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Eficiência Energética na Mobilidade Urbana”
11/12/2015	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil para a implementação do projeto de cooperação técnica “Eficiência Energética no Abastecimento de Água”

2016:

Data de Celebração	Parceiro	Título
15/02/2016	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade para Energias Renováveis e Eficiência Energética”
08/03/2016	Etiópia	Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos entre o Governo da República Democrática Federal da Etiópia e o Governo da República Federativa do Brasil
23/05/2016	Argentina	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina
12/08/2016	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Projeto Brasil Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético do Biogás – Probiogás”
18/10/2016	Suécia	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia
19/10/2016	Japão	Memorando de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Japão para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura
15/11/2016	Índia	Acordo-Quadro para o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ISA)
18/11/2016	Irã	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã
07/12/2016	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Sistemas de Propulsão Eficiente”

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/12/2016	Azerbaijão	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Azerbaijão sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos
30/12/2016	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto “Sistemas de Energia do Futuro”
30/12/2016	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto “Programa de Fontes Renováveis e Eficiência Energética”

2017:

Data de Celebração	Parceiro	Título
27/04/2017	Tunísia	Memorando de Entendimento para a Promoção das Relações Econômicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tunisiana
21/06/2017	Rússia	Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021
21/06/2017	Rússia	Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa
26/06/2017	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto “Combustíveis Alternativos Sem Impactos Climáticos”
31/07/2017	Alemanha	Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de um Empréstimo no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil – “Programa ProClima Em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)”

Data de Celebração	Parceiro	Título
31/07/2017	Alemanha	Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Empréstimos Alemães no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil – “Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)”
20/09/2017	Lituânia	Memorando de Entendimento Sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia
16/11/2017	Alemanha	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Eficiência energética para Desenvolvimento Urbano Sustentável”
17/11/2017	Armênia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia sobre Cooperação em Comércio e Investimentos

2018:

Data de Celebração	Parceiro	Título
14/05/2018	República Dominicana	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre cooperação na Área de Comércio e Investimentos
21/11/2018	Chile	Acordo de Livre Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile

2019:

Data de Celebração	Parceiro	Título
23/03/2019	Chile	Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da Visita Oficial à República do Chile de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro
06/06/2019	Argentina	Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis
06/06/2019	Argentina	Declaração Presidencial Conjunta sobre Política Nuclear, por ocasião dos 25 anos da entrada em vigor do Acordo Quadripartite
27/10/2019	Emirados Árabes	Memorando de Entendimento sobre Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos

2020:

Data de Celebração	Parceiro	Título
25/01/2020	Índia	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia

SOBRE OS AUTORES

Lucas Marques Feitosa Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo PPGCPRI-UFPB (2021), Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFPE). Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética.

Henry Iure de Paiva Silva É professor Adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DRI-UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB), com Doutorado em Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais (UNICAMP) e Mestrado em Direito, com ênfase em Direito Econômico (UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética.



COMO SE CARACTERIZA A DIPLOMACIA ENERGÉTICA BRASILEIRA CONSIDERANDO A ANÁLISE DOS ACORDOS FIRMADOS PELOS DIFERENTES GOVERNOS COM OUTROS PAÍSES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2020?

NESTA OBRA, OS AUTORES DESENVOLVEM UM MODELO ANALÍTICO PARA DEMONSTRAR QUE A COMPREENSÃO DA DIPLOMACIA ENERGÉTICA BRASILEIRA, À LUZ DOS ACORDOS FIRMADOS COM OUTROS PAÍSES E ORGANIZAÇÕES TRANSNACIONAIS, CONTRIBUI PARA ENTENDER COMO O BRASIL CONFORMA SUAS AÇÕES EXTERNAS VISANDO GARANTIR A SEGURANÇA ENERGÉTICA NACIONAL E INTERNACIONAL.

ESTE LIVRO FOI PRODUZIDO A PARTIR DE ESTUDOS REALIZADOS NO ÂMBITO DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA ENERGÉTICA – GESENE (GESENE.UFPB.BR), VINCULADO AO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.